A VOLTA AOS SINDICATOS NO ABC

Os aplausos e as decepções das assembléias de domingo no ABC quando foi aprovado o acordo com os patrões; um balanço da campanha, e as reações dos operários diante das primeiras notícias da suspensão da intervenção nos sindicatos.

Pág. 8

EM TEMPO

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr$ 15,00 — ANO II — Nº 64 — 18 A 24 DE MAIO DE 1979

Nelson Pedrosa

Agora, o Ministro Portela, da Justiça, pode dizer que também «seu negócio» são numerosa

Governo quer manter sigilo: 251 torturadores, 29 métodos de torturas, 40 assassinatos políticos.

MINISTRO ESTÁ COM O 3º LISTÃO DE TORTURADORES

Relatório dos presos políticos do Rio foi entregue ao CDDPH — Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Conheça toda a denúncia e o novo listão, nas páginas 5, 6 e 7.

ENTREVISTA EXCLUSIVA

SARTRE

Jean Paul Sartre fala ao EM TEMPO, rompendo silêncio de 15 anos. Desde a implantação da ditadura, em 1964, que o escritor e pensador francês decidira não conceder entrevista à imprensa brasileira.

Pág. 12

Alécio de Andrade

Funcionários: começa o balanço da greve

Imediatamente após a volta ao trabalho, algumas lideranças já iniciam o processo de avaliação do movimento grevista, discutindo os resultados da paralisação, seu saldo organizatório e os problemas que persistem.

Pág. 10

UNE

DCE UFMG: Contra o chapão restrito e pelo chapão amplo

O DCE da Universidade Federal de Minas Gerais é contra o «chapão», divulgado pela imprensa, para a diretoria da UNE. Sua proposta é que se prepare um Congresso mais democrático e se forme «um chapão de todos os estudantes, baseado num plano de lutas e que não exclua nenhuma tendência estudantil.

Pág. 10

URUGUAI

O sequestro de Lílian e Universindo no Rio Grande do Sul, chamou a atenção para a conjuntura uruguaia. Conheça o Partido pela Vitória do Povo (clandestino), ao qual a polícia acusa o casal de pertencer.

Pág. 11

O esquerdismo é doença infantil: tem cura. O reformismo é senil: não sara nunca. (K.M.)

Eu quero gafieira

Foi Caetano Veloso que falou, diretamente de Fortaleza, sobre as discotecas: «eu acho legal. Gosto de Dancing Days. Discoteca é moda de homossexual nova-iorquino».

Se fosse eu que tivesse falado, era preconceito, como foi o Caetano, é curtição. Divirtam-se, imitadores dos nova-iorquinos. (RVN)

A preço de banana

Em Santos (SP), foi descoberto um lote de notas falsificadas de 500 cruzeiros que, segundo se informa, só os peritos, os caixas bancários e pessoas muito habituadas a mexer com dinheiro (não é realmente o caso da maioria dos assalariados) conseguem perceber as diferenças entre elas e as notas verdadeiras. Em todo caso, se alguma nota extraviar e cair em suas mãos, eis as imperfeições: não têm a marca d'água e nem as estrias (que que é isso?) em alto relevo e, numa das figuras tem um borrão.

Segundo a polícia, há uma quadrilha internacional esparramando dinheiro falso por todo o País.

Outra coisa: deve ser falsificador pé-de-chinelo, porque falsificar cruzeiro não dá futuro para ninguém. Puro amadorismo. (RVN)

Anjo da guarda ou anjo da polícia?

Arnaldo Sussekind, presidente da Comissão de Juristas que elaborou o anteprojeto de atualização da CLT, compareceu à Câmara dos Deputados no último dia 11 e disse que «as normas propostas para um novo disciplinamento das relações de trabalho são as mais liberais possíveis, dentro da realidade brasileira. Disse, ainda, que não é favorável à adoção de um modelo mais liberal porque «a maioria dos trabalhadores não tem ainda poder de barganha suficiente para defender seus interesses.»

Arnaldo Sussekind é velha figura dos meios sindicais brasileiros, tendo participado, inclusive, da elaboração do projeto original da CLT, na década de 1940. Em 1964, como titular do Ministério do Trabalho do Governo Castelo Branco, Arnaldo Sussekind tornou-se o ministro «campeão» das intervenções sindicais de toda a história brasileira. Nada menos que 761 entidades sindicais em todo o Brasil sofreram intervenção, tornando milhares de líderes sindicais inelegíveis para cargos sindicais durante o resto de suas vidas.

A violência desencadeada sobre os sindicatos foi tão grande que provocou denúncias até de sindicalistas comprometidos com o golpe de 64. Procurando dar uma capa legal às intervenções encaminhadas pelo Ministério do Trabalho, lançou-se mão com frequência, neste período, de vergonhosos processos de caluniar honestos e dedicados dirigentes sindicais acusando-os de desvios de verbas e corrupção.

Além disso Sussekind é autor da famosa lei antigreve, nº 4330, que, na prática, tornou ilegal a utilização da greve pelos trabalhadores. Todas estas medidas vieram justamente «preparar a cama» para o arrocho salarial que pesaria sobre os ombros dos trabalhadores nos anos seguintes.

Com tal folha de serviços prestados, vem, ainda o ex-Ministro, pregar a continuidade da «proteção do Estado aos trabalhadores e posar de «anjo da guarda» da classe operária. Ora, francamente, sr. Arnaldo Sussekind: só se for da guarda pretoriana e policial! (Juarez Rocha).

O braço da direita

Na noite de sexta-feira, dia 11, 3 indivíduos num Dodge branco percorreram a cidade de S.Paulo para pichar os muros dos jornais Em Tempo, Movimento, Versus, Companheiro com histéricos «Basta» e a assinatura de uma tal «Organização Nacionalista Estudantil».

«Basta» do que? Que querem essas excrecências do regime militar? Mas é certo que tais elementos não sabem articular uma frase, quanto mais uma reivindicação. Assim, na sua linguagem, deram uma primeira consequência a essa manifestação primária de intolerância na manhã do dia 14, fazendo explodir uma bomba no Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura Mackenzie. E lá o vigia do prédio constatou no momento que se tratava de um explosivo de fabricação «da polícia militar». Mas numa segunda versão se desdisse: era «de fabricação caseira».

Será demais pedir às autoridades que desarmem esses bandos de moleques que já deveriam ser homens feitos? Será demais pedir àqueles que vivem denunciando extremismos e que enxergam «conturbações da ordem» em cada manifestação dos trabalhadores, nas greves de metalúrgicos, professores, funcionários, condutores ou lixeiros; que condenem esse tristes projetos de Raul Careca?

Claro que é pedir demais. Afinal o próprio Raul Careca ainda está por aí e fez seguidores, o Fleury foi até o fim figura protegida nesta República, o Joaquim Andrade contrata bandidos armados para atemorizar as oposições em plena assembléia do sindicato.

Poderíamos dizer que esse punhado de mini-fleurys não representa nada perto das multidões que o Brasil de hoje se organizam para lutar por seus direitos Mas bem sabemos quantas vidas custam as aventuras desse terrorismo. Por isso temos nós o direito de exigir um BASTA! Está aí o braço da ultra-direita, muito bem protegido pela direita no governo. É preciso cortá-lo. (ES).

G e r

P Q P

Desde 1974, época em que era ministro da Justiça (triste memória) o nada saudoso Armando Falcão, o etnólogo pernambucano Mário Souto Maior vem tentando passar pela censura o seu «dicionário do palavrão e termos afins», e só agora conseguiu. Para a não liberação anterior, contribuiu também o atual imperador do Paraná, ex-ministro da Educação Nei Braga, que até o fim da sua gestão como ministro não deu o seu parecer sobre o assunto.

Mas, embora a liberação já tenha saído, não esperem o dicionário para já, pois o autor vai ter que atualizar o trabalho. E pela quantidade de palavrões que devem ter surgido de 1974 para cá, só nos episódios dos contratos de risco, pacote de abril, compra da Light, nomeação de governadores e expansão do Projeto Jari, entre outras coisas, o sr. Souto Maior vai ter trabalho paca. Dá até para fazer um concurso, por exemplo, de melhores sinônimos de Shigeaki Ueki. (RVN).

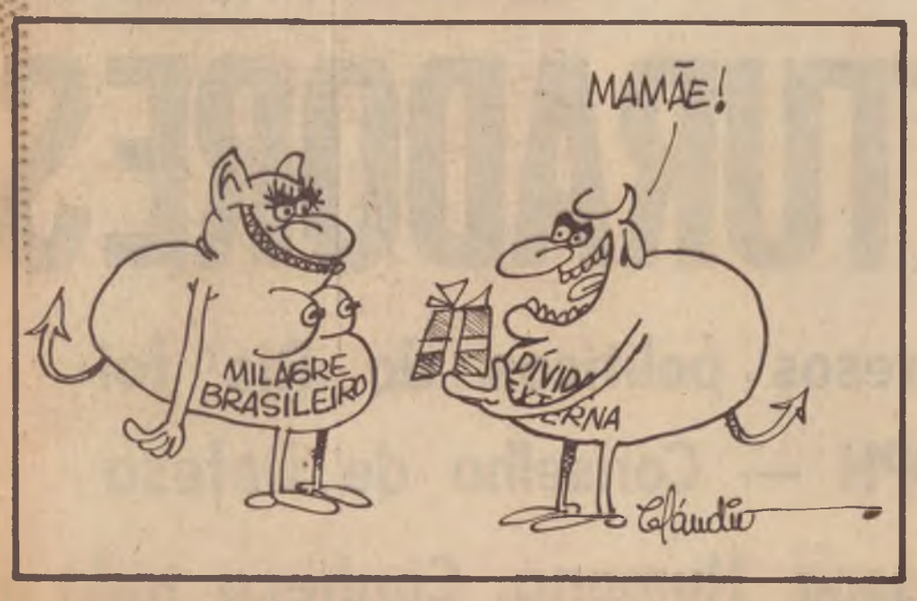
As verdades dos ministros

Na semana passada, o CIP (Conselho Interministerial de Preços) autorizou aumentos de preços para 102 produtos, alguns de amplo consumo, como o leite em pó. Ao mesmo tempo, os frigoríficos e os produtores de óleo de soja, de um lado, e o governo, de outro, continuavam a trocar «ultimatos» — os primeiros ameaçando suspender o fornecimento de seus produtos aos supermercados, se não obtivessem autorização para aumentar os preços, e o governo ameaçando cortar créditos, confiscar estoques etc.

O argumento dos frigoríficos é que o preço do boi subiu de 2 meses para cá e que, com os preços atuais da carne, estão tendo prejuízos. Da mesma forma, os produtores de óleo de soja reclamam que, com o aumento do preço da soja em grão no mercado internacional, o preço do grão no mercado interno também subiu e querem transferir esse aumento de custos para os preços do óleo. E os torrefadores de café, com argumentos semelhantes, parece que serão os próximos a exigir preços mais elevados.

Apesar das ameaças, o governo, como era de se esperar, acabou cedendo às pressões dos frigoríficos e decidiu subsidiar o preço da carne. E o mais provável é que as indústrias de óleo de soja e os torrefadores de café obtenham também ou o aumento de preços que vêm exigindo ou o subsídio, como no caso da carne.

Disso tudo, duas conclusões. Primeiro, o congelamento de preços, anunciado com alarde em abril, não era pra valer, o que fica demonstrado pela autorização de aumentos pelo CIP e, aliás, pelas palavras do próprio ministro da Fazenda, Rischbieter, para quem «o congelamento foi apenas invenção da imprensa». Segundo, o governo talvez seja obrigado a lançar mão cada vez mais dos subsídios para evitar aumentos de preços de produtos essenciais, um pecado grave entre os que, como Simonsen, prezam a «verdade dos preços». (Afonso Borges).



versus

Vítima de novo ataque

A redação de Versus foi ocupada por agentes do DOPS, na última terça-feira. Eis alguns trechos da nota de denúncia feita pelo editor do jornal Hélio Goldsztejn:

«Mais uma vez nos atacam. Em menos de uma semana, volta à redação de nosso jornal o perito criminal Dorivaldo Gallerani, desta vez acompanhado por vários delegados e agentes do DOPS, para executar um ato de interdição, busca e apreensão de todo o material contabil do jornal VERSUS, dando continuidade à auditoria econômico-financeira. Para nós, esse é mais um ataque à imprensa alternativa e democrática do país.

Perguntamos à população brasileira: é essa a democracia do General Figueiredo? Em nome dessa democracia, que diz ter acabado a censura à imprensa, procuram realizar o chamado «extermínio democrático da imprensa alternativa» do CIE, pela via econômica.

Mantemos nossos jornais pelo esforço diário de seus redatores, repórteres, assinantes e colaboradores — sem visar lucros, mas atendendo aos anseios da maioria dos brasileiros que lutam por um regime mais justo para este país. O governo sabe disso, e por isso tenta nos destruir desta forma. E porque compactua com organizações de grupos da direita radical como a ONE (Organização Nacionalista Estudantil) que no fim de semana passado pichou as paredes de nossa sede com acusações como esta: «Fora a comuna canalha?»

Estendemos à toda a população e a todos os democratas que lutam por uma democracia não só de palavras, o nosso repúdio por mais este fato, e reafirmamos a nossa disposição de continuar lutando pelo **direito de livre expressão e organização e pelo fim de toda a censura no Brasil».**

Vacina de sobra

A Abranfe — Associação Brasileira de Metais Não-Ferrosos — está propondo que o governo entre de sola na produção de alumínio, para que o país torne-se auto-suficiente neste setor.

A Abranfe é uma associação de empresários que estão vendo que, do jeito que está, a vaca vai pro brejo. Sabendo que o setor privado nacional não tem grana para arcar com os custos de novas fábricas, e querendo regularizar o mercado, os empresários pedem a intervenção do governo. Muito justo. Mas, assim que o negócio estiver muito vantajoso, podem esperar, eles estarão aí gritando contra a estatização da economia. Como sempre, querem o lucro individualizado e o prejuízo socializado. Até quando fala coisa certa, empresário precisa ser visto com suspeita. Já estamos vacinados, né?

(RVN)

A gasolina e seus mistérios

O rolo todo que está dando nos Estados Unidos, em torno do racionamento de combustíveis, teve como consequência na Califórnia (Estado mais populoso e com maior número de veículos) uma procura desesperada de gasolina. Com isso, o preço da gasolina foi de US$ 0,77 para US$ 0,90 o galão, ou seja, cerca de 23 cruzeiros o galão. Como um galão americano tem 3,75 litros, com aumento e tudo a gasolina foi para o exagero de 6 cruzeiros o litro. Isso sem falar nos salários que os gringos ganham.

Enquanto isso, aqui no paraíso da tranquilidade, com um salário mínimo de 2 mil e 200 cruzeiros, vamos pagar Cr$ 11,00 por litro de uma gasolina que ainda por cima é mais vagabunda que a dos americanos.

Segundo o princípio de Lavoisier, na natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma. Portanto, essa diferença de preços não pode estar se perdendo por aí. Alguém está transformando essa grana toda em lucro, que logicamente não é nosso. Queremos saber: por que a gasolina está tão cara? Quem está mamando? (RVN)

Cachaceiros, uni-vos!

Vida de pobre não tem jeito mesmo. Além de não ter dinheiro para comer, já não está tendo também para distrair (o que os romanos chamavam de circo). E para complicar as coisas, a ciência está ajudando a piorar a vida dos proletas. Duvidam, né? Pois vejam o caso da crise de combustíveis, que vai ser resolvida em parte tirando uma das poucas diversões que restam aos pobres: a cachaça, que se não sair de circulação, pelo menos vai ficar muito mais cara, com esse desvio da cana para fabricar álcool hidratado, para substituir a gasolina. Cachaceiros de todo mundo, uni-vos! Não tendes nada a perder a não ser o combustível para o carro que, vai ver, nem é seu. (RVN)

O Maluf tem cada gosto...

Maluf — quem diria? — está se revelando um grande apreciador de milhocões. Quando era prefeito (nomeado) de São Paulo, construiu o atual Minhocão (oficialmente conhecido como «Elevado Costa e Silva») contrariando todos os planos urbanísticos existentes. E o trambolho está lá, à espera de que alguém crie coragem de derrubá-lo.

Agora, nomeado governador paulista, Maluf — bem ao estilo populista de fazer grandes obras e nada mais — quis se imortalizar transferindo, às custas dos salários que não paga aos funcionários públicos (que estão na miséria, né?) e dos contribuintes já sufocados de tanto imposto, a capital paulista para o Interior. Não deu certo: precisa do apoio da Assembléia Legislativa, que é eleita pelo povo e está com maioria da oposição.

Maluf virou e mexeu, fez onda e acabou falando no que queria: outro milhocão, sobre o rio Tamanduateí. Que isso, Maluf? (RVN)

Vai ser assim na Arena

Marcelo Cerqueira, Alberto Goldman e outros «autênticos» do MDB votaram contra a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Direitos Humanos. Modesto da Silveira deputado estadual do Rio, deu até seu palpite, que é uma desculpa bonita: «uma CPI das torturas nesse momento seria o mesmo que Nuremberg com Hitler». Como disse, uma bonita desculpa, mas nada mais que uma desculpa. Vão ser autênticos assim na Arena. (RVN)

CONVITES

Greve

O filme «Braços Cruzados, Máquinas Paradas» vai ser apresentado nos próximos dias 25, 26 e 27 às 20 e 22 horas, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (Rua Rego Freitas, 530/Sobreloja).

O filme, um documentário longa-metragem, retrata o movimento sindical e as greves operárias do ano passado e segundo seus realizadores «tem por objetivo principal ser utilizado e discutido em sindicatos, entidades de classe, organizações de bairro etc.» É uma realização do Grupo Tarumã, com direção de S. Toledo Segall e Roberto Gervitz, com fotografia de Aloysio Raulino.

Amazônia

Dia 19 e 20 reunião geral do Movimento de Defesa da Amazônia, no Rio de Janeiro, na sede da ABI com a presença de membros de São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Pará e Acre.

Três eixos inserem o movimento nas lutas democráticas hoje desenvolvidas no país: o ecológico, o popular e o antiimperialista (de repúdio aos monopólios nacionais e internacionais).

Mulher

Além da luta intransigente pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, o Movimento Feminino pela Anistia-Minas Gerais também tem como objetivo incentivar discussões a respeito da situação da mulher na sociedade e a respeito das várias alternativas de participação efetiva nessa sociedade.

Para aprofundar o debate sobre a questão feminina, o MFPA-MG promove no próximo sábado, dia 19 de maio, às 14:00 horas, no Colégio Santo Antônio (rua Pernambuco, 880) em Belo Horizonte o I Encontro da Mulher, com o seguinte temário: o trabalho feminino e direitos da mulher; educação da mulher; sexualidade feminina e participação política da mulher.

Censura

Será realizado no Rio de Janeiro, de 19 a 21 de maio, o I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão. O Encontro tem por objetivo «reunir os diversos setores da atividade artística e intelectual na busca do equacionamento de uma ação coletiva contra a censura».

Promove o Encontro, a Comissão Permanente de Luta pela Liberdade de Expressão, fundada em abril do ano passado e que reúne 24 entidades culturais e artísticas. Entre elas a ABI, o Conselho Nacional de Cineclubes, Associação Brasileira de Documentaristas e a Associação Brasileira de Artistas Plásticos Profissionais.

Conjuntura Nacional, organização da luta contra a censura e cultura brasileira são os temas a serem discutidos no Encontro.

Anistia

Na última sexta-feira, dia 11 de maio, começou em Belo Horizonte a Jornada pela Anistia, promovida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia de MG e o Movimento Feminino pela Anistia-MG, que terá prosseguimento nos dias 18, 25 e 31 deste mês.

O temário da jornada, na linha do que foi definido no Congresso pela Anistia realizado em São Paulo, visa a popularização da luta pela Anistia, abrangendo os seguintes aspectos: perseguições, punições e torturas aos militantes políticos e as contínuas violências a que é submetida a população brasileira em seu dia-a-dia. Os debates da Jornada estão sendo feitos no DCE-Cultural, na rua Gonçalves Dias, 1581, sempre às 20 horas.

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flamínio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). **Suplentes:** Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

Secretário de Redação: José Luiz Nadai

Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAS: Nacional: Flamínio Fantini, Tibério Canuto, Antonio Espinosa, Jorge Baptista Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sergio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Candida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. **Internacional:** Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorin.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi e Fábio Prado; Ilustração; Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho: Revisão: Alfredo Maria de Souza. **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valderez Amorim.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lelio Santos Maizé Trindade, Mauridio Godinho, Paula Régis Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Mariza Araujo (administração). Porto Alegre. (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Rio de Janeiro** (**Rua Praia de Botafogo, 316 - Sala 209** Adauto Novaes, Antonio José Fernando Karan Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Guilhon Braga, Sergio Sbragio.

Salvador: (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmo Oliveira, João Henrique Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITORIOS – Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira: **Aracaju:** David Dantas. **Campinas:** Rinaldo Barros, Maria Alice. **Fortaleza:** Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (redação), Daniel Santos, José Saraiva, Vinivio de Araujo (administração) e distribuição). **João Pessoa:** Aurélio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal:** Cicero Correla, Francisco de Assis. **Maceió:** Régis Cavalcanti. **Campina Grande:** Jonas Araújo.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo) Isasc Barbosa da Silva, Aparecida da Silva, João Carlos, Samira Zaidan, Edward Silva: Monéya Brauns. **Assessoria Jurídica:** Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).

Diretor - Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernando Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas.

a i s

Quem é o próximo?

Mais um policial morre em condições estranhas. No primeiro de maio foi a vez do mais famoso policial brasileiro, o Sergio Paranhos Fleury, que se despediu de nós. Agora foi Faustina Elenira Severino, escrivã do DOPS, envolvida no sequestro dos uruguaios Lilian Celiberti, seus dois filhos Camilo e Francesca e Universindo Diaz. Ela e mais sete policiais gaúchos, entre os quais Pedro Seelig, são os suspeitos de envolvimento direto no sequestro.

Faustina apareceu morta em seu apartamento no dia sete, às 18h e 50 min., encontrada pela professora Maria Lisete Velloso, mas só no dia seguinte, terça-feira, a informação foi tornada pública. O laudo médico preliminar informou que a escrivã morreu «de acidente vascular cerebral hemorrágico» e há suspeita de ingestão excessiva de algum medicamento psicotrópico. Mas o mais interessante é que o fato, a morte de uma simples escrivã ganhou páginas e páginas da imprensa; no seu enterro compareceram o comandante do II Exército, gen Antonio Bandeira e o governador Amaral de Souza, o famoso Amaralzinho. Páginas e solenidades que não costumam ser dadas nem a policias mortos em serviço.

O que faz com que altas autoridades tenham tanto interesse num caso aparentemente de rotina? Além dela ser suspeita no envolvimento do sequestro, pois o filho de Lilian, Camilo a reconheceu através de fotos como sendo a pessoa que cuidava dele e de sua irmã nas dependências do DOPS, Faustina era a única dentre os policiais que tinha dado sinais de fraqueza, sempre a ponto de confessar a sua participação. Na CPI que a Assembléia está promovendo, Faustina era a única que estava permanentemente acompanhada nos depoimentos por um «médico», da repartição policial.

Essas estranhas ocorrências, como a morte de Faustina, envoltas no mistério dos contos policiais podem ter continuidade. Resta saber quem é o próximo.

O ensino pago, segundo pichadores paulistas.

Ennio Brauns Filho

Na Marinha também, aquela água...

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Rômulo de Souza, denunciou, juntamente com dez sindicatos nacionais de marítimos e quatro sindicatos de marítimos do Rio de Janeiro, um plano de desnacionalização da Marinha Mercante Brasileira, preparado pela Docenave (subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce) e pela Lloyd Brasileiro.

É um verdadeiro leilão que está acontecendo no país. Não sobrará nada de nacional. Minérios, industrias, as matas, a agricultura (com o **pacote** que vem aí) e até pedaços do país (vide Projeto Jari) estão sendo entregues a quem der mais. Só não dizemos que até o governo vai ser desnacionalizado porque ele já está há muito nesta situação. Em vez de movimentos para nacionalizar isso, nacionalizar aquilo, o melhor é partir logo para a raiz do problema: vamos nacionalizar o governo.

Burguesia vai entrar pelo cano

Santos, por ser uma cidade portuária, mas principalmente por ser uma cidade que vota na oposição, é considerada «área de segurança» e tem prefeito nomeado. Aproveitando a ocasião, o governador Paulo Salim Maluf nomeou para a Prefeitura santista o sr. Carlos Caldeira Filho, portador de um currículo de dar inveja no próprio Maluf (é o dono da Estação Rodoviária de São Paulo, que antes era uma praça, já esteve preso por falsificação e por roubo de dinheiro).

Caldeira, no estilo do mestre Maluf (ou aluno), gosta de grandes obras. E já anunciou que não fará uma ponte entre Santos e Guarujá, mas sim um tunel, um buraco submarino, que com um tubo levará a burguesia paulista para os seus passeios em Guarujá. Digo que só a burguesia entrará por essa tubulação porque, se na ponte Rio-Niterói pobre não passa (ida e volta: 120 cruzeiros de pedágio em fins de semana), imaginem quanto custará passar pelo buraco do Caldeira.

E por falar em buraco do Caldeira, será que ele tem alguma ligação com o minhocão do Maluf, que passará sobre o rio Tamanduateí, em São Paulo.

Pacote sem fundo

Tem muita gente esperando o **pacote** da agricultura. Pura besteira. Para começar, tudo que veio com o rótulo «pacote», até hoje, foi contra o povo. Fora isso, todos «auxílios» ou coisas afins do governo em relação à agricultura só levam em conta os empresários agrícolas, o trabalhador é sempre ignorado. É preciso ainda lembrar que o atual ministro da Agricultura não é nada mais nada menos que Delfim Netto, pessoa conhecida por ser muito chegada a uma grande empresa, a capitalistas estrangeiros e a índices enganadores (e que um dia destes andou falando em cruzar touro com touro — epa, isso não será a «degeneração de costumes» estendida aos bovinos?).

Enfim, a julgar por isso tudo, o que se pode esperar do tal pacote não é nada de novo: apoio aos grandes proprietários e ferro nos pequenos e nos empregados, internacionalização da propriedade agrícola e um palavreado enganador. Quem tem olhos para ver, verá. (RVN).

Por falar em inflação...

E por falar em inflação, aí vai um balanço, realizado pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, sobre o desempenho das instituições financeiras no ano passado.

Após uma pesquisa realizada em 88 instituições financeiras (bancos comerciais, bancos de investimento, financeiras etc) e 177 empresas não financeiras, verificou-se que aqueles tiveram uma rentabilidade de 17% enquanto as não-financeiras renderam 9%. Trocando em miúdos, os bancos renderam o dobro das outras empresas no período.

As Financeiras tiveram suas receitas operacionais aumentadas em 90%, os bancos de investimento 74%, seguros 65%, bancos comerciais estatais 62% privados 59% e outros ramos financeiros 62%. O lucro disponível, calculado após a dedução do Imposto de Renda, participações, gratificações e contribuições, mas antes do reajuste de correção monetária foi o seguinte: financeiras 78%, bancos de investimentos 65%, outros ramos financeiros 63%. Além disso, no cálculo da relação entre lucro e patrimônio líquido, as instituições financeiras ocuparam quatro dos cinco primeiros lugares.

Diante destes dados, resta-nos, no mínimo, desconfiar das intenções e da eficácia dos chamados pacotes de combate à inflação. Na realidade, enquanto estas medidas não chegam a arranhar os lucros do setor financeiro (um dos principais responsáveis pela inflação), atingem em cheio o bolso dos trabalhadores, através da política do arrocho. (**Carlindo Rodriguez**)

Lei de quem?

No dia 8 de maio, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, se recusou a receber quatro parlamentares do MDB que pretendiam demonstrar a inconstitucionalidade do atual salário-mínimo. É que pelo art. 165 da Constituição deve ser assegurado aos trabalhadores um salário-mínimo «capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as suas necessidades normais e as de sua família». Como o salário-mínimo, no entanto, é notoriamente insuficiente até mesmo para satisfazer as necessidades individuais do trabalhador — que dirá de sua família — os parlamentares emedebistas propunham um mínimo de Cr$ 5.350,00.

Dois dias depois o mesmo Murilo Macedo ocupou todas as emissoras de rádio e TV para exigir que os trabalhadores não entrassem em greve porque existe uma lei de greve que eles deveriam cumprir.

E então, sr. Ministro? Por que os trabalhadores têm de cumprir a lei (e uma lei de cuja elaboração nem participaram) e o governo não — (já que o governo decreta um mínimo violando a Constituição que ele mesmo outorgou)? (**Juarez Rocha**)

Corrupção virou salário

Os tradicionais PMs — Cosme e Damião, Pedro e Paulo, conforme a região — transformados em 1970 por decreto do general Médici em «classe especial de servidor público», passaram a ter, desde então, seus salários de tal forma aviltados que hoje um soldado de 1ª classe, posto inicial da carreira no Rio de Janeiro, recebe Cr$ 2.853,00 mensais, nada mais nada menos que um miserável salário mínimo.

Como resultado disso, a corrupção campeia solta na corporação, hoje composta em boa medida por marginais. Em 1979 no Rio de Janeiro 218 homens foram expulsos por prática de delitos variados, 900 deixaram a corporação em busca de melhores salários. Não fossem as alternativas de suborno e chantagem e os PMs com esse salário já teriam há muito engrossado as fileira grevistas em busca de solução à sua sobrevivência.

Atentado ao pudor no «Jornal do Brasil»

Sábado, 17:30 horas. Local: 6º andar do edifício sede do Jornal do Brasil. É mais um fim de semana que se aproxima. A recepcionista do 6º andar, escalada para o trabalho neste dia, atende mais um dos inúmeros telefonemas. Ela está há 2 meses no jornal. Uma de suas funções, além de atender o telefone, é a de vender fichas para o cafezinho — o JB, sendo uma empresa moderna, colocou máquinas de café para o seu pessoal. Aproxima-se um senhor. Ela lhe pergunta se quer uma ficha. Ele diz que não. Fica parado, encarando a moça. De repente, as coisas aparentemente sempre acontecem assim, ele enfia uma mão dentro da blusa e toca nos seios da jovem: «desculpe, não pude resistir». Rindo, afasta-se: o dever lhe chama de volta.

Na sua cabeça, provavelmente, ali terminava um fato sem maiores consequências. Pois é, não foi isto que aconteceu. Humilhada e indignada, a recepcionista se dirigiu imediatamente ao seu superior e demais chefes. Estes procuraram saber de quem se tratava. E aí é que a «vaca foi pro brejo»: tratava-se de um **editor**, o sr. Isaac Piltcher; e um editor **não pode** andar fazendo estas «coisinhas» por aí. Logo concluiu-se que era apenas um «probleminha» e os probleminhas são resolvidos assim: na 2ª feira ela foi despedida. As outras 7 recepcionistas, quando souberam na 3ª feira que a colega tinha sido posta no olho da rua, se revoltaram e se solidarizaram.

Foram então às «instâncias superiores». Manifestaram sua solidariedade e pediram garantias de trabalho. Bem, aí já é demais, garantias de trabalho, aqui, no JB? Ora, se vocês acham que nós não as damos então procurem outro lugar. Elas haviam se dirigido a uma pessoa «muito importante» que não podia perder seu precioso tempo com este tipo de «probleminha». As meninas, nervosas, começam a se sentir acuadas, ameaçadas de demissão. Na quarta-feira, as 7 recepcionistas tiveram confirmada a demissão. Acontece que existe no Rio um Coletivo de Mulheres, um Centro da Mulher Brasileira — CMB. No Coletivo existe uma comissão que se ocupa da questão da violência contra a mulher e outra que se ocupa em denunciar atos de descriminação contra a mulher. A mobilização foi imediata. O CMB contratou a deputada Heloneida Studart que prontamente fez um pronunciamento na Assembléia. Foi redigida uma carta aberta à Condessa Pereira Carneiro proprietária do JB, denunciando e exigindo imediata reintegração das moças. Sempre acompanhadas por mulheres do Coletivo e do CMB, as recepcionsitas se dirigiram a várias entidades, OAB, ABI, vários jornais e assim como à Confederação dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, pedindo apoio. Contrataram também advogados. A vítima da agressão deu queixa na 17ª delegacia de São Cristovão e o agressor foi intimado a depor, tendo sido incriminado por atentado ao pudor e proibido de sair do país por uma semana.

O CMB e o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro lançaram uma campanha nacional pedindo àqueles que desejarem se solidarizar que enviem telegramas à Condessa pela reintegração das recepcionistas. O endereço é: Av. Brasil, 500, CEP 20000, Rio de Janeiro. Mãos à obra, gente. (**R.R./Rio**)

Assembléia do EM TEMPO

A Diretoria da Editora Aparte S/A, tendo em vista a solicitação dos ex-membros do Conselho Editorial e Administrativo — CEA — Tibério Canuto, Antônio de Pádua Prado Junior, Emiliano José e Marcelo Beraba, no sentido de um adiamento da realização da Assembléia Geral convocada para o dia 20/5 do corrente e, levando em conta que uma prorrogação pode contribuir para uma preparação mais satisfatória por parte do coletivo nacional, resolveu, consultando parcelas do próprio coletivo, adiar a Assembléia e manter a reunião do CEA para o próximo dia 19/5 quando então proporá a convocação da Assembléia para final de junho.

Pequenos ditadores

Sob a alegação de que o texto não foi aprovado pela censura da empresa, a Gráfica Spínola, de São Paulo, negou-se a publicar um convite dos formandos de engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, contendo uma adaptação da «Lei do Ventre Livre», feita pelo humorista Henfil na revista **Isto É** em 1977. Duas coisas, pelo menos, ficaram comprovadas. A primeira é que há pequenos ditadores espalhados por aí, insatisfeitos com o fim da censura. A segunda é que tem gente que ainda não acredita na libertação dos escravos.

Aos proprietários da Gráfica Spínola, contrários à Lei do Vntre Livre, só podemos desejar uma enorme prisão de ventre. (RVN)

Os reis com ar de vítimas

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo, dizendo que está cansada de ver o empresariado do comércio ser culpado pelo aumento do custo de vida, marcou para esta semana uma reunião — em sua sede, na avenida Paulista — com donas de casa, para discutir o assunto. Estarão presentes o presidente da Cooperativa (que não coopera nada) Agrícola de Cotia e os habituais portadores de título de «rei da cebola», «rei da batata» e muitos outros reis, dando a impressão que a república só chegou ao meio estudantil (afinal, só estudante mora em república).

Todos os dias, às 18:00 horas, portanto, você aí que é mulher de operário, pode largar de fazer seu feijão com abóbora e adentrar à pirâmide, digo, ao prédio do sr. José Papa Jr., digo da Federação do Comércio, pisar naqueles tapetes macios e, se tiver cartaz mesmo, pode até tomar banho de sauna lá (tem sim, pode conferir) e ver que os empresários do comércio não estão lucrando nada mesmo. Quem deve estar lucrando com o aumento do custo de vida — provavelmente você vai saber isso lá — é a imprensa alternativa, a Igreja, os metalúrgicos, os árabes (epa! esses não), os professores grevistas, os bóias-frias, todo mundo menos os comerciantes. (RVN)

Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço .....
Bairro ..... Fone ..... Cidade .....
Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....
Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque nº .....
do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A.
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG. CEP 30.000. Em São Paulo. Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP) CEP 05415, fone: 853-6680.

Anual: Cr$ 600,00
Semestral: Cr$ 350,00

Exterior
Anual: US$ 90,00
Semestral: US$ 50,00

A CPI das Torturas

A prova dos nove na oposição

O pau quebrou na bancada do MDB quando no último dia 10 o partido aprovou com muito custo o pedido de uma CPI dos Direitos Humanos. Para os derrotados «é uma ilusão querer um tribunal de Nuremberg quando o nazismo ainda está no poder». Mas para os vitoriosos foi importante fazer com que o «problema das torturas viesse a público e a Arena assumisse a defesa dos torturadores». Mesmo com o golpe arenista fortalece-se desta forma a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Por Flávio Andrade

Tão logo o líder da Arena na Câmara, deputado Nelson Marchezan soube da aprovação pela bancada do MDB da CPI dos Direitos Humanos, ágil e fielmente ao regime, sacou do colete uma CPI da Indústria Farmacêutica, dando assim um golpe na árdua vitória da oposição. Foi no último dia 10, quando após uma sessão de 6 horas de duração, a bancada oposicionista conseguiu aprovar por 69 votos contra 57, com 32 ausências da votação, a proposta de criação da CPI pela qual alguns autênticos vinham lutando desde 1975.

Para esse resultado vários fatores contribuiram. De um lado a composição do parlamento emedebista, revigorada desde as últimas eleições, o que impedia uma nova derrota da proposta aos moldes daquela de 75, quando Lysâneas Maciel capitaneou a campanha pela CPI. De outro lado pesou também a inviabilidade da proposta ir adiante, dada a disposição claramente manifesta do governo em bloqueá-la de qualquer modo.

Do primeiro lado, Airton Soares, deputado federal por São Paulo e encarregado da Comissão de Direitos Humanos interna ao MDB que desde semanas atrás vinha preparando a reunião final da bancada, agiu habilmente ao levar ao plenário da reunião familiares de mortos pela repressão. Isto criou um clima altamente favorável à CPI: Egle Maria Vannuchi Leme, mãe do estudante Alexandre Vannuchi Leme, morto em 1973; Rosalina Santa Cruz Leite, irmã de Fernando Santa Cruz Leite, outro morto pela repressão, e ela própria também vítima de torturas, tendo inclusive sofrido um aborto «na sala de torturas, a ponta de bota», e Ivan Seixas, filho de Joaquim Seixas, preso e torturado juntamente com o pai que veio a morrer nas mãos da OBAN.

Os depoimentos destes três comoveram vários parlamentares vacilantes como o moderadíssimo João Ferraz de Minas, e criaram um clima onde a negativa de outros tantos, como por exemplo Alberto Goldman de São Paulo, caíram no ridículo, para não dizer no grotesco.

A uma dada altura das discussões Goldman, disse: «eu, como inimigo comprovado da ditadura, se soubesse destas testemunhas poderia também ter trazido outras tantas, também vítimas da repressão e que deporiam a favor de não se votar pela CPI. Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, mortos pela repressão, se vivos, hoje aqui, tenho certeza, como cabos eleitorais meus que foram votariam contra esta proposta, que é não somente inoportuna mas também inócua.»

A platéia do plenário sob gritos de «isto é um insulto»; «pergunte a Clarice Herzog, ela assinou o abaixo assinado pela CPI», criou tamanho impacto que Goldman não teve senão que abandonar o microfone e retirar-se da mesa.

Do lado do governo, tudo indica que não foi somente o governo quem obrou. Estava claro desde o início que a Arena não toleraria de forma alguma a CPI, e que se necessário, romperia o acordo de cavalheiros que havia concedido ao MDB a definição de duas dentre as cinco CPIs do ano. Mas também a seu favor. O líder do governo, Marchezan, fala que o MDB foi quem rompeu o acordo, pois ficara pré-estabelecido que as CPIs da oposição não incluiriam o tema das torturas. Assim, segundo ele, quem rompeu o acordo foi o próprio MDB. Se é difícil saber como se passou este acordo entre Marchezan e Freitas Nobre no entanto é sabido que os deputados mais chegados ao líder do MDB votaram e agiram sempre contra a CPI. Assim não é de todo infundado supor que nos acordos de cavalheiros, de fato tenha ficado implícito para Marchezan que a CPI dos Direitos não passaria.

Mas de qualquer forma, o que é claro é que os argumentos, tanto do governo como dos emedebistas contrários à proposta, oscilam entre o cinismo e a inconsistência. Para o governo, segundo o Ministro da Justiça, Petrônio Portella, a conduta da oposição é «incoerente pois anistia significa esquecimento, e os que querem com a CPI é revanchismo». Ou então Marchezam: «não se pode transformar o Congresso num tribunal para julgar a Revolução, que terá tido seus excessos, mas teve também seus benefícios e hoje tem coragem de lutar pela democracia». O que é de se espantar é que argumentos muito semelhantes surgiram do lado de alguns oposicionistas: «não podemos querer ter um tribunal de Nuremberg quando o nazismo ainda está no poder», foi a frase que mais se ouviu destes emedebistas contrários à proposta.

No entanto o que Airton e outros queriam não era uma ilusão. Mesmo que militares se recusassem a depor na CPI, mesmo que ela viesse a ser vetada pela Arena como foi, a vitória significou abrir um espaço de legitimação política para a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Que é justamente aquilo que o governo bem como alguns setores da oposição não querem, ou não querem para já, adequando-se desta forma ao projeto governamental de uma distensão gradual.

E isto é tão mais verdade, que foi somente quando Airton usou o argumento final de que o «MDB não deveria assumir o ônus do veto à CPI quando a própria Arena, ao que tudo indicava, iria se encarregar disto», referindo-se ao rompimento provável, dos cavalheiros, que a votação se definiu apresentada. E foi o que ocorreu: vários oposicionistas bandearam para o lado da aprovação, já sabedores e reconfortados de que a medida não passaria de simbólica.

O assunto contudo não morreu. Segundo Airton, o MDB aprovará já a criação a nível federal, estadual e municipal de Comissões de Direitos Humanos permanentes, para levar por sua própria conta as investigações relativas ao tema. Além do que, o pedido da CPI deverá ser levado formalmente à mesa da Câmara para obrigar a Arena a rejeitá-lo oficial e explicitamente, ganhando-se assim a oportunidade de reabrir novamente as denúncias.

Quem foi quem no MDB

Niels Andreas

A comemoração da vitória

Os 69 a favor

Ademar Santillo, Airton Soares, Aldo Fagundes, Alceu Colares, Aluízio Paraguaçu, Álvaro Dias, Amadeu Geara, Amâncio Azevedo, Antonio Anibelli, Antonio Carlos, Antonio Russo, Aurélio Peres, Benedito Marcílio, Cardoso Fregatani, Carlos Alberto, Carlos Bezerra, Castro Coimbra, Cristina Tavares, Del Bosco Amaral, Edgar Amorin, Epitácio Cafeteira, Ernesto Dale'Adlio, Ernesto Marco, Fernando Cunha, Francisco Libardoni, Francisco Pinto, Freitas Diniz, Fued Bib, Heitor Furtado, Iranildo Pereira, Irã Saraiva, Isael Dias Novais, Jerônimo Santana, João Arruda, J.G.de Araújo Jorge, João Cunha, João Gilberto, João Menezes, Jorge Ferraz, Jorge Gama, Jorge Uequed, Jorge Viana, José Maurício, Júlio Costa Milan, Lázaro de Carvalho, Lúcia Viveiros, Luiz Batista, Luiz Sechinel, Mauricio Fruet, Max Mauro, Mendes de Melo, Mendonça Neto, Nivaldo Krugher, Odecir Klein, Optacílio Queiroz, Oswaldo Lima, Osvaldo Macedo, Pacheco Chaves, Paulo Borges, Paulo Marques, Paulo Rattes, Pedro Ivo, Ronan Tito, Santílio Sobrinho, Valdemir Belinati, Valdir Valter, Valmor de Luca, Valter Silva.

Niels Andreas

O deputado Airton Soares, que dirigiu a comissão preparatória.

Os 57 contra

Adalberto Camargo, Airton Sandoval, Alberto Goldman, Aluízio Bezerra, Antonio Zacharias, Audálio Dantas, Carlos Cotta, Cardoso Alves, Carneiro Arnaud, Délio dos Santos, Euclides Scalco, Fernado Coelho, Fernando Lira, Figueiredo Correa, Flávio Chaves, Gilson de Barros, Hélio Duque, Henrique Alves, Horácio Ortiz, Jackson Barreto, Jader Barbalho, Jayro Maltoni, João Herculano, Josel Vivas, Jorge Cury, Jorge Paulo, José Carlos Vasconcellos, José Costa, Juarez Batista, Juarez Furtado, Júnia Marise, Leopoldo Bessone, Mac Dowell Leite de Castro, Manoel Gonçalves, Marcelo Cerqueira, Marcelo Cordeiro, Marcondes Gadelha, Márcio Macedo, Mario Hato, Mario Moreira, Nabor Junior, Natal Gale, Nélio Lobato, Otávio Torrecilla, Padre Leão, Pimenta da Veiga, Ralphi Biasi, Renato Azeredo, Roberto Freire, Roque Aras, Ruy Côdo, Samir Achoa, Sebastião Rodrigues, Tertuliano Azevedo, Tidei de Lima, Walber Guimarães.

32 em cima do muro?

Os 32 deputados restantes da bancada se abstiveram, ausentando-se da sala de votação. Alguns inclusive até mesmo estavam presentes no recinto da Câmara como foi o caso do velho pessedista Ulisses Guimarães, presidente do MDB.

Bastará expulsar os adesistas?

Sob a imagem negativa da suada definição do partido pela CPI dos Direitos Humanos bem como da anunciada agilização da reordenação partidária, o líder do MDB, Freitas Nobre, promete depurar o partido. Mas uma pesquisa recentemente realizada entre os membros do MDB mostra que as dificuldades para a «frente das oposições» se adequar às oposições populares são bem maiores que a simples questão dos adesistas.

Fora com os adesistas! Foi a palavra de ordem lançada pelo líder do MDB na Câmara, o deputado Freitas Nobre, na última segunda-feira em São Paulo no ato de adesão dos arenistas Severo Gomes, Paulo Kobayashi e Sampaio Dória ao partido oposicionista. Há muito tempo ele e outros emedebistas vinham falando em avançar o programa do MDB, preparando-o para entrar na reordenação partidária como o grande partido popular. E ao que tudo indica, a árdua tentativa de fazer passar no partido a aprovação de uma CPI dos Direitos Humanos, apesar de afinal vitoriosa, deixou uma imagem negativa do MDB diante do eleitorado, dada a significativa oposição interna à proposta.

Assim é que Freitas Nobre agora enfatiza que a porta está aberta a todos aqueles que insistem em seguir os caminhos «fáceis do empreguismo adesista servindo ao Governo e não se identificando com a luta que o Partido empreende visando à implantação do Estado de Direito». E a disposição do líder bem como de seus companheiros «autênticos» parece que é para valer, pois ela vem justamente neste momento em que o próprio Governo, através do presidente da Arena — o outrora «maior partido do Ocidente» — senador José Sarney, anuncia que a reforma partidária ganha caráter imediato.

Mas o que será este MDB depurado? Bastará a saída dos adesistas com o ingresso de liberais progressistas do tipo Severo Gomes, e de excassados como Paulo de Tarso, Almino Affonso, respectivamente Ministros da Educação e do Trabalho do Governo João Goulart, entre outros? Um MDB sem adesistas será um instrumento adequado para responder, a nível parlamentar, pela «unidade das oposições populares» na luta contra o regime autoritário»?

Ao que tudo indica isto estaria longe de ser o bastante. No recente episódio da votação da CPI dos Direitos Humanos, ficou patente que o problema não eram tanto os adesistas mas sim setores dos próprios «autênticos» como o deputado Alberto Goldman de São Paulo entre outros. E é inegável que a questão da CPI serviu de termômetro para se ver como setores do partido tenderão a se comportar frente a outras tarefas que a luta democrática vem e virá colocando para as oposições populares. Se numa questão como esta — muito mais simbólica do que de efeitos concretos na luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita — uma grande parte do MDB recua, o que dizer das tarefas que necessariamente terá pela frente um «vigoroso instrumento na luta contra a ditadura» como muitos pretendem vê-lo?

Mas os problemas não param aí neste episódio da CPI, no que toca ao MDB como uma unidade ou «frente das Oposições», como tornou-se comum dizer.

No mês de março deste ano, o Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro — IUPERJ — realizou uma pesquisa a base de questionários entre os atuais parlamentares federais, ouvindo 416 dos 487 congressistas da nova safra de 1978. Uma bateria de questões foi apresentada a cada parlamentar — deputados e senadores — e os resultados tabulados, dando assim um perfil do Congresso atual bem como das respectivas bancadas da Arena e do MDB.

Os dados são extremamente reveladores para a discussão do que é o MDB atual. E demonstram que o problema que o partido apresenta para se constituir no braço parlamentar das oposições populares está longe de se circunscrever apenas aos poucos adesistas de hoje. Por exemplo, 32,8% dos emedebistas entrevistados se manifestaram contrários à anistia ampla, geral e irrestrita; 45,2% são a favor de um abrandamento da atual Lei de Segurança Nacional, mas não de sua revogação; 55,5% são também favoráveis a um abrandamento da atual legislação sindical fascista, mas não de sua revogação etc.

O que o conjunto das cifras mostra é que face aos temas que fogem ao espectro moderadamente liberal-nacionalista em termos programáticos, o conjunto emedebista tende a se dividir significativamente. O que leva à conclusão que a parcela do MDB que se afinaria mais com a temática popular na luta democrática é bem menor do que se alardeia tanto hoje em dia.

Isto para ficarmos apenas nas definições programáticas aferidas pela pesquisa. Deixando de lado, portanto, a questão dos métodos e formas bem como das avaliações de circunstância e oportunidade. O que foi o caso no episódio das greves do ABC e agora da CPI dos Direitos Humanos. Portanto, se limitamo-nos às definições em termos de posição a priori diante dos temas, a situação do partido já é precária. O que dizer então na hora do pega pra valer?

É claro que esta pesquisa deve ser relativizada. Os mais combativos dentro do MDB tendem a puxar os moderados e vacilantes, sobretudo quando respaldados pela pressão das massas em ascensão. Assim, estes números são apenas indicadores dos problemas que a pretendida depuração terá que enfrentar e não um dado cristalizado.

Mas mesmo relativizados, eles valem como material para se avaliar a tarefa que Freitas agora vem anunciar. Eis aqui alguns dos resultados da pesquisa referentes à opinião de parlamentares do MDB relativamente a alguns temas da atualidade. Os números referem-se aos percentuais que cada resposta obteve sobre um total de 195 parlamentares oposicionistas entrevistados.

Anistia

— A favor da ampla, geral e irrestrita	67,2%
— Contra a ampla, geral e irrestrita	32,8%

Lei de Segurança Nacional

— A favor da revogação	52,1%
— A favor do abrandamento	45,2%
— A favor de uma Lei mais rigorosa	1,1%
— A favor da manutenção	1,6%

Legislação Sindical atual

— A favor da revogação	38,1%
— A favor do abrandamento	55,5%
— A favor de uma Lei mais rigorosa	5,3%
— A favor da manutenção	1,1%

Reformas de Geisel

— Fim do AI-5 não mudou o regime	60,3%
— Reformas agravaram autoritarismo	8,5%
— Reformas aumentaram abertura	31,2%

Constituinte

— A favor	88,5%
— Contra	11,5%

Censura no Rádio e Televisão

— A favor da revogação	75,2%
— A favor do abrandamento	17,9%
— A favor da manutenção	6,9%

Legislação atual sobre capital estrangeiro

— É adequada	1,6%
— Deve ser mais restritiva	93,6%
— Deve ser menos restritiva	4,8%

Sigilo do Conselho de Direitos Humanos vai para as cucuias

PRESOS POLÍTICOS ACUSAM:

Figueiredo mantém máquina de tortura em funcionamento

O ministro Petrônio Portela, da Justiça, informou que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, recebeu na sua primeira reunião sigilosa da semana passada, um documento de 14 políticos, que cumprem pena pela Lei de Segurança Nacional no Rio. «Em Tempo» não dá bola para o sigilo e publica agora as principais partes do «O Nosso Testemunho», no qual denunciamos 251 torturadores, 29 métodos de tortura, 27 dependências governamentais utilizadas como centros de tortura, 40 assassinatos de presos políticos e 8 métodos de ocultamento de assassinatos. O ministro Portela poderá dizer agora que também na sua pasta, o «seu negócio são os números».

A primeira denúncia que o recém-ativado Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana recebeu, já na sua reunião inicial do último dia 9, é um petardo de grosso calibre, cujas acusações aos governos pós-64 são suficientes para vários meses de investigação e apuração, caso o órgão, ao contrário do que já se disse sobre o Brasil, pretenda ser realmente sério.

Trata-se de um consistente documento de nada menos que 44 páginas, datilografadas em espaço mínimo, num total de mais de duas mil linhas. O trabalho foi burilado minuciosamente por 14 presos políticos da penitenciária do Rio, que assinaram em várias partes, além de rubricar todas as páginas do texto.

Os números da denúncia: 251 policiais e militares acusados de serem torturados; 29 métodos diferentes de tortura, com respectivas variantes; 27 dependências governamentais, (quartéis, delegacias, etc) apontadas como centros de tortura; 40 assassinatos de oposicionistas do regime militar; 8 métodos de ocultamento de assassinatos de presos políticos. Sem dúvida alguma, o Ministro da Justiça, Petrônio Portella, terá motivos de sobra para também dizer que «seu negócio é números...», à semelhança do personagem Dr. Sardinha, de Jô Soares.

A denúncia dos condenados pela Lei de Segurança Nacional, que cumprem pena no presídio político carioca, está datada de 16 de abril, preparada para ser entregue preliminarmente dois dias depois na manifestação que ocorreu no Rio de Janeiro, em comemoração do aniversário da conquista da anistia de 1946, num ato público programado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia. É dirigida à Ordem dos Advogados do Brasil, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, Comissão de Direitos Humanos do MDB, aos parlamentares da Comissão pré-CPI dos Direitos Humanos do MDB, Comitê Brasileiro para Anistia, Movimento Feminino pela Anistia, e a todas entidades e personalidades que lutam pela anistia e pelos direitos humanos no Brasil e no exterior».

São os seguintes os presos políticos que o assinam: Alex Polari de Alverga (já em liberdade), José Roberto Gonçalves de Rezende, Nelson Rodrigues, Paulo Roberto Jabur, Manoel Henrique Ferreira, Jorge Raimundo Júnior, Jorge Santos Odria, José André Borges, Gilney Amorin Viana, Carlos Alberto Salles, Perly Cipriano, Hélio da Silva, Antonio Pereira Matos, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins e Jesus Parede Soto.

Os 14 esclarecem o porquê da iniciativa: «As ditaduras não são eternas e seus crimes, se bem que possam demorar a vir à tona, nunca passam incólumes frente à História. Hoje, apesar da tentativa no sentido contrário, não é mais possível escamotear a existência da tortura em nosso país, não é mais possível recorrer ao cinismo que transformava as nossas denúncias em uma nova modalidade de «crime contra a Segurança Nacional»: o de denegrir a imagem do país». E mais: «sempre acreditamos na inevitabilidade da apuração das nossas denúncias, na medida em que efetive a democratização do País, em que a intervenção política das massas seja suficientemente forte e capaz para promover uma consequente apuração e responsabilização dos autores de todos os crimes cometidos no decorrer destes anos de ditadura militar».

O RELATÓRIO

«O Nosso Testemunho», como é denominado o documento, começa com um preâmbulo de crítica contundente à nova Lei de Segurança Nacional, baixada em janeiro, e chama a atenção para as manobras de que estão sendo vítimas os presos políticos: «cada vez mais, uma série de dados inquietantes se avolumam no sentido de bloquear e reverter contra nós o direito líquido e certo referente às reduções de penas. Uma verdadeira confusão e uma polêmica artificializada se instauraram em todas as instâncias do judiciário e os benefícios automáticos dessas reduções — que há meses deveríamos usufruir — correm o risco de se tornarem o campo de batalha onde irão explodir outros confrontos políticos do regime, influenciando — como não poderia deixar de ser — a luta jurídica que porventura ainda assim tivesse que ser travada», alertam os redatores do documento.

Em seguida, numa segunda parte, os presos políticos procuram demonstrar que «a máquina de tortura continua funcionando», isto é, todo o aparelho de repressão e informação lentamente construído nos quinze anos de ditadura militar foram repassados ao general Figueiredo, como dote de governo. (ver abaixo).

Em terceiro lugar, «O Nosso Testemunho» apresenta um verbete com cada um dos 14 presos políticos, contendo seus dados pessoais, a organização clandestina a que foram acusados de pertencer, os tipos de tortura sofridos, e os nomes de quem os torturou, e por quanto tempo. Talvez seja a mais criteriosa lista de policiais e militares acusados como torturadores, de todas as que vem sendo divulgadas.

IMAGINAÇÃO CRIADORA

«As torturas por nós sofridas» é a quarta parte da denúncia, descrita de forma sucinta. Dizem eles: «como se pode deduzir essas formas de tortura foram empregadas mais ou menos generalizadamente, e nós próprios presenciamos ou sabemos do seu emprego contra centenas de outros prisioneiros políticos, opositores do regime militar».

São elas: capuz, imobilização, espancamento, corredor polonês, telefone, pau de arara, choques elétricos, hidráulica, palmatória, escova de aço, nó da máfia, queimaduras com cigarro, cadeira do dragão, tamponamento por éter, tortura sexual, soro da verdade ou pentotal, geladeira, processos simulatórios de pressão psicológica e utilização de violência em terceiros, «assistência médica», utilização de animais, aborto intencional, arrastamento em viatura, escalpo, churrasquinho, cama cirúrgica, capacete ou coroa de cristo, aulas de tortura. Enfim, a verdadeira maravilha da técnica, o know-how nacional na era do satélite eletrônico...

A próxima preocupação dos denunciantes é comprovar que a «a justiça militar é conivente com a tortura». Entre os fartos exemplos citados: cerceamento do direito de defesa dos acusados; atitudes prepotentes dos juízes auditores; recusa de transcrição das declarações dos acusados e mesmo tegiversação; aceitação como prova principal nos julgamentos de depoimentos arrancados ou forjados nos centros de tortura, e até mesmo, a convocação de notórios torturadores para servirem de testemunhas contra os réus!

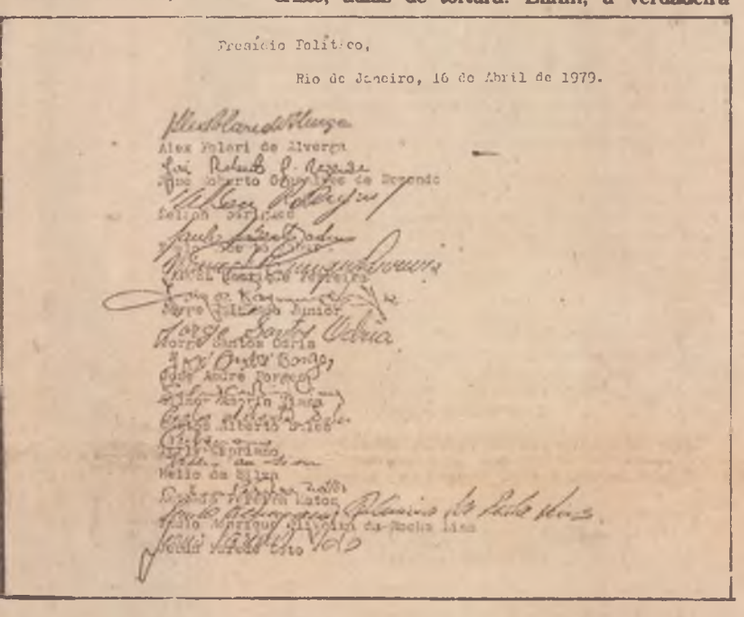
A sétima parte do texto é uma «relação geral dos torturadores», classificados em três seções: «aqueles que nos torturam diretamente», e «aqueles que presenciamos torturando companheiros nossos», e, «aqueles que temos conhecimento por intermédio de relatos e testemunhos a nós prestados por companheiros» de cárcere.

Há também uma lista de locais utilizados como centros de tortura. E a descrição dos métodos empregados para ocultar assassinatos de presos políticos: combates simulados, atropelamentos, operações de resgate, suicídios simulados, utilização das «casas da morte», laudos cadavéricos falsos, lacramento de caixões, desaparecimentos. Finalmente, o testemunho sobre assassinatos de opositores do governo, casos como o Stuart Edgar Angel Jones, entre muitos outros, encerra «O nosso testemunho».

O documento foi acolhido pela imprensa, embora os autores deixaram mais do que claro que assumiam a responsabilidade pelas denúncias.

Agora, na semana passada, o texto foi encaminhado pelo ex-banido Lúcio Flavio Requeira ao jornalista Barbosa Lima Sobrinho, da Associação Brasileira de Imprensa, momentos antes dele entrar para a primeira reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Essa informação foi prestada pelo ministro Portela, ao conceder entrevista coletiva em Brasília acerca dos resultados do encontro. O ex-líder da Arena anunciou também que designará um relator para examinar a matéria, e afirmou, por outro lado, que ainda não leu o texto.

Entretanto, ao que ele deu a entender o documento dos presos políticos cariocas deverá permanecer na gaveta, já que adiantou sua opinião de que o CDDPH só examinará violações dos direitos humanos que ocorrerem «daqui para frente».



Presídio Político,

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1979.

Alex Polari de Alverga

A seguir, as principais partes de «O Nosso Testemunho»

A herança macabra do novo governo

O Governo mais uma vez deixa claro os estreitos limites de seus acenos democratizantes. Assim é que em vez de anistia ampla, geral e irrestrita, teremos anistia parcial e excludente. Em vez da liberdade total de organização, mais franquias legais para a formação de novos partidos. Em vez de liberdade sindical, algumas modificações na CLT. Em vez do debate sobre a Constituinte, um novo «pacote» de «medidas democráticas», imposto da mesma forma como o foram as mensagens presidenciais substituindo o AI-5 pelo estado de emergência e instituindo a nova Lei de Segurança Nacional, que manteve intocados os conceitos genéricos da segurança nacional e intactos os instrumentos repressivos do antigo decreto-lei 898/69, já exaustivamente criticada.

Historicamente nos momentos de agudização das crises sociais no Brasil, as classes dominantes têm usado a tortura como elemento de repressão política contra os setores sociais explorados e marginalizados da população.

A MÁQUINA DA TORTURA CONTINUA FUNCIONANDO

Todavia, a tortura sistemática chegou ao mais elevado grau após o golpe militar de 1964, tornando-se peça importante do Estado. Logo de sua implantação, a ditadura militar desencadeou uma vasta repressão através das Delegacias Especializadas (DOPS), e já com engajamento e participação dos serviços de informação e de oficiais das Forças Armadas. Milhares de cidadãos — operários, camponeses, estudantes, intelectuais, funcionários públicos, etc. — foram presos, perseguidos, demitidos, cassados, e submetidos aos vexames dos famigerados IPM(s), não faltando a prática da tortura, e até mesmo os assassinatos.

Com o avanço das lutas das massas em 1968, observa-se o engajamento direto dos contingentes das Forças Armadas como força policial repressiva nas ruas (vide caso Para-Sar) e recrudescem novamente as atividades dos IPM(s). E culminando este processo de intervenção das Forças Armadas, decreta-se o Ato Institucional nº 5, ponto de viragem para uma nova situação política nacional, sob a égide da repressão política generalizada.

REDE DO TERROR

Em 1969, a pretexto de combater a luta armada contra a ditadura militar, esta promovera uma reorganização da superestrutura jurídica, — com o Decreto Lei 477, a nova Lei de Segurança Nacional, a nova Lei de Imprensa. a Emenda Constitucional nº1 — imposta através da Junta Militar, ao mesmo tempo que se estrutura um complexo aparelho informativo-repressivo, politicamente dirigido, e organicamente integrado às Forças Armadas, do qual o sistema DOI-CODI é a sua principal expressão.

Nos anos seguintes — período Médici —, na tentativa de destruir todas as formas de oposição política organizada, este complexo aparelho informativo-repressivo montou uma vasta rede de centros de tortura nos próprios quartéis das Forças Armadas (DOI-CODI no 1º Batalhão de Polícia do Exército, 1º Ex. Rio-RJ, CISA na Base Aérea do Galeão, Rio RI, DOI-CODI, no QG do IV Exercito, Recife-PE, etc.), em delegacias policiais (como a OBAN-SP, depois DOI-CODI-2º Exército, na delegacia de polícia da rua Tutóia, São Paulo-SP, o DOI-CODI-BH, na sede do DOPS-BH-MG etc), e, depois, em casas e sítios particulares, generalizando a prática da tortura, dos assassinatos, dos «desaparecimentos», em proporções nunca antes alcançadas, ao ponto de — ainda hoje, provocar inquietações em alguns setores das classes dominantes. Tal hipertrofia do sistema informativo-repressivo e sua total impunidade, em determinado momento chegaram a ameaçar a própria estabilidade do regime, com a ocorrência de quebra de hierarquia dentro das corporações militares, e influências conflitantes sobre a administração civil.

Dessa forma quando o General Geisel assumiu o Governo, em 1974, era tamanha a pressão da opinião pública nacional e internacional contra este estado de coisas, que se viu obrigado a impor um certo controle sobre o sistema informativo-repressivo, «limitando» seus poderes extraordinários e, principalmente, procurando encobrir sua atuação.

Diante das denúncias de inúmeros casos de «desaparecimentos», viu-se o regime na contingência de responder publicamente, e o fez em nota emitida pelo Ministério da Justiça, nota eivada de mentiras e dados falsos. Concomitantemente acionou seu sistema de propaganda oficial (ARP), e seus porta-vozes políticos, para negarem os fatos ou, quando muito, admitirem a possibilidade de ocorrência, no passado, de «excessos de zelo», por parte de funcionários subalternos, mas que doravante estes não mais ocorreriam. Tentou-se vender a imagem que o Governo Geisel estaria sinceramente comprometido com o respeito aos direitos humanos.

APERFEIÇOANDO O SISTEMA

Porém a falácia não resistiu aos fatos.

Cedo verificou-se que o Governo Geisel continuou — embora mais seletivamente — a política de liquidação física da oposição mais consequente a ditadura militar, como, por exemplo, no caso do «desaparecimento» de 10 membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (conforme declaração do Sr. Luis Carlos Prestes, ao **Coojornal**, nº 37, janeiro/79, pág. 23).

As mortes no DOI-CODI-São Paulo de Wladimir Herzog (outubro/75) e de Manoel Fiel Filho (janeiro/76), desmascararam definitivamente a falsa imagem do governo Geisel, e obrigaram o General-Presidente a mudar o comando do 2º Exército, como tentativa de conseguir maior controle sobre o aparelho informativo-repressivo, diante dos grandes protestos que estas mortes geraram em todo o País.

No entanto, mesmo já sob novo comando e — como se veiculava — sob o controle direto do General Geisel, voltam-se a repetir assassinatos na área do 2º Exército, em São Paulo-SP. O DOI-CODI-2º Ex. em dezembro de 1976 assassina três dirigentes do Partido Comunista do Brasil, em circunstâncias ainda não esclarecidas. E as torturas igualmente continuaram, por toda parte, como atestam as denúncias de novos prisioneiros políticos em 1976 e 77 (Aldo Arantes, Celso Brambilla, e os indiciados no processo do MEP, etc.).

A repressão ao movimento guerrilheiro rural no Araguaia iniciada no Governo Médici e continuada no do Gal. Geisel — da qual se vangloria o regime, foi uma extensa campanha de assassinatos e torturas com a especificidade e agravante de atingir indiscriminadamente guerrilheiros, camponeses e habitantes da região. Milhares de soldados do Exército, Aeronáutica, Marinha, e das Polícias Militares, para lá se deslocaram, e como eles o DOI-CODI e conhecidos torturadores, que ali perpetraram hediondos crimes, confiantes na Censura à imprensa que impedia a divulgação de qualquer notícia sobre o assunto, e no pressuposto do sigilo garantido pelo Governo do General Geisel.

Em verdade, o Governo Geisel, neste particular, apenas se limitou a aperfeiçoar o sistema, jamais colocando em causa sua existência e atuação dos órgãos de segurança. Tornou mais seletiva a política de assassinatos, que no período Médici tinha se tornado indiscriminada.

No entanto, é inegável que a repressão procura se adaptar aos novos tempos. Assim como, ao final do Governo Geisel, elabora-se uma nova Lei de Segurança Nacional, mais adequada às presentes «necessidades» e possibilidades de repressão, a própria atuação dos órgãos de segurança cerca-se de maiores cuidados e formalidades. Já não é possível diante do crescimento das forças políticas de oposição ao regime a utilização aberta e indiscriminada da tortura e do assassinato.

O QUE MUDA COM FIGUEIREDO?

Neste quadro, em que se inicia o Governo do general Figueiredo, é legítimo perguntar:

Mudou o regime?

Em que sentido modificou-se a legislação de exceção?

Em que essas mudanças afetaram a existência, atuação, e poder dos órgãos do sistema informativo-repressivo?

Em verdade nada mudou no essencial.

O regime em toda sua estrutura de poder continua fundamentalmente sendo uma ditadura militar.

A legislação de exceção continua essencialmente a mesma.

As «salvaguardas» incorporadas ao arremedo de Constituição asseguram ao General-Presidente poderes de decretar verdadeiro estado de sítio localizado ou generalizado, e suspender a vigência de todas as garantias individuais inscritas na Constituição; de cassar mandatos parlamentares e suspender direitos políticos; de praticar toda sorte de arbitrariedades contra a oposição e a população — à revelia do Congresso, e do Poder Judiciário.

Além dessas «salvaguardas» que formam o arsenal de reserva do regime contra as pressões populares, continuam vigentes todas as leis de exceção: a Lei de Imprensa, a Lei de Greve, e principalmente a nova Lei de Segurança Nacional, que repete todos os conceitos e capitulações da LSN anterior, e assegura as possibilidades das mesmas formas de atuação do sistema informativo-repressivo (incomunicabilidade de 8 dias, comunicado reservado da prisão às autoridades judiciárias, prazos dilatados e prorrogáveis para os inquéritos, etc.).

A HERANÇA DO NOVO GOVERNO

Continua intacta a estrutura do sistema informativo-repressivo.

Continuam ativos o DOI-CODI, os serviços de informação das Forças Armadas (Cie, Cenimar, Cisa), o SNI, os serviços secretos das Polícias Militares, as delegacias especializadas da polícia civil, todos eles voltados para a repressão política. A novidade tem sido a transferência para a Polícia Federal de certas atividades e principalmente das atividades ostensivas, onde se reproduziu um aparelho repressivo-torturador semelhante ao do DOI-CODI.

Realmente, se pode concluir que, no conjunto, o sistema informativo-repressivo se formou mais sofisticado em seus métodos de trabalho, sinal de que pretende continuar interferindo de forma ativa na vida política nacional.

O atual governo, do general Figueiredo, é, pois, o fiel depositário da herança, e o legítimo continuador da política de seus antecessores. É apenas mais um elo que se acrescenta à corrente do regime militar implantado no País desde 1964. Não há, portanto, qualquer possibilidade de estanquizá-lo no interior do sistema. É um momento diferente de uma mesma coisa, motor do mesmo processo, ingrediente de uma mesma política e instrumento de uma mesma opressão econômica, política e social.

Em verdade, um mês de governo do General Figueiredo revela a continuidade da política repressiva que tem caracterizado os 15 anos de ditadura militar, embora adaptada à nova situação política emergente. Já se repetiram prisões arbitrárias, realizadas no Rio de Janeiro e Belo Horizonte-MG; manutenção de presos políticos em regime de total incomunicabilidade sob condições psicológicas degradantes para responderem os interrogatórios; ademais, sem a assitência e a garantia da presença de advogados. Também revelou a especialização alcançada pelos órgãos de todo o aparelho informativo-repressivo, embora só tenham aparecido ostensivamente a Polícia Federal e o DOPS-BH. Contudo, a política repressiva deste novo governo não se limitou a prisões localizadas, lançou a polícia contra os operários em greve no ABC-São Paulo, ocupando cidades com contingentes policiais militares que passaram a reprimir, espancar e prender operários, em massa; interviu nos sindicatos e proibiu reuniões —procurando intimidar e destruir o nascente movimento sindical dos trabalhadores.

Da mesma forma reprimiu as manifestações populares em Caxias-RJ, e na cidade do Rio de Janeiro RJ, e outros locais, visando calar o povo.

Novas denúncias de tortura e assassinatos ainda não surgiram, contudo a legislação de exceção e a intocabilidade dos órgãos de segurança garantem ao regime militar o poder de a elas recorrer tão logo lhe aprouver.

Sinal de que nada mudou no essencial.

Continua nas páginas 6 e 7

A máquina da repressão, uma herança para o general Figueiredo

«Continua intacta a estrutura do sistema informativo-repressivo. Continuam ativos o DOI-CODI, os serviços de informação das Forças Armadas (Cie, Cenimar, Cisa), o SNI, os serviços secretos das Polícias Militares, as delegacias especializadas da polícia civil, todos eles voltados para a repressão política. O sistema tornou-se mais sofisticado até. E o general Figueiredo é o fiel depositário desta herança, o legítimo continuador da política de seus antecessores, um elo a mais na corrente do regime militar implantado em 1964».

Nas engrenagens da dor

(Relatório pessoal sobre torturas e torturadores. Aqui, os 14 presos políticos resumem em verbetes as atrocidades que sofreram e apontam seus algozes)

Um guia para leitura

Os critérios adotados e obedecidos por nós nesta parte do documento são os seguintes:

Quanto ao item organização: Constam os nomes das organizações que fomos acusados de pertencer na data da prisão, sem que isso corresponda necessariamente com a veracidade da acusação.

Relatamos apenas os tipos de torturas que nos foram diretamente aplicadas.

Quanto aos locais em que fomos torturados ou que estivemos presos a listagem não obedece necessariamente a uma cronologia.

Só relacionamos os nomes de agentes policiais que participaram diretamente da tortura a que fomos submetidos. Excluímos os torturadores que vimos torturar outros companheiros, mas que não nos torturaram, os mandantes da tortura, os oficiais policiais de análise, agentes de busca e captura, burocrata, fotógrafos, carcereiros, enfim, todos aqueles que trabalhavam e transitavam pelos centros de torturas sendo com ela coniventes, mas não nos torturaram.

Chamamos a atenção para o seguinte fato: a relação dos agentes torturadores, em cada caso individual, e ainda bastante incompleta. Não nos foi possível identificar todos aqueles que nos seviciaram.

O período de incomunicabilidade corresponde, basicamente, no tempo em que éramos submetidos a torturas.

Alex Polari de Alverga

Brasileiro, 28 anos. Data da prisão: 12/05/1971 no Rio de Janeiro. **Organização:** VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). **Locais** onde foi torturado: DOPS/RJ, PE da Rua Barão de Mesquita, CISA-Base Aérea do Galeão. Locais onde esteve preso DOPS/RJ, PE da Barão de Mesquita, CISA-Base Aérea do Galeão, Presídio Hélio Gomes, Ilha Grande, 1° Batalhão de Comunicação Divisionaria, Regimento Floriano (1° R.O.-105), 25° Batalhão de Infantaria Blindada, 1° Regimento de Carros de Combate, Fortaleza de Santa Cruz, Presídio Esmeraldino Bandeira, DSE-Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetido, espancamentos, telefone, corredor polonês, crucifixo, pau de arara, choques elétricos, hidráulica , tamponamento de éter nos órgãos genitais e ânus, pentotal, geladeira, privação de agua, simulação de tortura à sua companheira.

Relação dos agentes que o torturaram:
Brigadeiro João Paulo Burnier;
Brigadeiro Carlos Afonso Dellamora,
Tenente-Coronel Muniz (Dr. Luis)
Suboficial Abilio José da Silva (Dr. Pascoal),
Capitão Lucio Barroso (Dr. Celso);
Major Pana (Dr. Pedro Paulo);
Capitão Alfredo Poeck (Mike),
Delegado Sérgio Paranhos Fleury;
Delegado Rangel;
Mario Borges (Capitão Bob);
Jair Gonçalves da Mota (Capitão)
PS Eduardo (Norminha);
Inspetor José Pereira de Vasconcelos,
Major Éber Teixeira (Dr. Bruno);
Capitão Friedmann (Nagib);
Major Duque Estrada;
Tenente Hughes;

Período de incomunicabilidade: 12 de maio de 1971 a 8 de julho de 1971.

Antonio Pereira Matos

Brasileiro, 45 anos de idade. Data da prisão: 29/01/1969 em Belo Horizonte. **Organização**: Comando de Libertação Nacional (COLINA). **Locais** onde foi torturado: DOPS/BH, Delegacia de Roubos e Furtos em Belo Horizonte, PE da Vila Militar/RJ, Locais onde esteve preso: DOPS/BH, Delegacia de Roubos e Furtos/BH, 12° R.I. /BH, CPOR/BH, Penitenciária de Linhares/Juiz de Fora, PE da Vila Militar/RJ, Hospital do Campo de Instruções de Gericinó/RJ, DSE-Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetido: Pau de arara, afogamento, choques elétricos, espancamentos, palmatoria.

Relação dos agentes que o torturaram:
Delegado Lara Rezende-BH,
José Maria-BH;
Saraiva-BH;
Pereira-BH;
Capitão João Luiz-RJ;
Tenente Ailton-RJ...

Período de incomunicabilidade: 29/01/69 a 10/05/69

Carlos Alberto Sales

Brasileiro, 27 anos de idade. Data de prisão: 29 de março de 1972, no Rio de Janeiro. **Organização**: Vanguarda Armada Revolucionária -Palmares (VAR-Palmares). **Locais** onde foi torturado: DOI/CODI-RJ. Locais onde esteve preso : DOI/CODI-RJ, Esquadrão Tenente Amaro (Vila Militar), 1° R.O.-105- Regimento Floriano (Vila Militar, CENIMAR Ilha das Flores, DOPS/RJ, Regimento Sampaio (Vila Militar), 3° Regimento de Carros de Combate, 24° BIB (Vila Militar), 19° Beloc, Fortaleza de Santa Cruz, Presídio Hélio Gomes, Ilha Grande, Presídio Esmeraldino Bandeira, DSE -Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetido: espancamento, choques elétricos, , pau de arara, geladeira, privação de água.

Relação dos agentes que o torturaram:
Inindentificáveis. Usou capuz durante todo o tempo em que foi torturado.

Período de incomunicabilidade: 45 dias a partir da data da prisão no DOI/CODI-RJ. Após 2 meses de prisão foi posto novamente incomunicável por 15 dias no Cenimar. Em 12 de dezembro de 1972, retornou às dependências da PE da Barão de Mesquita onde foi novamente submetido a isolamento e torturas durante 15 dias.

Gilney Amorim Viana

Brasileiro, 34 anos de idade. Data da prisão: 30 de abril de 1964. **Organização**: Partido Comunista Brasileiro. **Locais** onde foi torturado: QG da 1ª ID/4 da 4ª DI/BH. Locais onde esteve preso: QG da 1ª ID/4 da 4ª DI/BH, DOPS/BH, Colonia penal Magalhães Pinto-Neves Minas Gerais. **Torturas** a que foi submetido: espancamento, ameaças de fuzilamento.

Relação dos agentes que o torturaram: Simeão de Faria Filho — Chefe dos interrogatórios, Nelson Sarmento.

Período de prisão: desde o dia 30 de abril a 14 de maio de 1964.

Data de prisão: 18/03/1970. Organização. Corrente Revolucionária de Minas Gerais e AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). Locais onde foi torturado: DOI/CODI/RJ. Locais onde esteve preso: DOI/CODI/RJ, Presídio Hélio Gomes, Ilha Grande, 4ª Cia. de PE/Juiz de Fora/MG. Penitenciária de Linhares-Juiz de Fora/MG, DSE-Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetido: espancamentos, corredor polônes, telefone, pau de arara e choques elétricos.

Relação dos agentes que o torturaram: Capitão Gomes Carneiro, Timóteo, Zambisnki, Cabo Gil, Major Zamith, Soldado Baiano, Tenente Correa Lima, Major Fred ou Friedmann Perdigão Pereira, Investigador Pinto.

Período de incomunicabilidade: de 18 de março de 1970 a 25 de abril de 1970. Retornou às dependências do DOI/CODI/RJ por 4 vezes durante os anos de 1972 e 1973, tendo sido espancado em todas essas vezes.

Hélio da Silva

Brasileiro, 36 anos de idade. Data da prisão; 29 de março de 1972 no Rio de Janeiro. **Organização**: Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). **Locais** onde foi torturado: DOI/CODI RJ. PE da Vila Militar, Fortaleza de Santa Cruz. Locais onde esteve preso: DOI/CODI-RJ, Hospital Central do Exército-HCE, PE da Vila Militar, Regimento Sampaio-RJ, Ilha das Flores, Regimento de Cavalaria Andrade Neves-Vila Militar, Fortaleza de Santa Cruz, Presídio Hélio Gomes, Ilha Grande, Presídio Esmeraldino Bandeira, DSE-Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetido: privação de alimentos, geladeira, choques elétricos, espancamento, telefone e cela com gás lacrimogênio.

Relação dos agentes que o torturaram:
Inindentificáveis. Usou capuz durante o tempo todo em que foi torturado.
Sargento Barbosa - FSC;
Sargento Milton - FSC;
Cabo Monção - FSC;

Período de incomunicabilidade: 29 de março de 1972 a julho de 1972. Em 12 de dezembro de 1972 foi transferido para o DOI/CODI-RJ novamente, ficando incomunicável por 15 dias e torturado. Em 1974, na Fortaleza de Santa Cruz, também foi submetido a torturas.

Jesus Parede Soto

Espanhol, 30 anos de idade. Data de prisão: 22 de abril de 1974 em São Paulo. **Organização**: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Locais onde foi torturado: DOI/CODI-SP, DOI/CODI-RJ. Locais onde esteve preso: DOI/CODI-SP, DOI/CODI-RJ, DEOPS/SP, Presídio do Hipódromo-SP, Presídio do Barro Branco-SP, DSE-Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetido: espancamento, coronhadas, telefone, pau de arara, cadeira do dragão, churrasquinho (queimaduras com alcóol).

Relação dos agentes que o torturaram:
Major Carlos Alberto Brilhante Ustra;
Investigador Pedro Ramiro;
Os seguintes se conhecem apenas os nomes fictícios:
Caio, alemão-SP;
Capitão Homero - SP;
Douglas - SP;
Escrivão de Polícia Gaeta, Mangabeira-SP,
Dr. José - SP;
Dr. Jorge - SP;
Dr. Paulo - SP;
Capitão Ubirajara - SP;
Tenente Samuel - SP;
Capitão Cabral - SP;

Período de incomunicabilidade: a partir da data da prisão, 45 dias no DOI/CODI-SP

Jorge Santos Odria

Colombiano, 51 anos de idade. Data de prisão: 25/05/1969 em Belém do Pará. Locais onde foi torturado: Central de Polícia de Belém-PA, Presídio São José em Belém-PA. Locais onde esteve preso: Central de Polícia em Belém, Presídio São José em Belém, Ilha Grande, Presídio Hélio Gomes, Presídio Esmeraldino Bandeira, DSE-Presídio Milton Dias Bandeira.

Torturas a que foi submetido: espancamentos.

Relação dos agentes que o torturaram:
Identificáveis pessoalmente, mas não sabe os nomes

Período de incomunicabilidade: 4 dias a partir da data da prisão.

José André Borges

,Brasileiro, 47 anos de idade. Data da prisão: 6 de agosto de 1969 no Rio de Janeiro. **Organização**: Movimento Armado Revolucionário (MAR) Locais onde foi torturado: DOI/CODI-RJ, Ilha Grande,Locais onde esteve preso: DOI/-CODI-Rj, Presídio Hélio Gomes, Presídio Lemos de Brito, Ilha Grande, Presídio Esmeraldino Bandeira, Fortaleza de Santa Cruz, DSE-Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetido: pauladas na cabeça, espancamento, telefone dos agentes que o torturaram:
Soldado Elias;
Soldado Baiano;
Major Fontenele;
Major PM Astral Manhães:
Timóteo;
Adilson - Guarda do DESIPE;
Zaqueu Pereira - Guarda do DESIPE,
Alvaro - Guarda do DESIPE;

Periodode incomunicabilidade: 30 dias a partir da data da prisão. Nos meses de novembro e dezembro de 1969, era diariamente espancado pela guarda do Presidio da Ilha Grande. Em 1970 foi posto no isolamento na Ilha Grande, sem visitas e banho de sol, sendo forçado, diariamente a ouvir os gritos dos presos sendo espancados.

José Roberto Gonçalves de Rezende

Brasileiro, 35 anos de idade. Data de prisão: 7 de maio de 1971 no Rio de Janeiro. **Organização:** Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Locais onde foi torturado: DOPS/RJ, CISA/Base Aérea do Galeão, DOI/CODI/RJ , Fortaleza de Santa Cruz. Locais onde esteve preso: DOPS/RJ, CISA-Base Aérea do Galeão, Fortaleza de Santa Cruz, DOI/CODI/RJ, Regimento Escola de Infantaria (REI) na Vila Militar, 1° R. O. — 105, Regimento de Cavalaria Andrade Neves na Vila Militar, Batalhão de Comunicação Divisionária — Bcom Div. Grupo de Obuses 155, Presídio Helio Gomes, Ilha Grande, Presídio Esmeraldino Bandeira, DSE-Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetio: choques elétricos, pau de arara, espacamentos, privação de sono, cela com gás lacrimogênio.

Relação dos agentes que o torturaram:, Brigadeiro João Paulo Burnier, Brigadeiro Carlos Afonso Dellamora, Tenente Coronel Muniz (Dr. Luiz), boficial Abílio José da Silva (Dr Pascoal), Capitão Lucio Barroso (Dr. Celso), Major Pana (Dr. Pedro Paulo), Capitão Alfredo Peck (Mike, Dr. Roberto, Dr. Flávio), Inspetor Mario Borges (Capitão Bob) Jair Gonçalves da Mota (Capitão), PS Eduardo (Norminha), Major Eber Teixeira (Dr. Bruno), Capitão Fred ou Friedmann Perdigão Pereira, Tenente Hughes, Dr. Luiz — médico do CISA, Delegado Rangel, Teobaldo, Geraldo, Inspetor José Pereira de Vasconcelos, Sargento Barbosa, Sargento Milton, Cabo Monção.

Período de incomunicabilidade: 7 de maio de 1971 a 12 de julho de 1971. Em 1974 na Fortaleza de Santa Cruz, foi novamente submetido a torturas.

Manoel Henrique Ferreira

Brasileiro, 29 anos de idade. Data de prisão: 7 de maio de 1971 no Rio de Janeiro. **Oraganização:** Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). **Locais** onde foi torturado: 26° DP no Engenho Novo, DOPS/RJ, CISA-Base Aérea do Galeão, DOI/CODI-SP, DOI/CODO-RJ, PE da Vila Militar, DEOPS/SP, Fortaleza de Santa Cruz. Locais onde esteve preso: 26° DP/RJ, DOPS/RJ, CISA-Base Aérea do Galeão, 1° R.O. - 105 - Regimento Floriano, PE da Vila Militar, DOI/CODI-SP, DOI/CODI-RJ, PE de São Paulo, Batalhão de Saúde na Vila Militar-RJ, Campo de Instruções de Gericinó-Vila Militar, Fortaleza de Santa Cruz, Presídio Hélio Gomes, Ilha Grande, Presídio Esmeraldino Bandeira, DSE–Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetido: espancamentos, choques elétricos, afogamento na Baia de Guanabara, queimaduras nas costas com charutos e cigarros, privação de água, confinamento em cela com gás lacrimogêneo, crucifixo segurando lista telefônica ao mesmo tempo em que jogavam alcóol no peito mantendo um ventilador ligado contra o mesmo pau de arara

Relação dos agentes que o torturaram:
Tentente-Coronel Muniz (Dr. Luiz)
Major Pana ou Paiva (Dr. Pedro Paulo)
Capitão Lucio Barroso (Dr. Celso)
Suboficial Abílio José da Silva (Dr. Pascoal)
Capitão Alfredo Poeck (Dr. Roberto, Dr. Flávio);
Major Fred ou Friedmann Perdigão Pereira (Nagib);
Tenente Hgghes;
Major Carlos Alberto Brilhante Ustra (Comandante Tibiriçá);
Mauricio José de Freitas (Lunga);
(Dirceu Gravina (J. C.);
Capitão Ubirajara;
Antonio Mira Grancieri (Dr. Pedro Ramiro);
Sargento PM Paulo Bordini;
Delegado Edsel Magnotti;
João Carlos Tralli;
Delegado Rangel;
Inspetor Jair Gonçalves da Mota (Capitão);
Inspetor Mario Borges (Capitão Bob);
Teobaldo;
PS Eduardo (Norminha);
Geraldo;
Sargento Barbosa,
Sargento Milton;
Cabo Monção;

Período de incomunicabilidade: cerca de 30 dias após a data de prisão. Posteriormente voltou a ser torturado e submetido a isolamento nas dependências do DOI/CODI-RJ, DOI/CODI-SP e Fortaleza de Santa Cruz.

Nelson Rodrigues

Brasileiro, 33 anos de idade. Data de prisão: 30 de março de 1972 no Rio de Janeiro. **Organização:** Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). **Locais** onde foi torturado: DOI/CODI-RJ e Fortaleza de Santa Cruz. Locais onde esteve preso: DOI/CODI-RJ, Batalhão de Guardas, Fortaleza de Santa Cruz, Presídio Hélio Gomes, Ilha Grande, Presídio Esmeraldino Bandeira, DSE -Presídio Milton Dias Moreira, PE da Vila Militar e DOPS/RJ (Detido por algumas horas).

Torturas a que foi submetido: geladeira, privação de água e sono, privação de alimentos, espancamento, choques elétricos, telefone hidráulica, confinamento em cela com gás lacrimogênio.

Relação dos agentes que o torturaram:
Identificáveis pessoalmente, mas não sabe os nomes.
Sargento Milton— FSC;
Sargento Barbosa — FSC;
Cabo Monção —FSC;
Capitão Roberto — ao que tudo indica é codinome.

Período de incomunicabilidade: 15 dias após a data da prisão e voltou a ser torturado em 1974 na Fortaleza de Santa Cruz.

Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins

Brasileiro, 31 anos de idade. Data de Prisão: 13 de abril de 1970 em Natal-RN. **Organização**: AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). **Locais** onde foi torturado: Policia Federal no Rio Grande do Norte, DOPS/PE, DOI/CODI-RJ. Locais onde esteve preso: 16° RI em Natal,DOPS/PE, DOI/-CODI-RJ, DOPS/RJ, Presídio Hélio Gomes, Ilha Grande, Fortaleza de Santa Cruz, Presídio Esmeraldino Bandeira, DSE-Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetido: espancamento, choques elétricos, telefone, pau de arara, privação de sono, espetada de faca, ameaça de jogar de um avião em que viajava, ameaça de torturar sua companheira.

Relação dos agentes que o torturaram:
Capitão Gomes Carneiro;
Capitão Fred ou Friedmann Perdigão Pereira;
Tenente Duque Estrada;
Tenente Correa Lima;
Tenente Hughes;
Major Éber Teixeira,
Investigador Pinto;
Cabo Lélis;
Cabo Gil;
José Silvestre,
Capitão Manhães ou Magalhães;
Baiano;

Período de incomunicabilidade: 13 de abril a 20 de julho de 1970. Retornou ao DOI/CODI-RJ em Agosto de 1970, ficando mais 23 dias incomunicável. Novamente, em 1972 retornou ao DOI/CODI-RJ ficando uma semana incomunicável. Em ambas as vezes foi torturado.

Paulo Roberto Jabur

Brasileiro, 33 anos, Data de prisão: 3 de julho de 1972 no Rio de Janeiro. **Organização:** Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). **Locais** onde foi torturado: CISA-Base Aérea do Galeão, DOI/CODI-RJ, Fortaleza de Santa Cruz, Locais onde esteve preso: CISA-Base Aérea do Galeão, DOI-CODI.RJ, Batalhão de Guardas, Fortaleza de Santa Cruz, Presídio Hélio Gomes, Ilha Grande, Presídio Esmeraldino Bandeira, DSE-Presídio Milton Dias Moreira.

Torturas a que foi submetido: espancamento, choques elétricos, privação de água, privação de comida, geladeira, imobilização em posição dolorosa, confinamento em cela de gás lacrimogêneo, ameaça de morte e de torturar familiares.

Relação dos agentes que o torturaram:
Inindentificáveis . Foi torturado durante todo o tempo de capuz.
Sargento Barbosa — FSC;
Sargento Milton—FSC;
Cabo Monção— FSC,

Período de incomunicabilidade: 6 de julho a 4 de agosto de 1972. Retornou ao DOI/CODI-RJ em novembro de 1972 e foi torturado. No dia 15 de Novembro de 1974 na Fortaleza de Santa Cruz voltou a ser torturado.

Perly Cipriano

Brasileiro, **36 anos**. Data de Prisão: 28 de março de 1970 em Olinda-PE. **Organização**: AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). Locais onde esteve preso. Delegacia de Polícia de Olinda, DEOPS/PE, Quartel da PM do Derby-Recife, Corpo de Bombeiros-Recife, DPPS/PE, Quartel do GACOSM, PE em Olinda, Casa de Detenção de Recife, Penitenciária Barreto Campelo-Itamaracá, Policia Federal-PE, Depósito de Presos da Praça da República-RJ, Presídio Hélio Gomes, Presídio Esmeraldino Bandeira, DSE-Presídio Milton Dias Moreira:

Torturas a que foi submetido: espancamento em praça pública (Pça do Varadouro em Olinda), palmatória, ciranda, pau de arara, afogamento, ameaça de fuzilamento, pauladas, imobilização em posição dolorosa.

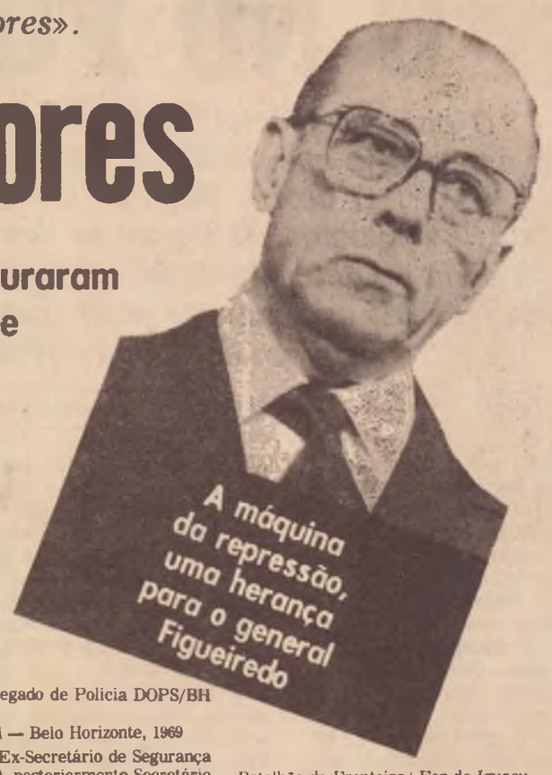
Relação dos Agentes que o torturaram: José Silvestre, Armando Samico, Luiz Martins **Miranda**, Bezerra, Holanda, Vinicius, Coronel Viloque, Carlos de Brito, Jonathan Cunha, Fausto Venâncio da Silva Filho, Ordolíto, **Edmundo** Lourival, Aquino de Farias Reis, Amauri Galdino, João Mendonça, Gilison Barbosa,.

Período de incomunicabilidade: 8 meses a partir da data de prisão.

«As ditaduras não são eternas e seus crimes, se bem que possam demorar vir à tona, nunca passam incólumes frente à História. Hoje não é mais possível escamotear a existência da tortura em nosso País ou recorrer ao cinismo de considerar nossas denúncias como crime para denegrir a imagem. Queremos uma verdadeira e completa apuração dos crimes da ditadura militar e consequente responsabilização dos seus autores».

Nome por nome, os 251 torturadores

(Agora, os presos políticos do Rio vão apresentar uma relação geral daqueles que os torturaram diretamente, daqueles que viram torturando outros presos e, finalmente, daqueles que souberam por testemunhos de companheiros de cárcere).



A máquina da repressão, uma herança para o general Figueiredo

1 **Que nos torturaram diretamente: esta relação contém os nomes dos torturadores já citados no «Relatório pessoal sobre torturas e torturadores», constando agora seu posto e o centro de tortura em que atuavam:**

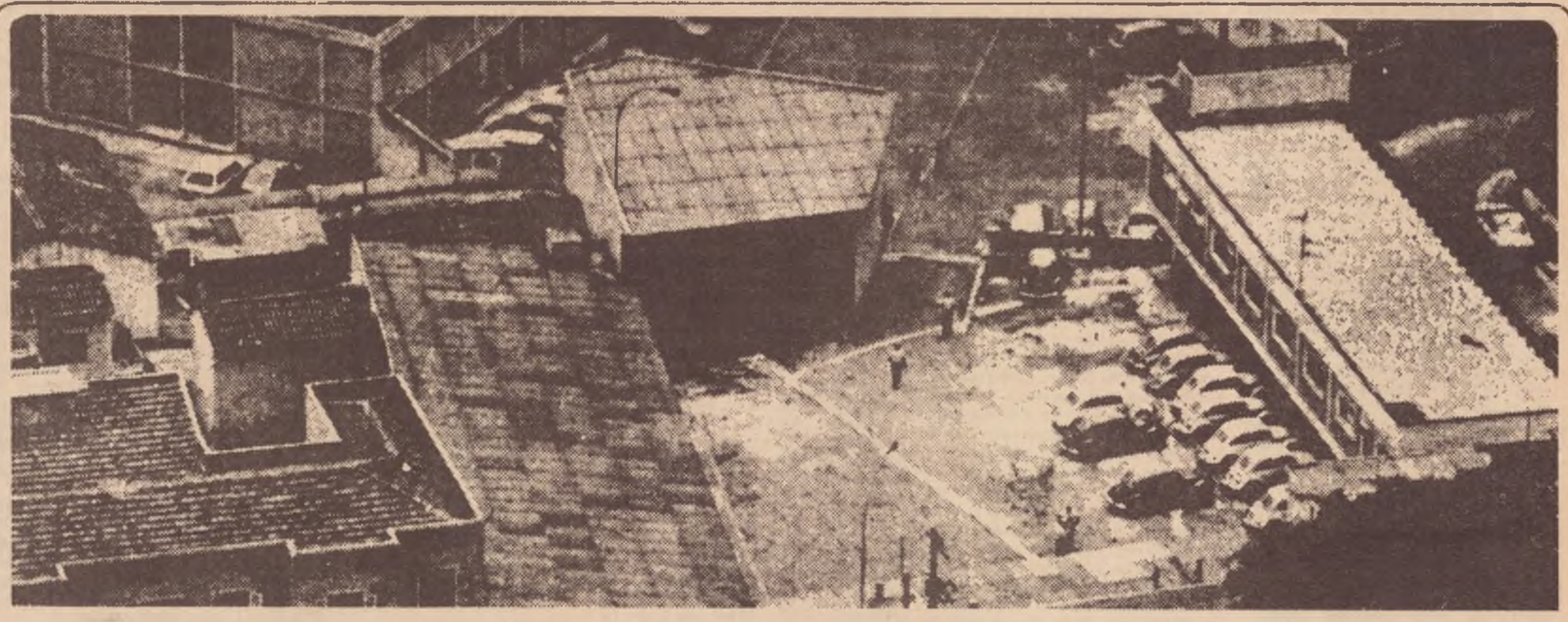
1) — **Brigadeiro João Paulo Burnier** — CISA, ex-comandante da 3ª Zona Aérea;
2) — **Brigadeiro Carlos Afonso Dellamora**, CISA, Comandante;
3) **Tenente-Coronel Muniz (dr. Luis)** — CISA,
4) **Suboficial Abilio José da Silva (Dr. Pascoal)** — CISA;
5) **Capitão Lucio Barroso (Dr. Celso)** — CISA;
6) **Major Pana ou Paiva (Dr. Pedro Paulo)** — CISA;
7) **Capitão Alfredo Poeck Dr. Roberto, Dr. Flávio, Mike)** — CENIMAR;
8) **Delegado Sérgio Paranhos Fleury** — ex-Diretor do DEIC/SP;
9) **Delegado Rangel** — DOPS/RJ,
10) **Mario Borges (Capitão Bob)** — DOPS/RJ Alcaguete;
11) **Inspetor Jair Gonçalves da Mota (Capitão)** — DOPS/RJ;
12) **PS Eduardo (Norminha)** — DOPS/RJ,
13) **Inspetor José Pereira de Vasconcelos** — DOPS/RJ,
14) **Major Teixeira (Dr. Bruno)** — DOI/CODI/RJ;
15) **Major Fred ou Friedmann Perdigão Pereira (Nagib)** — DOI/CODI/RJ;
16) **Tenente Hughes** DOI/DODI/RJ;
17) **Major Duque Estrada** — DOI/CODI/RJH,
18) **Major Carlos Alberto Brilhante Ustra (Com. Tibiriça)** — Chefe do DOI/CODI/SP;
19) **Mauricio José de Freitas (Lunga)** — Polícia Federal — equipe A de interrogatório do DOI/CODI/SP
20) **Dirceu Gravina (J.C.)** — Equipe A de interrogatório do DOI/CODI/SP;
21) **Antonio Mira Grancieri (Pedro Ramiro)** — Equipe B de interrogatório do DOI/CODI/SP;
22) **Sargento PM Paulo Bordini (Americano)** — Equipe C de interrogatório do DOI/CODI/SP;
23) **Delegado Edsel Magnotti** — DEOPS/SP
24) **João Carlos Tralli** — DEOPS/SP,
25) **Dr. Luiz** — Médico do CISA;
26) **Teobaldo** — DOPS/RJ;
27) **Geraldo** — DOPS/RJ,
28) **Sargento Barbosa — Fortaleza de Santa Cruz;**
29) **Sargento Milton** — Fortaleza de Santa Cruz;
30) **Cabo Monção — Fortaleza de Santa Cruz;**
31) **Capitão Gomes Carneiro** — DOI/CODI/RJ;
32) — **Dr. Simeão de Faria Filho** — Chefe dos interrogatórios, Promotor da Auditoria Militar da 4ª CJM em 1964;
33) **Nelson Sarmento** — CENIMAR/MG — Seção de captura;
34) **Timóteo** — DOI/CODI/RJ;
35) **Zambinski**— DOI/CODI/RJ,
36) **Cabo Gil** — DOI/CODI/RJ;
37) **Major Zamith** — DOI/CODI/RJ,
38) **Soldado Baiano** — DOI/CODI/RJ;
39) **Tenente Luiz Mário Valle Correa Lima** — DOI/CODI/RJ;
40) **Investigador Pinto** — DOPS/RJ e DOI/CODI/RJ;
41) **Delegado Lara Rezende** — Roubos e Furtos de Belo Horizonte;
42) **Investigador José Maria** — Roubos e Furtos de Belo Horizonte;
43) **Investigador Saraiva** — Roubos e Furtos de Belo Horizonte;
44) — **Investigador Pereira** — Roubos e Furtos de Belo Horizonte;
45) **Capitão Eb. João Luis de Souza Fernandes** — PE Vila Militar;
46) **Tenente Ailton** — PE Vila Militar/RJ;
47) — **«Caio», «Alemão»** — Delegado de Polícia, equipe B de interrogatório do DOI/CODI/SP;
48) **Capitão Ubirajara** — Chefe da equipe B de interrogatório do DOI/CODI/SP;
49) Capitão Homero — Equipe C de interrogatório do DOI/CODI/SP;
50) **«Douglas»** — Equipe A de interrogatóro do DOI/CODI/SP;
51) **Escrivão de Polícia «Gaeta» ou Mangabeira** — Equipe C de interrogatório do DOI/CODI/SP;
52) **«Dr. Jorge»** — Equipe C DE INTERROGATÓRIO DO DOI/CODI/SP;
53) **«Dr. Paulo»** — Capitão do Exército — Chefe da equipe A de interrogatório do DOI/CODI/SP;
54) **Tenente Samuel** — Equipe B de interrogatório do DOI/CODI/SP;
55) **Capitão Cabral** — equipe C de interrogatório do DO/CODI/SP;
56) **«Dr. José» — Cabo da Aeronáutica — equipe A de interrogatório do DOI/CODI/SP;**
57) **Soldado Elias** — DOI/CODI/RJ,
58) **Major Fontenele** — DOI/CODI/RJ;
59) **Major PM Astral Manhães** — Ex-Diretor do Presídio da Ilha Grande;
60) **Guarda Penitenciário Adilson** — Ilha Grande;
61) **Guarda Penitenciário Zaqueu Pereira** — Ilha Grande;
62) Guarda Penitenciário Alvaro — Ilha Grande;
63) **Cabo Lelis** — DOI/CODI/RJ;
64) **José Silvestre** — DOPS/PE;
65) **Capitão Manhães ou Magalhães** — DOI/CODI/RJ;
66) **Armando Samico** — Professor da Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Odontologia, ex-Secretário de Segurança;
67) Luiz Martins Miranda — Del. de Polícia DOPS/PE;
68) **Bezerra** — Escrivão de Polícia em Pernambuco;
69) **Holanda** — Escrivão do DOPS/PE;
70) **Vinicius** — Inspetor do DOPS/PE, Agente do SNI — Analista de Informações;
71) **Coronel Viloque** — Secretário de Segurança de Pernambuco;
72) **Carlos de Brito** — Delegado de Polícia em Pernambuco;
73) **Jonathan Cunha** — DOPS/PE;
74) **Fausto Venâncio da Silva Filho** — DOPS/PE;
75) **Ordolito** — Diretor do DOPES/PE;
76) Edmundo Lourival — DOPS/PE;
77) **Aquino de Farias Reis** — Delegado de Polícia em Pernambuco;
78) **Amauri Galdino** — Delegado da Polícia Federal em PE;
79) **João Mendonça** — Delegado de Roubos e Furtos em Pernambuco;
80) **Gilson Barbosa** — DOPS/PE — Primo do ex-ministro Gibson Barbosa

2 **Aqueles que presenciamos torturando outros companheiros, que mandavam torturar, que trabalhavam em centros de torturas, elementos das equipes de busca e captura, e todos aqueles que foram coniventes com as torturas. A relação que segue, contém os nomes dos agentes que embora não nos torturassem pessoalmente, contribuíram para tal. Todos aqueles aqui relacionados, foram vistos por nós desempenhando suas funções nos centros de torturas.**

81) — **Major Dalmo Luiz Cirilo** — DOI/CODI-SP
82) — **Roberto** — Cabo da Aeronáutica — equipe D de interrogatório do DOI/CODI/SP
83) — **Oberdan** (Zé Bonitinho) — Equipe C de Interrogatório do DOI/CODI-SP
84) — **Carlinhos Metranca** — DEOPS/SP
85) — **Tenente B2 Santa Rosa** — Equipe da Busca do DOI/CODI-RJ — 2ª Seção do 1º R.O. 105 — em 1971
86) — **Sargento Geraldo Dias** — Equipe de Busca do DOI/CODI-RJ — Serviu no 1º R.O. 105 em 1972
87) — **Sargento Wanderlei** — Equipe de Busca do DOI/-CODI-RJ — Serviu no 1º R.O. 105 em 1972
88) — Cabo Povorelli — PE da Vila Militar
89) — **Cabo Marco Antonio** — PE da Vila Militar
90) — Soldado Marcolino — PE da Vila Militar
91) — **Major Machado** — Chefe do GET (Grupo Especial de Trabalho) · Vila Militar — 1971/72
92) — **Sargento Andrade** — PE da Vila Militar
93) — Galvão — Equipe A de Interrogatório do DOI/CODI-SP
94) — **Casadei** — Carcereiro da Equipe B do DOI/CODI-SP
95) — **«Marechal»** — Carcereiro da Equipe C do DOI/-CODI-SP
96) — **Sérgio Casadei** — Cenimar/MG — Captura
97) — **Capitão PM Pedro Ivo** — MG
98) — **Tenente PM Marcelo** — MG
99) — **Dr. Luiz Soares da Rocha** — Superintendente de Polícia de MG- conivente
100) — **Major Demiurgo** — DOI/CODI-RJ
101) — **Coronel Nei Antunes** — Comandante da PE da Barão de Mesquita em 1970
102) — **Coronel Paiva Chaves** — Comandante do DOI/CODI-RJ 1970
103) — **Dr. Fayard** — Médico do DOI/CODOI-RJ 1970
104) — **Capitão Leão** (Dr Leo) — DOI/CODOI-RJ 1970
105) — **Major Feliciano Mota** — da Brigada Paraquedista em 1971/72
106 — **Capitão Sebastião Calheiros** — Diretor da Ilha Grande 1970/71-conivente
107) — **Capitão Couto** — Subdiretor da Ilha Grande 1970/71-conivente
108) — **Guarda Penitenciário Ulisses** — Ilha Grande
109) — **Guarda Penitenciário Calazana** — Ilha Grande
110) — **Guarda Penitenciário Pedrinho** — Ilha Grande
111) — **Major Haroldo Magno do Nascimento** — Comandante da Fortaleza de Santa Cruz em 1974/75 - conivente
112) — **Sargento Saraiva** — Fortaleza de Santa Cruz — 1974/75 - conivente
113) — **Tenente R Bronzo** — Fortaleza de Santa Cruz — 1974/75 - conivente
114) — **Capitão Médico Arquimedes** — Fortaleza de Santa Cruz — 1974/75
115) — **Capitão Cid** — Subcomandante da Fortaleza de Santa Cruz, 1974/75
116) — **Gal Adir Fiuza de Castro** — Comandante de Polícia do 1º Exército, Chefe do CIE.
117) — **Capitão Ventura** — Chefe da 2ª Seção do 1º R.O. 105 — Reg. Floriano
118) — **Sargento Euler** — PE da Vila Militar, 1969/1974
119) — **Tenente-médico Silvio Jardim** — PE da Vila Militar
120) — **Coronel Milton** — Chefia de Polícia do 1º Exército, 1974
121) — **Tenente Coronel Ary Pereira de Carvalho** — CIG-Vila Militar-conivente
122) — **Tenente Alves** — RCC/RJ
123) — **Tenente Baciuk** — RCC/RJ
124) — **Capitão Bruce** — Chefe S-2 do RCC/RJ em 1970
125) — **Tenente Matias Lopes** — 1º R.O. 105 — Regimento Floriano em 1972/73
126) — **Anderson** — Cenimar, 1971 — equipe de Busca e Captura
127) — **Alfredo Buzaide** — Ex-Ministro da Justiça - conivente
128) — **Gen. Sizeno Sarmento** — Ex-Comandante do 1º Exército em 1970-conivente
129) — **Mazzini** — DOPS/RJ — 1970
130) — **Gen. Mario de Mello Mattos — ex-Comandante do 1º R.O. 105 em 1971**
131) — **Delegado Milton Costa** — Delegado de Roubos e Furtos/RJ-conivente
132) — **Comissário Eduardo Rodrigues** — DOPS/RJ 1970/72 - conivente
133) **Delegado Luis Artur** — Diretor da Polícia Federal — Bahia
134) — **Amorim do Valle** — CENIMAR
135) — **Capitão Martins Soares** — PE da Vila Militar em 1969 e Fortaleza de Santa Cruz em 1974
136) — **Coronel Lima** — Chefe do DOI/CODI-RJ 1975
137) — Chico Pinote — CENIMAR
138) — **Coronel Caldeira** — Comandante do RCC em 1973
139) — **Vieira** — Chefe de carceragem do DOPS em 1972
140) — **Almirante Julio de Sá Bierrenbach** — Diretor do Cenimar e Atualmente Ministro do Supremo Tribunal Militar — conivente
141) — **Tenente Garcez** — DOI/CODI-RJ 1970
142) — **Tenente Osterson** — 1º BPE/RJ 1970
143) — **Sargento Torres** — 1º BPE/RJ — 1970
144) — **Sargento Felipe** — DPO/CODI-RJ — 1970
145) — **Major Shelingan** — Doi/CODI-RJ, 1970-Conivente
146) — **Major Jacaramá** — DOI/CODI-RJ, 1970
147) — **Soldado Moreira** — Fuzileiro Naval — Ilha das Flores 1972
148) — **Sargento Ivan** — 2ª Seção do 1º R.O. 105 em 1971 — Participou das equipes de busca e captura do DOI/CODI-RJ
149) — **Capitão PM Airton Quaresma** — Serviu no Quartel Caetano de Farias, em 1968
150) — **Armando Avólio Filho** — DOI/CODI-RJ, 1970

3 **Aqueles que não nos torturaram, não presenciamos torturando ou exercendo qualquer função nos Centros de Tortura. Entretanto, temos conhecimento de que são agentes da tortura, por intermédio de relatos e testemunhos a nós prestados por companheiros que foram por eles torturados ou presenciaram suas atividades nos centros de tortura. Na relação que segue estão excluídas as listas de torturadores que constam de documentos de denúncias já publicados. Os nomes que aqui relacionamos são apenas os que recolhemos através de conversas e testemunho dos vários companheiros que conosco conviveram no cárcere.**

151) — **Tenente-Coronel Artilharia EB Camarão** — Serviu em Belo Horizonte em 1969 — Encarregado do IPM da CORRENTE.
152) — **Major EB Ralph Gruenwald Filho** — Chefe do IPM da Guerrilha de Capareo em 1967 — Juiz de Fora/MG — conivente
153) — **Tenente-Coronel Morgado** — Chefe da E-2 da 4ª RM 4ª DI/Juiz de Fora em 1967 — Conivente
154) — **Major PM Célio Ferreira Guimarães** — PMMG
155) — **Capitão PM Valdomiro Antonio Sabino** — PMMG
156) — **Joaquim Gonçalves** — Secretário de Segurança de MG em 1969
157) — Fabio Bandeira — Delegado de Polícia DOPS/BH
158) — **Tenente EB Delmenezi** — Belo Horizonte, 1969
159) — **Gal. Luis Faustino** — Ex-Secretário de Segurança Pública em Pernambuco em 1970, posteriormente Secretário de Segurança na Guanabara.
160) — **Gal. de Divisão do EB Ituberê Gouveia do Amaral** — Comadnante da 4ª RM — 4ª DI — Juiz de Fora/MG — 1967/68
161) — **Soldado PM Vicente** — PMMG/1969
162) — **Sargento PM Machado** — PMMG/1969
163) — **Orlando** — investigador do DOPS/BH — 1971/73
164) — **Coronel Nei Armando Mezziati** — S2 do 4º Exército
165) — **Coronel Cursio Neto** — chefe da S-2 da S-2 do 4º Exército
166) — Major Augusto Maia — Chefe do DOI/CODI do 4º Exército
167) — **Coronel Aviador Carlos Alberto Bravo Camara** — Pernambuco
168) — **Abdoráh da Motra Gomez Filho** — Pernambuco
169) — **Polícia Federal Djalma França Barbosa** — PF/PE
170) — **Valdeck** — carcereiro DOI/CODI/PE
171) — **Jair** — carcereiro do DOI/CODI/PE
172) — **Teles** — carcereiro do DOI/CODI/PE
173) — **Leite** — carcereiro do DOI/CODI/PE
174) — **Gilson Chupatalho** — carcereiro do DOI/CODI/PE
175) — **Capitão da PE do Paraná Dejan**
176) — **Sargento Fábio Gutenberg** — PF/PR
177) — **Tenente EB Reis** — Paraná
178) — **Capitão EB Geraldo Magela** — Parana
179) — **Cabo PM Rivel Rocha** — PM/PE
180) — **Jonas Fontenele** — (Dr. André) Chefe de Gabinete do SSP/PE
181) — **Bartolomeu Xavier** — (Peixinho), (Chumbinho e Carcará) — Comissário de Polícia — PE
182) — **Comissário Dario Xavier** — (Run Montilla)
183) — **Lapenda** — Secretário do Direitor da Penitenciária de Itamaracá
184) — **Cenival** — escrivão do DOPS/PE
185) — **Edvaldo Aciolli** — Delegado de Polícia de Pernambuco
186) — **Dr. Angelo** — médico da Base Aérea de Recife
165) — Coronel Cursio Neto — chefe da S-2 do 4º Exército.
188) — **Moacyr Silva** — Delegado de Polícia
189) — **Evilásio** — agente de polícia do DOPS/PE
190) — **Menezes** — delegado de Polícia
191) — **Major EB Dagoberto** — 16º RI de Natal
192) — **Décio Caldas Costa Moreira** — Capitão Tenete — Natal — 1970
193) — **Eidu** — Polícia Federal/Natal
194) — Assis — Cabo da FAB/Recife
195) — Coronel PM Luciano — Paraíba
196) — **Cicero Albuquerque** — Diretor de Itamaracá
197) — **Vieira** — DOPS/PE
198) — **Pereira da Silva** — DOPS/PE
199) — **Tenente-médico PM Arnaldo Paes de Vasconcelos** — PM/PE
200) — **Major PM Ferreira** — PM/PE
201) — **Cesário** — DOPS/PE
202) — **Brito** — DOPS/PE
203) — **Brigadeiro Pinho Alves** — médico
204) — **Tenente-Coronel Ademar Marques Curvo** — 1º Batalhão de Fronteira/ Foz do Iguaçu — 1965
205) — **Major Ronconi** — 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu — 1965
206) — **Capitão Indio do Brasil** — 1º Bat. de Fronteira de Foz do Iguaçu
207) — **Tenente Barra** — Bat. de Fronteira de Foz do Iguaçu — 1965
208) — **Tenente Garcia** — PEC — 1º BPE/RJ — 1969
209) — **Sargento Deflon** 1º BPE/RJ — 1969
210) — **Sargento Lucio** — PIC — 1º BPE/RJ — 1969
211) — **Cabo Marcelo** — PIC — 1º BPE/RJ — 1969
212) — **Cabo Frank** — PIC — 1º BPE/RJ — 1969
213) — **Soldado Mesquita** — PIC — 1º BPE/RJ — 1969
214) — **Soldado Uliana** — PIC/BPE—RJ — 1969
215) — **Soldado Rafael** — PIC — 1º BPE/RJ — 1969
216) — **Capitão Madruga** — DOI/CODI/Brasilia — 1970
217) — **Tenente Neto** — PIC — 1º BPE — RJ — 1969
218) — **Sargento Eduardo Mariano Neto** — DOI/CODI/RJ — 1973
219) — **CAPITÃO Acosta** — DOI/CODI/RJ — 1973
220) — **Major PM Altair Noronha** — PM/RJ
221) — **Mario Campos** — Inspetor do DOPS/RJ
222) — **Batista de Carvalho** — DOPS/RJ
223) — **Curvelo** — Detetive do DOPS/RJ
224) — **Subtenente Jorge Alves Carneiro** — DOPS/RJ
225) — **Capitão Ermetério** — Bahia 1971
226) — **Tenente Trafalgar** — PE da Vila Militar — 1964
227) — **Sargento Valmor** — PE da Vila Militar — 1964
228) — **Sargento Otuque** — PE da Vila Militar 1964
229) — **Major Cerqueira** — Bahia — 1971
230) — **Cabo Caribé** — Bahia — 1971
231) — **Major Leopoldino** — DOI/CODI/Brasilia — 1968
232) — **Gal. Paraquedista Hugo de Abreu** — Comandou a repressão no Araguaia
233) — **Gal. Antonio Bandeira** — Atual Comandante do III Exército — participou da repressão à guerrilha do Araguaia
234) — **Levino** — Comissário do DOPS/RJ
235) — **Capitão Munhoz da Rocha** — DOI/CODI/Brasília — 1970/71
236) — **Capitão Aldo** — DOI/CODI/Brasília — 1970/71
237) — **Sargento Vasconcelos** — DOI/CODI/Brasília — 1970/71
238) — **Sargento Ribeiro** — DOI/CODI/Brasília — 1970/71
239) — **Cabo Evangelista** — DOI/CODI/Brasília — 1970/71
240) — **Tenente-Coronel Ari Ferreira** — DOI/CODI— Brasilia — 1971
241) — **Major Dinamo Domingos** — 7ª Cia de Guardas de Recife — 1964
242) — **Capitão Bismark Bracui Amâncio Ramalho** — 7ª Cia de Guardas do Recife — 1964
243) — **Brigadeiro Frederico Wolfang** — IPM do sequestro do caravele em 1970
244) — **Coronel Correa** — FAB
245) — **Capitão Luis Carlos** — FAB—DOI/CODI/RJ — 1970
246) — **Tenente Matos** — FAB
247) — **Cabo Severino** — FAB
248) — **Cabo Brito** — FAB
249) — **Cabo Mariano** — FAB
250) — **Cabo José Carlos** — FAB
251) — **Capitão Paulo Maranhão** — CISA



Os Porões

(Relação de Centros de Tortura)

AQUELES EM QUE FOMOS TORTURADOS

1) — Quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército — Pelotão de Investigações Criminais (PIC) — Sede do DOI/CODI do 1º Exército no Rio de Janeiro. Rua Barão de Mesquita esquina de Pinto de Figueiredo-Tijuca.
2) — Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro. Rua da Relação-Centro.
3) — Base Aérea do Galeão. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) — Rio de Janeiro.
4) — Quartel da Cia de Polícia do Exército da Vila Militar-Rio de Janeiro.
5) —Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DEOPS).
6) — Delegacia de Polícia de Olinda-PE.
7) — Departamento de Organização e de Informações/Comando de Operação de Defesa Interna (DOI-CODI-SP) — 2º Exército — Rua Tutóia-Paraíso, São Paulo. Ex-Operação Bandeirantes (OBAN).
8) — Delegacia Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP)
9) — Delegacia de Ordem Política e Social de Belo Horizonte. Av. Afonso Pena, Centro — Belo Horizonte /MG
10) — Delegacia de Roubos e Furtos de Belo Horizonte/MG.
11) — Delegacia Central de Polícia em Belém do Pará.
12) — Fortaleza de Santa Cruz em Niterói-RJ

OUTROS CENTROS DE TORTURAS

13) — CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), localizado no prédio do 1º Distrito Naval, no Arsenal de Marinha-Rio de Janeiro.
14) — Ilha das Flores na Baia de Guanabara.
15) — Delegacia Policial da Invernada de Olaria no Rio de Janeiro.
16) — Batalhão de Guardas, em São Cristovão — Rio de Janeiro
17) — Central de Polícia da Polícia Militar — 1º Batalhão da PM — Rua Evaristo da Veiga — Rio de Janeiro
18) — Sede da P-2, da Polícia Militar de Minas Gerais ,Pça da Liberdade — Belo Horizonte — MG
19) — Casa de Detenção Dutra Ladeira — Neves/MG
20) — Pedreira próxima à casa de Detenção Dutra Ladeira-Neves/MG
21) — Quartel do 12º RI-Belo Horizonte-MG
22) — Quartel do CPOR — Belo Horizonte/MG
23) — Delegacia de Polícia Federal de Minas Gerais
24) — Edifício JK — Belo Horizonte — MG
25) — Departamento de Instrução de Polícia Militar de Minas Gerais — Bairro do Prado — Belo Horizonte/MG
26) — 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.
27) — 26º Distrito Policial no Engenho Novo — Rio de Janeiro.

Ainda falta muita gente...

Observação: Chamamos a atenção para o seguinte fato: os nomes apontados nos três subitens da «Relação Geral de Torturadores» não esgotam os que tiveram participação nas torturas. Muitos não nos foi possível identificar nominalmente; embora seja possível o reconhecimento. Outros não nos é possível a identificação, pois, muitos de nós fomos torturados de capuz. Quanto aos relatos que tivemos de centenas de companheiros muitos nomes de torturadores não foram guardados. Assim, consideramos estas listas ainda bastante incompletas.

Os torturadores apontados

1. Que nos torturaram diretamente	80
2. Que presenciamos torturar outros companheiros	70
3. Nomes obtidos através de relatos de companheiros de cárcere	101
TOTAL	251

ABC

O NÓ FOI DESATADO

O governo federal levanta a intervenção nos sindicatos do ABC, dois dias após a assembléia que decidiu a aceitação do acordo definitivo para o movimento grevista. O acordo (63% de aumento salarial para os que ganham até 10 salários mínimos, 44% para as demais faixas, descontados os 11% antecipados em maio de 1978 além do desconto de 50% dos dias parados a partir de junho, em cinco parcelas) foi recebido criticamente pelos trabalhadores que, em muitos casos, não escondiam o seu desânimo e frustração, diante do final do episódio.

Por Antonina Silveira, Relton Fracalossi e Tom Duarte.

Cumprindo um ritual de todas as noites, os guardas encarregados da segurança da entrada principal da Volkswagen, fronteira à avenida Maria De Marchi se preparam para abrir os portões. São 22h30m, mais um turno de trabalho está se encerrando, lá fora os ônibus aguardam vazios os operários que começam a descer a rampa em pequenos grupos. Curiosos com a presença do diretor de cinema Leon Hirschman e sua equipe, que rodam um filme sobre a greve do ABC, eles não sabem ainda que a intervenção nos sindicatos fora levantada.

Aos poucos vão tomando conhecimento da notícia. Ao contrário do que se esperava, há pouca euforia diante dela, embora muitos não deixem de considerá-la «uma boa» ou uma «vitória». Mas o sentimento não é comum a todos. Um número significativo não esconde o seu desapontamento, já manifestado no Estádio de Vila Euclides no Domingo (ver box), fazendo críticas à diretoria, que «entregou o ouro». Um velho operário vem perguntar se a volta não «implica em nenhum tipo de compromisso de Lula». Há, na verdade, uma divisão de opiniões no portão da Volks, palco, pouco mais de dois meses antes, do maior piquete da história do movimento operário brasileiro.

DESGASTE

Mesmo as pessoas mais chegadas à direção sindical e todos aqueles que viram como medida mais correta a aceitação o acordo não podem fugir de uma constatação: o prestígio da direção sindical, principalmente aquela mais enraizada entre os trabalhadores — a de São Bernardo — saiu evidentemente com alguns arranhões no episódio. Mesmo o Lula, o «Pai Herói», amado e idolatrado pelos metalúrgicos, comparado mesmo a Jesus Cristo em muitos momentos, não deixou de sofrer algum desgaste, recebendo severas críticas, o que até então parecia verdadeira heresia.

A frustração diante do «péssimo acordo» como o classificou publicamente na assembléia de domingo, o próprio Lula, principalmente diante do desconto dos 11% conquistados nas greves de maio/junho pelos trabalhadores autonomamente, é mais do que clara, hoje, em São Bernardo e em todo o ABC. Daí a dificuldade dele ser defendido pelas dezenas de ativistas sindicais espalhados pelo Estádio de Vila Euclides, domingo, antes da assembléia e que quase sempre acabaram calando-se diante dos argumentos irrespondíveis da massa. Do ponto de vista puramente econômico, perguntavam-se os trabalhadores, valeu a pena esse sacrifício todo, enfrentar a ameaça de demissão no trabalho, a repressão policial e mesmo dificuldades financeiras durante o período que ficamos parados? Certamente que não, pois na melhor das hipóteses há um empate entre a proposta inicial da FIESP e a atual, depois do desconto das horas paradas.

Entretanto, do ponto de vista político, a ação dos metalúrgicos do ABC, encabeçados pela diretoria combativa de São Bernardo — as demais vieram praticamente a reboque durante todo o processo — foi mais do que importante e necessária. De um momento para outro o país inteiro passou a discutir a greve, a apoiar a greve e, em muitos casos a fazer greve também, alertados pelo exemplo do ABC. Sem sombra de dúvida, pode-se afirmar que a greve dos metalúrgicos transpôs o seu caráter localizado, assumindo dimensões nacionais, acionando um significativo movimento de solidariedade e apoio.

Por outro lado, se a greve foi exemplar, como ensinamento aos demais setores sociais, ela serviu também, como poderoso instrumento, sobretudo depois da intervenção federal nos sindicatos, para desnudar definitivamente a fragilidade da estrutura sindical brasileira e sua dependência do poder estatal, apontando para a necessidade de sua superação.

O Governo recua, pretendendo mostrar que foi um gesto de magnanimidade, para o qual contou com um posicionamento pretensamente colaboracionista das diretorias cassadas, como tentou insinuar o Ministro Murilo Macedo, do Trabalho, jogando, inteligentemente com as ambiguidades de suas declarações.

O Governo revogou a intervenção, um ato que se não é inédito pelo menos é muito pouco usual, não por boa vontade, mas por que não tinha outra saída. O que fazer com os sindicatos do ABC, particularmente o de São Bernardo? Manter os interventores, meros guardiões das chaves do sindicato, encarregados de manter o seu funcionamento administrativo, enquanto tinha necessidade de dialogar com as verdadeiras lideranças e somente nelas encontrando o interlocutor válido para encaminhar qualquer composição ou acordo?

Os trabalhadores recuaram porque não podiam deixar de recuar, e não como fruto de uma hipotética «transação», por mais que o sentimento de frustração do ânimo grevista e a primeira constatação possa apontar nesse sentido. Conforme a opinião praticamente unânime mesmo daqueles que mantêm-se numa posição mais crítica à diretoria de São Bernardo, não havia outra alternativa. Faltava a infra-estrutura e a organização necessárias para poder não apenas deflagrar, mas manter e levar até o fim uma greve, quando se sabia que a repressão ocorrida em março pareceria brincadeira de cabra-cega diante da que viria agora, tanto para a massa, como para as lideranças.

Isto indica evidentemente que se a estrutura sindical ficou abalada no episódio do ABC e se o aprofundamento desde o interior dos sindicatos de seu desmoronamento deve ser promovido, a necessidade da organização alternativa, nas fábricas, através das comissões de trabalhadores capazes de sustentar um movimento das proporções daquele do ABC é mais do que premente. Não se continuou a greve vitoriosamente até o final porque, é certo, não havia condições organizativas para tanto. Mas isso tem que ser superado, pois, até quando vai continuar esse jogo do «toma-sindicato-devolve-sindicato»?

A MASSA QUERIA GREVE

São Bernardo

São Bernardo do Campo. Domingo. 10 horas. Chegara o dia e a hora da decisão. Findo o prazo de 45 dias, estabelecido para que o acordo salarial se efetuasse, 47 dias nos quais a grande maioria dos trabalhadores se recusara a fazer horas extras, os operários metalúrgicos de São Bernardo do Campo lotaram o Estádio da Vila Euclides para ouvir de Lula, sua liderança do fato, os termos do acordo estabelecido e tomar uma posição.

Nos momentos que antecedem a abertura da Assembléia, reunidos em pequenos ou grandes grupos, os operários discutem as questões que mais os afetam no momento: o acordo salarial e a retomada do Sindicato pela diretoria deposta. A posição pela greve é uma constante em todas as bocas, em todas as rodas. As poucas e isoladas vozes discordantes, estrategicamente espalhadas pelos grupos, que se manifestam na defesa de posições mais favoráveis a um acordo, são veementemente rechaçadas pela maioria aos gritos de «fora pelego», «você está querendo contaminar o povo», «é peão do Governo», «vamos fechar ele!»

Em clima de otimismo e combatividade, agressivos mesmos, defendem «11% ou nada», «pela greve», «pelo retorno de Lula». A grande questão, entretanto, de maior peso que o próprio acordo salarial é a da retomada do sindicato pela diretoria. Nada unifica mais os metalúrgicos de São Bernardo, nesse domingo, que a certeza de que Lula deve ser reempossado em seu cargo. Todos concordam que haverá paralisação segunda-feira, caso isso não ocorra.

São 10h50m quando Lula abre a assembléia dando a palavra ao «Alemão», seu possível sucessor caso seja «morto ou preso», como temem os metalúrgicos do ABC, para quem os métodos usados pela repressão para conter as reivindicações operárias não aparecem como coisas do passado. Afinal, estão sob intervenção e há bem poucos dias enfrentaram a Polícia nas ruas.

«Alemão» enfatiza ser mais importante que o aumento, o retorno da diretoria, concitando os operários à greve pela retomada de seu sindicato, com a ressalva de que, nesse momento, a greve comprometeria o Lula e a diretoria. «Temos que estar atentos a uma questão; antes de votar devemos pensar que estamos correndo o risco de que o Lula seja desaparecido da vida sindical». Propõe que o sindicato seja ocupado no sábado, dia 26, e que lá seja tirada uma greve pelo retorno da direção, caso isso não tenha ocorrido até lá. Todas as mãos erguem-se em apoio à proposta.

Falam Djalma de Souza Bom, da diretoria deposta, e João Paulo Pires, direção metalúrgica de Minas Gerais, que traz apoio e solidariedade ao ABC. Os metalúrgicos, sérios e apreensivos aplaudem pouco. Aguardam as palavras de sua direção.

Após certificar-se que está sendo ouvido por todos, Lula começa a falar. Expõe a situação e os termos do acordo que ele mesmo diz considerar «péssimo», manifestando-se, no entanto, contrário à deflagração de uma greve na segunda-feira. Lula volta a pedir um voto de confiança a seus liderados. As mãos se erguem, mas, desta vez, nem todas. Alguns aplaudem. Alguém grita: «Está enrolando!»

Lula abre a palavra à discussão. Apesar de uma massa essencialmente grevista ninguém assume a defesa da greve, (inclusive havia sido negociado entre o Lula e remanescentes da comissão de salários, favorável à greve, que um deles falasse: inútil — desarticulados, os pró-greve não conseguem tirar um representante). Há desânimo e incerteza estampados nos rostos. Muitos começam a se retirar, «vou embora», o que vou ficar fazendo aqui?», «queremos greve». Muitos ainda aplaudem, mas continua a retirada. As opiniões são desencontradas. «tá pedindo arrego, Lula?» «Encostaram o bicho na parede!». Um grupinho da Volkswagen acena à repórter: «Põe aí que o Lula traiu nós». Mas nem todos pensam assim. Muitos, apesar da decepção, consideram que «Lula está ameaçado», «Ele tem razão, tem que ter apoio, tem que ter sindicato, senão não dá prá fazer greve», «Achei razoável, porque concordo com essa diretoria, que é a mais forte do Brasil. O aumento não foi favorável, mas o importante pra gente é manter essa diretoria».

Lula continua falando, muitos não ouvem mais, retiram-se. Outros permanecem e sem muito entusiasmo ainda aplaudem.

Apesar da quase geral decepção, retiram-se discutindo agora a necessidade de paralisação por fábrica como forma de pressão contra os descontos e a luta que terão que travar pelo retorno de sua direção ao sindicato.

Parecia a saída de um velório, um clima bem diferente daquela inexplicável euforia existente após a assembléia que decidiu a volta ao trabalho e o início da trégua, 47 dias antes. O estádio se esvazia rapidamente. Eram 11h45m. Em menos de uma hora, foi desatado o nó no ABC.

Santo André

Em Santo André, cerca de 4 mil metalúrgicos — dos 60 mil que integram a categoria — reunidos no pátio da Igreja Nosso Senhor do Bonfim, decidiram, numa assembléia tumultuada, aceitar o acordo proposto dias antes pelos patrões.

Benedito Marcílio, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos, pedindo reiteradamente um voto de confiança e reconhecendo que o acordo não atendia às reivindicações da categoria, defendeu a necessidade de um recuo tático, uma vez que — segundo ele — não havia possibilidades de continuidade do movimento grevista.

Afirmando que a direita só está esperando uma oportunidade para «massacrar a classe operária», ele procurou destacar os pontos positivos do acordo, tais como a elevação do piso salarial da categoria — que com o acordo será de Cr$ 3.200,00 — e a conquista de um índice maior que o determinado pelo Governo. Acrescentou ainda que a categoria encontrava-se num impasse, sem organização, sem condições de fazer piquetes e inclusive sem local para reuniões (a igreja onde foi feita a assembléia provavelmente não será mais cedida aos metalúrgicos), não havendo outro caminho, a não ser a aceitação do acordo.

INSATISFEITOS

Porém, grande parte dos presentes parecia não compartilhar dessa mesma posição. A assembléia ocorreu sob um clima de tensão e o plenário manifestou-se várias vezes contrário ao acordo e disposto a entrar em greve, embora uma parte considerável parecesse indecisa. Todos, por outro lado, concordavam que o acordo não correspondia ao esperado, mostrando-se insatisfeitos sobretudo com o desconto das horas paradas, que pode ser feito através do cumprimento de horas-extras.

Com relação à volta da diretoria cassada ao Sindicato, muito pouco foi discutido durante a assembléia. Depois que ela acabou, Marcílio procurou explicar que o levantamento da intervenção é uma outra questão e que não está ligada ao acordo. Enquanto as reivindicações salariais são discutidas com os patrões, a intervenção é um problema que deve ser resolvido com o Governo, concluiu ele, procurando de certa forma a negar os rumores de que se o acordo fosse aceito, o Governo levantaria a intervenção.

Depois que Marcílio expôs sua posição, o microfone foi colocado à disposição de quem quisesse falar. Enquanto alguns oradores defenderam a aceitação do acordo — usando de modo geral os mesmos argumentos de Marcílio — outros o rejeitavam, propondo a greve como única saída.

LIDERANÇA QUESTIONADA

Vários incidentes demonstraram que as atuais lideranças começam a se desgastar, não conseguindo mais o mesmo nível de apoio. Enquanto falavam em defesa do acordo, muitos oradores foram vaiados, inclusive Marcílio, que chegou a ser chamado de «pelego» algumas vezes. Além disso, uma parte do plenário, decepcionada com o andamento das discussões, retirou-se antes da votação. Houve ainda acusações de que a diretoria tinha exercido um excessivo controle sobre a assembléia, impedindo que os principais oradores que defenderiam a proposta de greve pudessem falar.

Tanto aqueles que defendiam a aceitação do acordo quanto os que eram contrários a ele não conseguiram apresentar argumentos convincentes que eliminassem as principais dúvidas do momento. Embora a grande maioria estivesse contra a proposta patronal, havia muita indecisão quanto à possibilidade de levar adiante um movimento grevista.

Para a diretoria cassada, uma greve estaria destinada ao fracasso total, dada a desorganização da categoria, enquanto aqueles que rejeitavam o acordo não tiveram condições de provar o contrário. Aliás, essa é uma questão que ainda continua sem resposta.

Assim, apesar de grande parte dos metalúrgicos de Santo André estar predisposta a rejeitar o acordo, a ausência de uma proposta mais conseqüente de continuidade do movimento acabou levando a maioria a votar pela sua aceitação. É possível que muitos estivessem esperando que a própria diretoria destituída tivesse condições de apresentar uma terceira opção que significasse um avanço do movimento e não um simples recuo.

De qualquer forma, a atual liderança começa a ter suas posições questionadas, como pôde ser observado depois que a assembléia terminou e um profundo sentimento de frustração tomou conta dos presentes. (R. F.)

PIQUETÃO

E o pau comeu solto na assembléia dos metalúrgicos de São Paulo, realizada na sexta, 11. Convocada pelo SUPER-PE (leia-se superpelego) Joaquim dos Santos Andrade, para debater encaminhamento da campanha salarial de meio de ano, ela foi marcada por uma crescente exaltação dos ânimos. Sob a provocação intensa do pessoal mais chegado ao Joaquim, a Oposição Sindical defendeu três pontos em particular: que a campanha fosse pelo aumento imediato de 30%, sustentada na organização por fábricas e reuniões periódicas nas diversas regiões da capital, com a criação de subsedes do sindicato e o acesso de todos os metalúrgicos, inclusive daqueles despedidos do emprego por sua participação na greve de outubro/novembro, às assembléias sindicais, a exemplo do que já vem ocorrendo nos sindicatos da região do ABC.

Mas o SUPER-PE não estava para brincadeira. Não só já havia se adiantado às decisões da assembléia, transando diretamente com os patrões uma antecipação — e não aumento — como queira a Oposição, como também impediu terminantemente que os operários não sindicalizados ou desempregados sequer cruzassem a porta do sindicato. Para o Joaquim, defensor mais recente da Unidade Sindical, não associado não pode entrar porque «está nos estatuti», isto é, regulamentado pela mesma legislação fascista que ele diz combater. Quanto à sub-sedes, não há «tutu» e além disso, para que o pessoal de Socorro, Taboão da Serra, Ermelino Matarazzo ou Sapopemba vá sempre ao Sindicato. Afinal é tão pertinho e os transportes funcionam divinamente...

Mas a assembléia, que reuniu no máximo umas 500 pessoas, estava mais enrolada do que bobina. Até que, não aguentando mais as críticas da oposição e vaias dos trabalhadores, o pessoal do Joaquim resolveu partir para a ignorância (aliás desmerecendo o mestre que, em assembléia anterior, repetia Voltaire, para a platéia embasbacada: «não concordo com uma só palavra do que dizeis mas defenderei até a morte o direito que tendes de pronunciá-las). Provoca daqui, provoca dali, em breve o sururu estava formado, com bofetes trocados em profusão. E por coincidência, o pessoal da segurança do Sindicato de repente, podia ser visto com alentados cassetetes de madeira na mão (segundo a Oposição Sindical, não faltou pelego armado). A muito custo a briga terminou, em meio a um discurso exaltado do vice-presidente do Sindicato, Orlando Malvezzi, condenando a desunião. Serenados os ânimos, só restou — e era isso que ele queria — ao Joquim pedir para os oradores inscritos desistirem do direito à palavra e encerrar a assembléia. Como sempre, ao somdo vibrante, «metalúrgicos avante», que inicia o hino oficial do Sindicato.

TÁ RUÇO

Tirar greve pelo aumento salarial de 30%, tal como pretendia a Oposição Sindical, parece estar muito difícil, pelo menos a curto prazo. Segundo um dos mais destacados dirigentes da OS, a aceitação do acordo no ABC, a volta ao trabalho o fim da Greve dos funcionários públicos e o próprio grau de mobilização atual da categoria vão fazer com que a Oposição mude a sua tática. Daqui para diante, mantendo ainda a proposta de aumento imediato de 30% (já assumida por outras categorias) para compensar a alta do custo de vida, a OS vai centrar toda a sua participação na necessidade de organizar por fábricas e nos bairros.

FUNDINDO A CUCA

E por falar, no ABC, comenta-se à boca pequena que os médicos do setor de atendimento psiquiátrico da Volkswagen estão ficando quase doidos com a encucação dos fura-greves. É que o pessoal que parou firme, aguentou no osso do peito as pressões das empresas e do governo, e não arreglou, tem dado o tratamento que os «fura» merecem: nenhum. Ninguém conversava com eles, ninguém lhes responde quando falam, alguns mesmo até chegam a esbarrar neles, como se não existissem. A saída, na maioria dos casos, é a concessão de licença, para tratamento em casa.

DOENÇAS DO BATENTE

Se a encucação dos fura-greves é merecida, o mesmo não se pode dizer de um montão de doenças profissionais provocado pelas péssimas condições de trabalho em praticamente todas as categorias. Só para dar uma idéia, uma delas, a tal de silicose, contraída nas indústrias de moagem de pedras, carregamento de britadeiras, indústrias metalúrgicas, químicas, fundição, borracha, etc, está matando todo ano cerca de 30 mil proletas brasileiros, na idade de 25 a 40 anos. E, o governo e os patrões, ainda têm cara de jogar a responsabilidade dessa e de outras enfermidades, bem como do recorde mundial de acidentes nas costas dos trabalhadores, como se não fosse eles (governo e patrões) os principais responsáveis.

É para fazer com que os trabalhadores adquiram uma consciência maior desses problemas que o Sindicato dos Médicos de São Paulo está promovendo a primeira Semsat — Semana de Saúde do Trabalhador, com reuniões em sindicatos nas cidades de São Paulo, Santos, Mauá, Pedreira, Porto Ferreira e no ABC.

MINEIRO NÃO COMPRA MAIS BONDE

Os trabalhadores da Belgo-Mineira e da Manesmann estão mostrando que mineiro já deixou de comprar bonde há muito tempo. E que agora já sabem muito bem lutar pelos seus direitos. Pois foi isso mesmo que aconteceu quando os operários da Belgo resolveram partir para a campanha de aumento salarial em maio (a data-base do dissídio é em outubro). Resultado; ganharam um aumento imediato de Cr$ 800,00, que significa, na verdade, perto de 10% para a maioria dos trabalhadores, folga aos sábados para o pessoal da manutenção e gratificação anual equivalente a 190 horas, ao invés de 160 horas, como acontecia anteriormente.

Também os «chucrutes» da Manessmann estão tendo que enfrentar a combatividade dos trabalhadores que, reunidos em assembléia realizada no Sindicato dos Metalúrgicos (lotado, com perto de 840 trabalhadores) na Cidade Industrial, decidiram exigir dos patrões 20% de aumento imediato, além de alterações no regime de trabalho. Por enquanto, eles aguardam a resposta patronal e sua contra-proposta para então decidirem o que fazer.

DELEGADO DEDO-DURO

Se é da polícia, até que recebe promoção, lá está, descansando, o finado Fleury que não deixa o PIQUETÃO mentir. Mas, quando se trata de delegado do Trabalho, a coisa fica feia. Pelo menos foi o que acabou o procurador da República em Santa Catarina, Rui Sulzbacher, que denunciou o delegado Regional do Trabalho, Airton Minógio do Nascimento por «prevaricação no exercício da função pública, de forma continuada», exigindo sua exoneração do posto atualmente ocupado.

Airton Minógio do Nascimento, como o EM TEMPO já divulgou (ET nº 60) é um dos principais responsáveis pelas constantes manobras praticadas contra os trabalhadores e a Oposição Sindical dos Mineiros de Rio Maina. Segundo o procurador, o delegado do Trabalho atuava feito corda-e-caçamba com os responsáveis pela área de segurança, em Santa Catarina. Foi com base em informes desses setores, por exemplo, que ele considerou inelegível o mineiro Luis Mendes Xavier, candidato à presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão de Rio Maina. Para o procurador da República, esse procedimento foi ilegal já que Minogio do Nascimento em momento algum apresentou provas de que o candidato da oposição estivesse respondendo a inquérito.

A VOLTA DO IBRA

Zé Ibrahim, o dirigente sindical que ficou conhecido ao presidir o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e liderar a greve que abalou o país, deverá estar de volta bem logo, retornando ao Brasil depois de 8 anos de banimento. Em princípio, a chegada está prevista para o dia 27 de maio. Osasco se prepara para recebê-lo. Antigos amigos, companheiros de luta sindical e familiares, representantes de sindicatos, entidades, e oposições sindicais, se reuniram no sábado, 12 de maio, para organizar a recepção que será divulgada à população através de mutirões.

A volta de Ibrahim é um acontecimento importante para a classe operária brasileira. Segundo Zé Pedro, ex-candidato a presidene do Sindicato pela Oposição Sindical ela representa «uma vitória dos trablahadores e do conjunto dos setores progressitas da sociedade brasileira». Dia 27, portanto, a pedida é dar um pulo em Viracopos e esperar o avião das 8,30 que vem da França. O Ibra deverá estar nele.

PIQUETEPRESS

E a Piquetepress tem que funcionar a todo vapor. Por isso, estamos aguardando as notícias das fábricas, bairros e sindictos. A correspondência pode ser enviada para «Piquetão» — Jornal Em Tempo — Rua Mateus Grou, 57, — Pinheiros — SP.

Jornalistas de São Paulo na encruzilhada da greve

A sorte já está selada: ou os patrões recuam ou vão ser obrigados a negociar sob a pressão da primeira greve geral da categoria dos jornalistas, em 18 anos.

Por Carlos Tibúrcio

Quando esta edição do EM TEMPO estiver sendo impressa — zero hora de quinta-feira —, os jornalistas de São Paulo, reunidos em assembléias, estarão decidindo se deflagram ou não uma greve geral da categoria, a primeira em mais de 15 anos. Os sindicatos patronais — das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas e das Empresas de Radiodifusão — revelaram-se, diante das reivindicações da categoria (25 por cento de aumento e imunidade para os representantes de redação), não só intransigentes, mas até provocadores. Isso, até agora. Resta ver se manterão até a hora da assembléia sua completa indisposição para negociar, na medida em que se recusam a conceder qualquer aumento e nem sequer se dispõem a discutir a questão da imunidade.

A intransigência patronal, levando-se em conta a pública e notória disposição de luta da categoria dos jornalistas, levanta a hipótese de que os sindicatos empresariais estariam apostando na fala dura do ministro do Trabalho, pela TV, na semana passada. Em miúdos: a intransigência patronal visaria de fato empurrar a categoria para a greve, na esperança de que o regime cumpra as ameaças e decrete a intervenção no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Na noite da última terça-feira, contudo, o patronato da imprensa deve ter vacilado, com o balde d'água fria: o mesmo Murilo Macedo das ameaças estava de volta ao vídeo não para fazer advertências, mas, dessa vez, para anunciar uma grande vitória dos metalúrgicos do ABC: a reconquista dos seus sindicatos. É fácil supor que, tomada a decisão de retirar a intervenção nos sindicatos do ABC, o regime não esteja com grande disposição para enfrentar o desgaste de intervir no sindicato dos jornalistas de São Paulo. Mesmo considerando-se que o patronato da imprensa poderia boicotar a opinião pública, censurando as repercussões internas e externas que tal intervenção sem dúvida provocaria, é evidente que as reações internacionais seriam um osso duro de roer para o governo do general Figueiredo.

Por isso mesmo, desde já a sorte está quase selada: ou os patrões recuam e apresentam uma contraproposta para ser avaliada pela assembléia, ou vão ser obrigados a recuar pela força da categoria em greve.

CAMPANHA SALARIAL EM DUAS FASES

A Campanha Salarial dos jornalistas de São Paulo começou, este ano, no dia 25 de abril, com a realização de uma Assembléia Geral de abertura, que se transformou em Assembléia Permanente da categoria. Diferentemente dos últimos anos, dessa vez a campanha foi precedida por discussões nas redações, particularmente incentivadas e conduzidas pelos membros efetivos e suplentes do Conselho Consultivo de Representantes de Redação (CCRR). Parênteses: o CCRR, para quem não sabe, é um organismo do sindicato composto por jornalistas eleitos diretamente em suas redações — delegados sindicais, portanto —, que formam, na prática, verdadeiras comissões de representantes dentro de cada uma das empresas jornalísticas. Fecha parênteses. Preparada a campanha, ouvida a categoria, a diretoria do sindicato, na pessoa do seu presidente, David de Moraes, propôs que, este ano, a categoria dividisse a campanha salarial em duas fases: uma, agora, e a outra, no final do ano, na época do dissídio. «Uma campanha só, em duas fases», frisava David para o plenário, no dia 25 de abril. Além disso, travar a luta e buscar as negociações diretamente de sindicato (dos jornalistas) para sindicatos (os dois patronais), e não, como no ano passado, empresa por empresa. Reivindicar, basicamente, aumento de 25% para toda a categoria e imunidade para os representantes de redação. Por que 25%? Porque, segundo análise do DIEESE — Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos —, 25%, em média, é o que a categoria dos jornalistas precisa obter para recuperar o padrão de vida que mantinha em 1964. Imunidade para os representantes, que consta genericamente na CLT e é reconhecida pelos jornalistas, mas que precisa ser devidamente engolida pelos patrões. Também, é claro, a busca de ações comuns com outras categorias, principalmente a dos gráficos. (Por sinal, tem assembléia-geral da categoria na sexta-feira, dia 18, para aprovar reivindicação de 30% de aumento).

Aprovada a proposta, a assembléia fixou um prazo de dez dias — a contar da entrega das reivindicações aos sindicatos patronais — para receber a resposta. Dentro do prazo, os patrões responderam: nada de imunidade, nada de aumento — antecipação de 16%, restrita às grandes empresas da capital e sem atingir todas as faixas salariais.

GREVE IMEDIATA OU BEM PREPARADA

A seção da Assembléia Permanente que avaliou a resposta patronal recusou-a como totalmente insatisfatória. Surgiram, então, duas propostas para a continuidade do movimento. De um lado, jornalistas que, em síntese, propunham a deflagração de uma greve para 24 horas após o término da reunião — era uma quarta-feira e a greve deveria começar na sexta; de outro, a proposta da diretoria do sindicato que, também em síntese, insistia em nova tentativa de negociação com os patrões, deixando claro que, no prazo de uma semana, a Assembléia Permanente deveria apreciar a resposta patronal e, se a considerasse insatisfatória, deflagar a greve. Nesse caso, a greve, pela proposta original da diretoria, deveria ser deflagada às 8 horas da manhã de quinta-feira, dia 17. O plenário, por fim, aprovou o horário do eventual início da paralisação para as 04 horas da madrugada do mesmo dia 17, em função das conveniências gerais dos horários de trabalho nos jornais, rádio e televisão.

Na segunda-feira, quando e realizou uma plenária extraordinária do CCRR, já se tinha o resultado da segunda tentativa de negociação com os patrões: completa intransigência. Não a qualquer aumento. Não à imunidade. Apenas 16% de antecipação, nas mesmas condições da resposta anterior.

À essa altura, organizados em comissões — de visitas às redações, de finanças, de divulgação, etc — coordenadas pelo Comando Geral de Mobilização (composto por membros da diretoria do sindicato, da coordenadoria do CCRR e por jornalistas eleitos diretamente na assembléia), os jornalistas já preparavam, a todo vapor, a possível deflagração da greve.

O jornal do sindicato «Unidade», segundo os planos, deveria sair diariamente, para informar à população sobre o movimento. Piquetes de persuação — não de confronto — começaram a ser formados. Nas reuniões das redações, minorias de fura-greve em potencial adiantavam suas posições, as vezes abertamente, às vezes racionalizadas sob argumentos que mal escondiam a simpatia pró-patronal. Setores mais significativos, mesmo levantando dúvidas e questões importantes para serem discutidas, deixavam claro que, em qualquer hipótese, se colocariam do lado da categoria, acatando a decisão soberana da assembléia. A grande maioria, confiante e combativa, mostrava-se cada vez mais disposta a enfrentar o desafio e a intransigência dos patrões, utilizando o único instrumento capaz de trazê-los de volta às negociações: a greve.

RIO

Assembléia atropela diretoria

Os professores das Universidades particulares não aceitaram alguns tostões a mais oferecidos pelos patrões. Entraram em greve para lutar pelas suas reivindicações

Da sucursal

A assembléia dos professores das Universidades particulares do Rio de Janeiro, no último domingo, no salão da Associação Brasileira de Imprensa, começou um tanto monótona não só porque a parte inicial fora reservada para os relatos das escolas mas, principalmente, porque na quinta-feira anterior, a diretoria do sindicato já havia assinado com os patrões um protocolo de intenção para assinatura de contrato coletivo de trabalho, a ser referendado pela assembléia.

A maioria dos presentes achava que o acordo feito não atendia as principais reivindicações feitas na assembléia anterior — onde já se havia marcado greve para o dia 14, caso essas não fossem atendidas. Na verdade a proposta patronal ignorou reivindicações como: adicionais para trabalho extra-classe (correção de provas, preparação de aulas); estabilidade no emprego; estabilidade para os professores eleitos como delegados; qualquer demissão deve ser referendada pelos departamentos e o máximo de 50 alunos por sala de aula.

A proposta patronal dava um magro aumento salarial de 10% acima do índice oficial (44%) e atendia algumas reivindicações que já são regulamentadas por lei, mas só que eram ignoradas pelos patrões (estabilidade para gestante, pagamento de salário não inferior ao que recebia anteriormente, concessões para os professores fazerem curso de mestrado e doutorado).

O clima da assembléia tornou-se tenso quando a diretoria do sindicato propôs, mesmo levando em conta a insuficiência da proposta patronal, que se aceitasse o acordo efetivado anteriormente — e portanto não se entrasse em greve — pois se poderia perder os tostões a mais, como disseram alguns professores, e outras conquistas. A diretoria popunha ainda, que em cima das vitórias parciais, os professores deveriam voltar às bases para organizá-las.

Para surpresa muitos não aceitaram os tostões a mais oferecidos pelos patrões e resolveram entrar em greve, por tempo indeterminado, como única maneira de exigir dos patrões melhores condições de ensino e trabalho. Muitos oradores salientavam a importância da greve na organização política da classe e a importância dos setores improdutivos em entrarem em greve.

Ainda que a proposta da diretoria do sindicato (de não entrar em greve) fosse derrotada, a greve foi encaminhada de maneira unitária. Serão abertas as negociaçoes com os patrões, mesmo contra destes, através de uma comissão de greve. Os professores marcaram uma assembléia para este domingo. (VGM)

Vitória adiada

Por Beatriz Loner

O movimento salarial dos professores primários e secundários, da rede particular do Rio de Janeiro, apesar de vitorioso com o acórdão que se seguiu à greve, ainda não pode ser dado por encerrado. Por um lado, o acórdão ainda não foi publicado pelo Diário Oficial — e enquanto não for os empregadores não o cumprem — e por outro lado, os patrões estão prometendo entrar com recursos contra o acórdão, o que o remeterá a Brasília, para julgamento do Tribunal Superior do Trabalho, num processo que certamente não durará menos de dois meses.

As vitórias conseguidas através do acórdão são as seguintes: 44% de aumento; mais 10% por atividades extra-classe e correção de provas; 1/6 do salário (com base em 4 semanas e meia) a título de repouso remunerado, que apesar de regulamentado pela CLT, há anos não é pago; piso salarial e pagamento mensal de metade do salário no decorrer do ano letivo, além de férias integrais, no caso de dispensa sem justa causa.

O problema do acórdão não publicado e a entrada de recursos dos patrões no TST foram levantados em assembléia realizada no último sábado, no Clube Maxwell, onde se decidiu iniciar a coleta de assinaturas para um memorial a ser enviado ao TST, caso o recurso seja interposto Notas de esclarecimentos aos professores, pais e população também são necessárias dado ao grau de confusão lançado sobre o assunto pelos jornais da grande imprensa. O fortalecimento das zonais e o incremento do fundo de greve foram medidas também aprovadas, como forma de precaver-se ante possíveis retrocessos.

Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (8)

"Vote em JK, o escolhido do PC"

Por Antonio Carlos Felix Nunes

Gentil, Vicente e Mateus (a direção do Comitê Distrital) sairam às ruas de manhã bem cedo, conforme o combinado na véspera, com o propósito de verificar se o trabalho havia sido perfeito. Fora um teste de capacidade: todos os efetivos do Partido, no bairro do Tatuapé, foram mobilizados naquela madrugada para pintar paredes, colar cartazes nos muros, pixar as calçadas. Abria-se a campanha presidencial, na qual o contigente partidário se empenharia nos próximos seis meses. O Partido decidira apoiar a candidatura de Juscelino Kubischeck, mas de antemão sabia das dificuldades a vencer na propagação de tal nome. O político mineiro concorria em São Paulo com o popularíssimo paulista Ademar de Barros. E isto significava uma tarefa nada cômoda aos comunistas deste Estado, habituados até então ao seu proselitismo em portas de fábricas, à missão ideológica desprovida de intenções eleitoreiras. Apesar disso, os militantes acolhiam esse encargo com imenso entusiasmo. Alguns até por deleite, em vista de sua vocação inata para esse tipo de incumbência. Vocação trazida de outras épocas, quando ainda militavam em partidos burgueses.

Na última reunião ampliada do Distrito, uma avaliação foi feita sobre as possiblidades do candidato. Um cálculo encomendado a um órgão de pesquisa não dava a Juscelino mais de 200 mil votos em São Paulo. Todavia, se o partido se esforçasse talvez fosse possível conseguir mais. E o desejo de realizar tal proesa passou a se constituir num ponto de honra para os militantes. Com uma votação além da prevista, o candidato haveria de reconhecer a capacidade e os méritos do Partido. E este, durante o seu governo, certamente seria mais respeitado. Assim, a campanha eleitoral seria transformada numa obrigação diuturna de todos os militantes. Já havia um plano para cobrir o bairro de pixações, cartazes e faixas. Deste momento em diante, dentro das fábricas não se falaria em outra coisa senão a respeito da importância do pleito, das qualidades dos candidatos. Shows e comícios os bairros já estavam programados, artistas diversos se dispunham a colaborar.

Hoje, neste início da batalha, os três dirigentes estão a analisar o primeiro resultado das decisões orgânicas. Os militantes de base atenderam a convocação, e o que se via era realmente um trabalho de exército: dezenas de pinturas nas vias públicas, inscrições em todos os lugares vagos dos muros, enormes faixas pegando a rua Antonio de Barros, a principal via do bairro, de lado a lado... O nome do candidato já estava nas ruas. Algumas inscrições diziam: «vote em JK, e escolhido do PC». Gentil observa os operários que deixam a parada ferroviária da Central do Brasil, em numerosos grupos. Eles fixam os olhares nesses dizeres, mas não comentam, continuam seguindo, apressados, em direção às fábricas. Gentil se justifica: começo de campanha é sempre assim. A massa demora para se empolgar, só vai se envolver na disputa quando for mesmo saturada pela propaganda. Além disso, a propaganda muda não é um bom indicador de reações.

É preciso sentir o pensamento dos trabalhadores nas portas da fábrica, na hora do almoço. É durante essas folgas que eles dispõem de tempo para trocar idéias. E o trabalho de fôlego do Partido seria feito justamente aqui: deveria se abrir a discussão sobre as eleições, a partir dos militantes das fábricas. Neutralizar a propaganda demagógica de Ademar, quebrar o seu mito de político populista, exigia um empenho de Hércules — disso sabia Gentil. O candidato paulista tinha uma sólida estrutura eleitoral, dispunha de uma gigantesca rede de colaboradores cevados no dinheiro fácil, na corrupção. Quando acionasse seu esquema, toda a população seria impregnada de suas idéias mirabolantes, de suas promessas jamais cumpridas.

E é com esse espetacular aparato o que o PC iria se defrontar. Um PC minguado de recursos financeiros, contando apenas com a abnegação e o idealismo dos seus membros. Nessas ocasiões, todos faziam esforços dobrados, dormiam menos, não raro faltavam ao serviço na fábrica para dar cumprimento as tarefas. A campanha do Ademar, ao contrário, era feita a peso de dinheiro, e nisto estava o interesse da maioria dos que nelas se engajavam. Esta a única vantagem do Partido: o idealismo e a convicção contra o interesse pelo dinheiro.

Gentil considerou positiva a largada eleitoral. Agora não poderia descuidar sua obrigação de secretário político, a qual consistia em incentivar o máximo os militantes das bases. Ao mesmo tempo deveria cobrar-lhes a todo instante a execução de suas incumbências, inteirar-se de suas falhas, corrigir-lhes erros e apresentar sugestões de trabalho. Não podia deixar ninguém esmorecer, era fundamental manter todos perfilados e com a moral elevada no curso da campanha. A empreitada era por demais grandiosa e, por isso, não se podia desperdiçar energias, toda e qualquer contribuição seria valiosa.

Os trens suburbanos descarregam as últimas levas de trabalhadores no bairro do Tatuapé. A manhã operária já se vai — as ruas começam a ficar vazias desses seus tradicionais madrugadores. Muda-se o cenário, com a abertura do comércio e a chegada dos seus primeiros fregueses. Gentil e seus parceiros abandonam o pátio da ferrovia, de onde contemplaram o serviço dos seus subordinados. Agora entram no bar do português Martins, um simpatizante do Partido. Ao Martins recorriam em momentos de aperturas, por uma contribuição financeira. O simpatizante os recebe com um largo sorriso de satisfação. Enquanto lhes serve cafés, faz o comentário:

— Excelente trabalho! Olha aí, nem a parede do meu bar escapou. Pelo visto, vai ser uma campanha estrondosa. Nessa quero participar. Já estou meio velho mas ainda posso empunhar um pincel. Não se esqueçam de mim, meninos! Não venham aqui só buscar dinheiro, me dêem também o prazer de ser útil em outras coisas...»

Os três ficam no sorriso. Útil ele já era demais. Nessas coisas que eles faziam e naquelas que um batalhão de militantes fez hoje, estava a recompensa pela sua condição de simpatizante. Não era preciso fazer mais: as brochas, os pincéis, as latas de tinta, a cola, as cartolinas para os cartazes, os panos para as faixas haviam sido comprados com essas contribuições. E mais ainda: eles três, e muitos outros, que trocaram a profissão pela luta revolucionária sustentavam-se com essas colaborações financeiras. Portanto Martins já estava fazendo muito, não seria justo que se lhe exigisse mais. Além disso, as tarefas práticas eram da competência dos membros efetivos — nunca seriam atribuídas a um simples simpatizante, embora fiel e honesto.

Gentil pensou em explicar-lhe isso, mas reteve o argumento na garganta. Não era conveniente revelar tanto, assim em praça pública — fato que iria de encontro às normas de segurança partidária. Os segredos do Partido não deveriam transpirar aos simpatizantes, por mais confiança que neles se depositasse — foi uma lição, aprendia ainda no tempo de sua militância fabril. Sem fechar o sorriso, Gentil virou-se para Mateus e Vicente, convidou-os a se retirarem. Martins retribuiu o gesto de despedida com outro sorriso e um sinal de mão.

Já na rua, conferiram a agenda do dia: na hora do almoço cada um deles se deslocaria para a porta de uma fábrica, a fim de constatar representantes sindicais, avistar-se com membros das respectivas células; à tarde, fariam uma rápida reunião de balanço e tratariam de alguns problemas internos; à noite haveria reuniões das bases do Tatuapé, Chácara Califórnia e Vila Carrão, às quais, respectivamente, Vicente, Mateus e Gentil deveriam prestar assistência. Gentil sente-se perturbado com este último compromisso: dirigir uma reunião feminina (a célula do Carrão). As mulheres pareciam não levar muito a sério as discussões, conquanto praticassem a contento as decisões tomadas. Ainda não tinha conseguido impor-se como dirigente, de forma a evitar os gracejos, os trocadilhos e piadas picantes que elas soltavam inspiradas nas frases usadas no encaminhamento das questões partidárias. Na última reunião, ao discorrer sobre as eleições, foi glosado pela Turquinha, uma militante desquitada. Gentil disse: «agora, o Partido terá oportunidade de abrir-se às massas». Maliciosamente, a Turquinha troçou: «ah, vai ser ótimo! Desta vez posso me aliviar à vontade, fundamente...»

Não via má fé nem intenção provocativa nessas tiradas das companheiras. Ao seu ver, faziam parte da natureza feminina. Entretanto, não podia corresponder. Devia manter-se em seu papel, ser durão e carrancudo. E isso o chateava. Já havia pensado em transferir tal responsabilidade a um dos seus parceiros. Inibia-se, porém, na hora de expor a razão de tal gosto.

Na próxima semana: PC leva árvores ao comício

Funcionários

Volta ao trabalho não é derrota

Os servidores públicos de São Paulo voltam ao trabalho, mas reafirmam a disposição de continuar a luta. Sem um balanço final, o saldo organizativo já é ressaltado e a Coordenação Geral Permanente é colocada em questão.

por Jesús Varela

«O Governo quer comercializar o ensino, a medicina e muitos outros serviços: nós servidores do Estado, não permitiremos; nós brasileiros de São Paulo, não permitiremos... Nossa luta continua, nossa mobilização aumenta, porque nossos salários ainda são pequenos, porque as punições e perseguições policiais continuam, porque os serviços públicos continuam ameaçados e prejudicados pelo próprio Governo».

Este é um trecho da carta aberta entregue à população de São Paulo, na quarta-feira, pelos funcionários públicos que retornam ao trabalho após 35 dias de greve, que atingiu cerca de 250.000 servidores estaduais e municipais.

O retorno às atividades foi proposta da Coordenação Geral Permanente para discussão e votação nas assembléias setoriais. A justificativa foi de que a possibilidade de novos ganhos econômicos eram remotas ante ao pouco caso e intransigência com que essa questão era tratada pelas autoridades governamentais. Ressaltou, porém, a CGP que o movimento do funcionalismo teve saldos positivos, já que os Cr$ 2.000,00 de abono e a antecipação salarial de 20% escalonado a partir de novembro, é bem melhor que a primeira que foi rejeitada pela Assembléia Legislativa, que previa aumento escalonado de 30% a 58%, sobre os vencimentos de março de 1978, o que daria um aumento real entre 8% e 29%.

Professores voltam às aulas

DOBRAR MALUF

As assembléias setoriais ratificaram a proposta da cooordenação, entretanto, depois de muitas discussões, já que grande parte dos funcionários não queriam a suspensão do movimento, havendo os mais exaltados propondo a paralisação total, inclusive os serviços de emergência, para conseguir «dobrar» o governador Paulo Salim Maluf e seu secretariado. Na Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas, por exemplo, a volta ao trabalho foi ratificada por poucos, pois a grande maioria se absteve de votar.

A avaliação da greve está por se fazer. Já estão marcadas assembléias setoriais para esse fim e a Coordenação Geral Permanente deve se reunir em breve para fazer esse balanço. De qualquer forma, já existem algumas análises individuais que adiantam a vitória do movimento.

Segundo uma funcionária do Hospital das Clínicas, essa vitória tem dois ângulos: um político e um econômico. Para ela, a vitória econômica ainda não foi consolidada, porque é o MDB quem vai encampar a luta, na tentativa de conseguir um índice maior. Politicamente, a vitória está em que se conseguiu aumentar a união e solidariedade dentro do funcionalismo, ao mesmo tempo em que se elevou o nível de consciência, em relação ao ano passado, quando se conquistou espaço político. «Nós vamos voltar ao trabalho porque a luta é conjunta, pois, o HC tinha condições de continuar em greve».

BUROCRATIZAÇÃO?

Quanto ao encaminhamento, a mesma funcionária diz que a coordenação falhou bastante, com atuação populista e desorganizada, além de ter incrementado uma burocratização que prejudicou o movimento. E mais, que a luta deveria ter sido ganha politicamente através de um desgaste do Governo, que não está interessado na saúde e educação do povo.

Já, José Antonio, membro da Coordenação, foi altamente positiva, pois conseguiu a unidade do funcionalismo, de fato, pois conseguiu levar a campanha unificada de setores diferenciados, tirando a greve e a volta ao trabalho de modo organizado. Para ele, estava claro que uma greve no setor de serviços, que dá lucro ao Governo, teria poucas possibilidades de vitória salarial.

«Nós teríamos que criar condições de negociar; criar um problema político. O que aconteceu é que o Governo assimilou a greve, fazendo com que não houvesse um aumento maior. Entretanto, ressalta José Antonio, a maioria dos servidores tiveram um aumento de 44% a 85%, e isto é positivo. Os Cr$ 2.000,00 só foi prejudicial, comparando-se com a primeira proposta governamental, para 4,4% dos funcionários, que ganham mais de Cr$ 25 mil. Politicamente, o que deve se ressaltar é a unidade conseguida no setor, o que vai ser importante mais a longo prazo, no decorrer deste ano. Se se conseguir solidificar e aprimorar essa organização e conquistar outros setores do funcionalismo, isso vai ser importante para o movimento. Este ano deve se dar a fundação de associações e o fortalecimento das organizações setoriais, além de reforçar a unidade de todos os setores. Nós retornamos ao trabalho porque a greve como forma de pressão, hoje, é ineficaz. A partir do fortalecimento setorial, isso vai mudar».

Para uma professora da regional Sul, a greve teve como dado positivo uma grande politização do professorado, durante o processo. «Tanto que, já está se levantando a necessidade do professor exercer, de fato, sua função social e de lutar pela democracia, o que não ocorria antes da greve».

Fundo de alimentação: experiência dos funcionários

Professores

Agora os Mineiros

Por Juarez Rocha

Greve dos professores da rede municipal e estadual de Belo Horizonte e Contagem, a partir do dia 17 e assembléia conjunta dos professores da rede particular e pública, no dia 20, visando uma unificação do movimento, foram as principais decisões da assembléia de 1.000 professores mineiros.

Além da capital, segundo informações dos membros da comissão coordenadora do movimento, já confirmaram a participação na greve, os professores das seguintes cidades: Muriaé, Patrocínio, Lavras, Cel. Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, Carangola, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Sete Lagoas, Nova Lima, Divinópolis e Santa Luzia.

As reivindicações dos professores da rede pública são de salários iguais aos conquistados pelos profissionais do Rio de Janeiro e efetivação para os contratados. Já os da rede privada exigem 35% de abono salarial imediato, 25% de aumento como forma de pagar o trabalho extra-classe e estabilidade empregatícia durante o período letivo.

A decisão de decretar greve surgiu como última alternativa para professores verem atendidas suas reivindicações, já que as iniciativas anteriores, também decididas em assembléias, de divulgar carta à população e enviar documento ao Governador do Estado, ao secretário da Educação e ao presidente do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino tiveram como resposta o silêncio e o descaso.

MUITAS PRESSÕES

O trabalho de conscientização e organização dos professores tem sido dificultado pela Associação dos Professores do Primeiro Grau e pelo Sindicato dos Professores de Minas Gerais, pois além da falta de apoio material, o presidente do Sindicato, Ewerton Possas, publicou uma série de matérias pagas na imprensa, pregando a não adesão ao movimento independente dos professores. A presidente da associação, Maria Telma, para confundir, está convocando uma assembléia dos professores no dia 28. E os dois já deixaram bem claras suas posições: não apoiarão a greve.

UNE

Democracia pela base

Da sucursal de Belo Horizonte

Renato Bezuns

UNE assanha a direita

— O jornalista Carlos Chagas escreveu recentemente que soube, por fontes fidedignas que, para o Governo, existem cinco tabus, entre eles a UNE. E agora, o MEC soltou um comunicado considerando ilegal o congresso, abrindo espaço para uma repressão policial sobre os estudantes. Que papel a UNE pode cumprir na atual conjuntura brasileira?

Até hoje a implantação da reforma universitária tem-se valido da ausência de uma Organização Nacional dos Estudantes que se contraponha a esta política elitista para a educação. A UNE deve cumprir um papel fundamental na transformação da Universidade. E não é à toa que o Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, disse que o Governo é contra a reestruturação da UNE e só admitirá congressos depois que for estabelecido o ensino pago. Além de potenciar em muito o peso da intervenção estudantil na conjuntura, a UNE significará indiscutivelmente, os trabalhadores na construção de sua Central Única. Por isso, a UNE só virá se somarmos todas as forças do movimento estudantil para impor essa derrota à ditadura.

— Às vésperas do congresso da UNE, a imprensa tem noticiado a proposta partida de algumas lideranças do movimento estudantil, de constituição de um chapão para compor a Diretoria da entidade. O que é esse chapão? Qual a posição do DCE-UFMG sobre esta proposta?

— Pelas informações que dispomos, o chapão seria constituído com base em três tendências do movimento estudantil: Refazendo, Caminhando e Mãos à Obra. Até o presente momento, o DCE-UFMG e os estudantes mineiros não têm nenhuma informação a respeito de discussões amplas e democráticas ou encaminhamentos pela base, preparatórios de um chapão para a UNE.

— O que o DCE-UFMG entende por encaminhamentos na base e construção democrática de uma nova direção para a UNE? Em síntese: o DCE tem críticas à política de encaminhamento do chapão?

— Este chapão não está surgindo de um processo amplo e democrático de elaboração de um programa de lutas para o movimento estudantil e de escolha da diretoria da UNE. Exemplos do que estamos dizendo; podem ser dados através de algumas perguntas que os propositores do chapão ainda não responderam. Primeiro: quem indicou os nomes para compor a direção da UNE e especificamente a presidência da entidade? Em qual Estado os estudantes participaram da definição de um programa para a UNE? Valdélio, um dos candidatos indicados para a presidência da UNE disse que seu nome surgiu da indicação de amigos e das lideranças de seu Estado. O que isto significa para uma UNE que pretenda ser democrática e representativa dos estudantes? Achamos fundamental recuperar a tradição de luta da UNE do passado, mas ao mesmo tempo, discordamos em herdar os erros cometidos, em algumas oportunidades, como a formação de chapas de cima para baixo, a negociação de cargos e programas que não pressupunham uma participação do conjunto dos estudantes. O chapão representa, na verdade, a repetição desses erros.

— A diretoria do DCE-UFMG discorda, então, da proposta do chapão que vem sendo encaminhado. Mas, que alternativas vocês propõem?

— A nosso ver é fundamental que ao se pensar na questão da construção da direção da UNE hoje, se considere a atual realidade do movimento estudantil. Em primeiro lugar, se existe a proliferação de lutas em todos os cantos do País; elas se dão de uma forma localizada nas escolas e, mais ainda, a organização do movimento é regionalizada. Exemplo disso é que existe apenas a UEE de São Paulo reconstruída. Em segundo lugar, não existe uma direção ou corrente política reconhecida pelos estudantes a nível nacional. Uma UNE que não considere este realidade, será incapaz de construir a nossa unidade a nível nacional, isto é, que expresse a desigualdade, a diversidade de visões políticas e essa regionalização do movimento. Enfim, para nós a questão principal que o Congresso de Salvador deve resolver é: como direcionar nossas forças no sentido de construção pela base de nossa Organização Nacional?

A nossa proposta é que o Congresso eleja uma diretoria de reconstrução da UNE, com base nas entidades, que expresse um período de transição entre uma organização regionalizada para uma organização unitária nacional. Tal diretoria seria composta por estudantes que representem a força política capaz de dar conseqüência à plataforma de lutas em cada Estado ou região. Assim, os delegados de cada Estado indicariam, por maioria, um ou mais diretores da UNE, de acordo com o peso político do movimento expresso no número de delegados presentes ao congresso. O mandato dessa diretoria seria até no máximo o primeiro se mestre de 1980, prazo necessário para dar os primeiros passos importantes na criação de uma direção nacional reconhecida. Está claro que esta proposta pressupõe a unidade dos estudantes pela base, em torno de reconstrução do movimento, isto é, um chapão, só que do conjunto dos estudantes brasileiros. Teria três metas fundamentais que são tarefas reconhecidas por todos os estudantes: lutar pela reconstrução das UEES, DCES e entidades de base onde elas não existem, consolidar uma UNE democrática, criando, por exemplo, um conselho de DCES, formação das secretarias por curso, criação dos CPCS, promoção de seminários nacionais, etc. Garantir a independência política e organizativa da UNE perante o estado ditatorial. Teria também uma plataforma de lutas concretas para o período, que expresse a luta pela transformação da universidade, especialmente contra o ensino pago e pela sua democratização, e o apoio às lutas dos trabalhadores, além da luta pelo fim da ditadura e do arrocho.

— Como vem sendo recebida esta proposta pelos estudantes da UFMG? Como está a preparação para o congresso da UNE na UFMG?

— Até agora as discussões realizadas na UFMG estão centradas na questão: como construir uma UNE pela base? Além da promoção de debates com ex-diretores da UNE, organização de coletas, pichações nas ruas, estamos procurando estimular o debate do interior do Estado. Para isto foi realizada uma reunião da comissão Pró-UEE e a diretoria do DCE, como participante da executiva Pró-UNE, está participando de um encontro regional envolvendo Minas, Brasília e Goiás. Estamos também procurando o apoio de outros setores sociais, como os sindicatos e entidades democráticas. Aqui na UFMG será realizado nos dias 19, 20 e 21 um Congresso Universitário que reunirá em torno de 300 delegados estudantis eleitos em sala de aula, e debaterão entre outros assuntos, a reconstrução da UNE. Estamos procurando que seja um momento de grande participação que preceda a esolha de delegados para a UNE.

É impossível construir uma UNE democrática, semconstruir mecanismos de democracia no movimento estudantil de cada Universidade, e o Congresso Universitário visa justamente isto, formar um conselho de representantes de turma de toda a UFMG. Os dois grandes temas do congresso serão a discussão sobre o projeto de autarquização e a luta por mais verbas na Universidade e a organização estudantil, especialmente a definição de uma plataforma política a ser encaminhada na retirada de delegados para o Congresso de Salvador.

Secundaristas paraibanos apoiam os mestres

Entrevista a José Altino/Paraíba

O movimento secundarista paraibano, que desde 1968, estava na mais completa apatia, saiu às ruas numa passeata com mais de 1.500 alunos, dando apoio aos professores do primeiro e segundo grau, da rede estadual de ensino, em greve. Os professores de todo Estado do Paraíba decidiram em assembléia geral pela paralisação das atividades, até que o governador Tarcísio Burity dê o reajuste salarial de 100%, além de outras reivindicações como: igualdade dos vencimentos dos inativos e piso salarial de Cr$ 3,5 mil.

Reunidos na sede do MDB-Jovem, três dos principais líderes secundaristas, em mesa redonda, debatem sobre as perspectivas do movimento e falam de como surgiu toda a preparação e conscientização dos estudantes, para no momento oportuno, como este, surgirem com tanto vigor e decisão, apoiando os professores.

— Como foi possível assim de repente, os secundaristas irem às ruas em passeata de solidariedade? Sabemos que há mais de 10 anos tal fato não ocorria.

Carlos Magno — É claro que o fato não ocorreu assim de um momento para outro, espontâneo. Houve toda uma preparação, no sentido de organização, há longo prazo. Começamos com um grupo de 15 pessoas, a nos reunirmos, no sentido de participar da vida dos colégios. Procuramos nos eleger para os Centros Cívicos, representantes de classe e nos momentos oportunos lutarmos pelas reivindicações específicas dos colégios, aonde estudávamos. Isto todo o grupo, sem a preocupação de nós autodenominarmos como entidade ou pertencentes a um determinado grupo.

— Vocês participaram do Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas em Belo Horizonte?

Maria Gorette — Sim. E antes, organizamos o Encontro Municipal de Secundaristas em João Pessoa, em 28 de abril, com 60 participantes, como preparação para o Encontro Nacional. Outra coisa, o nosso Grupo inicial era formado por alunos dos colégios estaduais: Liceu Paraibano (J. Pessoa); das cidades vizinhas de Bayeux e Santa Rita e da Escola Técnica Federal (JP). Nesta época fazíamos um trabalho fechado dentro dos colégios. Fizemos uma avaliação e vimos que isto era errado. O Encontro Municipal veio concretizar nossa nova visão. E as pessoas que dele participaram, vieram engrossar nossas fileiras e ampliar os debates sobre o movimento secundarista. Realmente, com todas as pessoas do Encontro, participando do comando de Greve, de apoio aos professores, passamos para a **vanguarda**.

Carlos Magno — Quanto ao Comando Geral de Greve: primeiro fomos de classe em classe explicando aos alunos, o porque do movimento grevista. Depois fizemos uma reunião preliminar, que já contava com mais de 80 alunos, número este que foi aumentando gradativamente, até chegarmos a 150 secundaristas representando diversos colégios.

Vilma Paiva — Com a manobra do governador de contratar novos professores a nossa palavra de ordem é de não aceitar as novas contratações. A partir daí começamos a discutir com os alunos o problema do nível de ensino, que tem como uma das causas o fato dos professores ganharem pouco e precisarem dar aulas em vários colégios para sobreviverem. Assim, eles são sobrecarregados e, sem horas para dedicarem aos estudos e preparação das aulas. A decisão da passeata pelas ruas de João Pessoa só foi tomada quando os alunos em frente a Associação dos Professores faziam uma campanha de pedágio. Foi uma decisão tirada em assembléia, no meio da rua. É importante frisar que os alunos das cidades do interior, como Campina Grande e Cajazeiras fizeram um movimento paralelo de greve e passeata, em apoio aos professores.

— Quais as perspectivas do movimento secundarista para a formação de uma Entidade?

Maria Gorette — Só faremos uma entidade secundarista quando esta for a real necessidade dos estudantes paraibanos. É lógico que não vamos ficar de braços cruzados, esperando que isto aconteça. Vamos lutar. Mas por enquanto devemos **esgotar** todas as potencialidades dos **Centros Cívicos**; seja num trabalho paralelo, seja dentro do próprio **Centro** — de acordo com as características de cada colégio. Devemos mostrar aos estudantes, na prática, que certas lutas jamais poderão ser encampadas pelos **Centros**. Então quando for do consenso geral, esta opinião, partiremos para outra etapa de organização.

— Sabemos da coincidência de que a maioria dos elementos da liderança estudantil secundarista pertence ao MDB-Jovem. Como vocês se posicionam diante de tal fato?

Vilma Paiva — Não queremos que o setor jovem do MDB organize o movimento secundarista. Muito pelo contrário, estamos participando do setor jovem como uma forma de atuação, exigindo dele que se coloque na vanguarda das lutas democráticas; que reúne em si todos os jovens que acreditam e lutam pela liberdade de organização do povo brasileiro.

Reforma do regime no Uruguai

A tentativa de passar gato por lebre

Eis aqui uma análise da conjuntura uruguaia feita pelo Partido pela Vitória do Povo (PVP) que ficou conhecido no Brasil por ocasião do seqüestro dos uruguaios Universindo Diaz Rodriguez e Lilian Celiberti, ambos acusados, pela polícia de seu país, de pertencer às fileiras desta organização posta na clandestinidade pelo regime.

Por J. Viana

Ser dedo-duro já não basta. É preciso ser cara-de-pau.

O Sr. Storace Arrosa é um cara de pau da estirpe dos Bordaberry e dos Aparicio Méndez: politiqueiros de toda a vida agora falam dos vícios políticos «de antes», como se eles tivessem estado à margem de tudo.

Este ex-Ministro do governo blanco, que conheceu e se beneficiou das delícias do sistema político de então, levanta agora seu dedo acusador contra o sistema de partidos em que se regalou durante anos.

Hoje é autor de um anteprojeto de Estatuto dos Partidos Políticos que a revista «Notícias» publicou como folheto.

É um documento que de nenhum modo pode ser levado a sério. Basta mencionar o Artigo 18, inciso c): «Nos partidos políticos», diz, «não poderá aceitar-se a filiação das pessoas compreendidas nas situações previstas nos artigos 2º e 3º do Ato Institucional nº 4...»

Isto quer dizer que os novos partidos não poderão contar entre seus filiados «com a totalidade de candidatos à presidência e vice-presidência da República das eleições de 1966 e 1971; nem os titulares e suplentes que ocuparam o cargo nas Câmaras eleitas em 1966 e 1971; nem os membros dos atuais Diretórios dos Partidos Políticos».

Mas em compensação terão acesso aos partidos e a «política» as duas dezenas de ursos amestrados autorizados pela «Comissão Interpretativa» presidida por Cristi: o próprio Storace, Bordaberry e Aparício Méndez, Craviotto e Planchón, Cersósimo e Rovira, Gallinal e Chiarino e alguns outros obscuros reacionários.

O projeto de Storace, disfarçado sob toda uma fraseologia de «democracia» e «participação» não faz mais que regulamentar os atropelos de todos estes anos de despotismo. É «a voz do dono» repetida em 64 artigos.

Corpos mutilados nas águas do rio, alimentam a lista dos desaparecidos.

Como em abril de 1976, outra vez o rio deixa nas praias de Rocha e Maldonado sua oferenda de corpos mutilados.

Foram 4 no correr do mês. Como em 76, os corpos apresentam sinais evidentes de torturas e, como então, não foram identificados.

Quem são estes homens e mulheres jogados ao rio fazem três ou quatro meses? De onde vieram?

Em nosso País há 114 presos políticos desaparecidos.

É por isso que cada vez que a crônica policial anuncia estes terríveis achados, um sentimento de desespero e angústia sacode aos familiares e amigos dos desaparecidos, dos presos ainda não reconhecidos, de todos os que se sabe, estão sendo hoje mesmo torturados com selvageria.

Não pode: óculos escuros, calças de vaqueiro, cabelo comprido e barba.

A) É proibido o uso de sapatos com plataformas e calças compridas tipo vaqueiro.

B) É proibido o uso de barba e cabelos compridos.

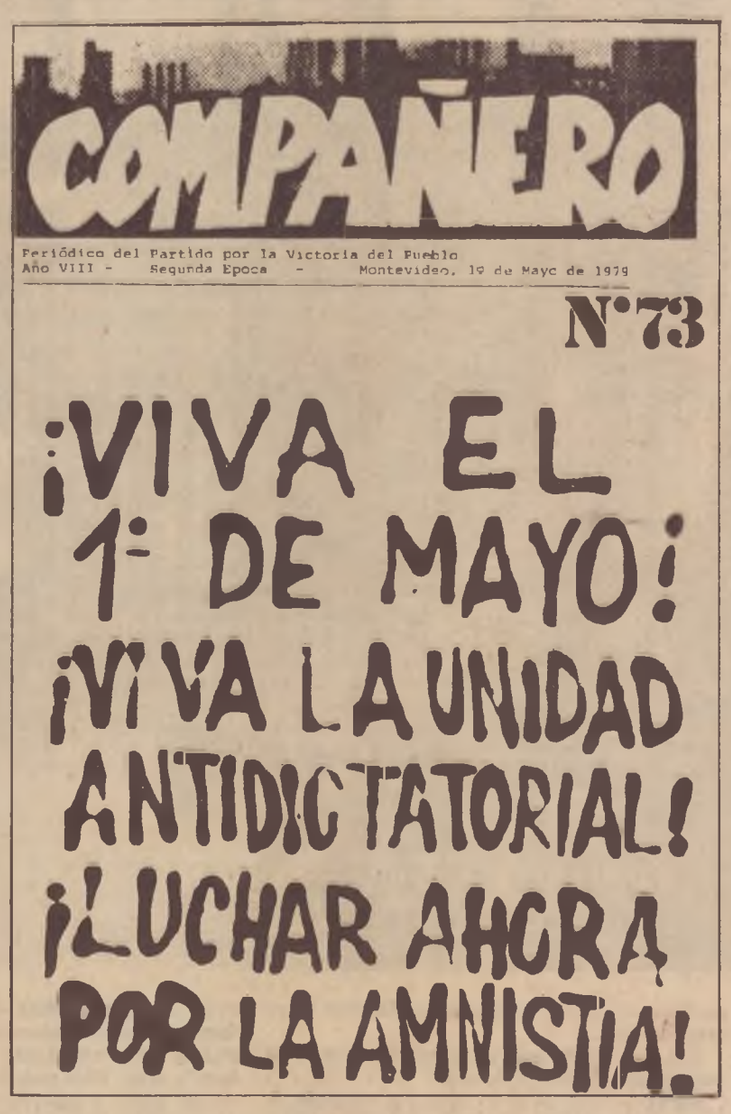
C) É proibido o uso de óculos escuros.

D) A camisa deverá estar permamentemente abotoada e a gravata ajustada.

Este é só o começo da tediosa lista que ocupou uma página inteira de imprensa no início dos cursos no Ensino Secundário, válida tanto para professores como para alunos. De fevereiro a março desse ano houve aproximadamente 400 destituições de professores.

Assim, a educação de nosso País reflete o que é seu governo. Proibir, reprimir, inventar normas e regulamentos.

E não são os óculos, os vaqueiros, as botas o que aqui está em jogo, mas sim todo um exército de normas coercitivas que, como todas as fontes de opressão cerceam vocações, esgotam energias, ímpeto e criatividade.



O que é o Partido pela vitória do povo

Os textos que publicamos foram extraídos da revista «Compañero» nº 73, que circula no Uruguai desde o 1º de maio deste ano. A edição comemora o 8º aniversário da publicação e o 1º aniversário de sua produção e distribuição clandestina sob a perseguição do regime. A publicação é de responsabilidade do Partido pela Vitória do Povo (PUP) que ficou conhecido no Brasil quando do episódio do sequestro dos uruguaios Universindo Dias Rodriguez e Lilian Celiberti, ambos acusados de pertencer às suas filas.

O PVP existe há mais tempo no entanto, sendo o herdeiro político da OPR-33 (Organização Política Revolucionária 33 Orientales), que nos anos 60 e começos da atual década realizou ações armadas contra o regime, ao mesmo tempo que desenvolveu um trabalho de razoável importância nos meios sindicais.

O PVP e seu antecessor representam um fenômeno particular na América Latina, de convergência de militantes de tendências marxistas, saídas seja do PC seja do Partido Socialista, com outros de orientação libertária, oriundos da influente Federação Anarquista Uruguaia, que até a década de 60 guardou posições importantes no movimento sindical e no movimento estudantil.

Trata-se de uma organização que se antecipou aos Tupamaros na autocrítica dos erros de período militarista, tendo conseguido, a despeito dos duros golpes que lhes foram infringidos pela repressão, manter uma certa atividade no interior do Uruguai, o que é hoje extremamente difícil face às condições sociais e políticas existentes no país.

Enquanto o povo, enquanto todos e cada um de nós vive cada dia a luta pela sobrevivência procurando ao mesmo tempo não ser despedido nem encarcerado... eles velam por nós. Mais do que isso, eles nos preparam surpresas: um regulamento para os partidos políticos, uma constituição e até um presidente da República e um parlamento.

Finalmente depois de vários meses de desvelos, a Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas, a Junta de Comandantes em Chefe e o Conselho de Ministros consideraram oportuno mostrar-nos algo do muito que andaram pensando e resolvendo por nós, algo do que irão nos presentear: o Estatuto para os Partidos e as linhas gerais de uma Constituição. Depois tão logo se ponham de acordo, nos mostrarão o resto. Mas o interessante e o particular da situação é que esta encenação não engana ninguém em que pese o coro bem orquestrado dos editoriais da imprensa consentida que procuram apresentar tudo como «um trabalhoso processo de restabelecimento democrático».

Mas é a falta de credibilidade da manobra o que caracteriza o nosso momento político.

Em 1976, quando as FFAA destituiram Bordaberry, elas se comprometeram a cumprir um certo calendário institucional (plebiscito em 1980 e eleições presidenciais em 1981). Naquele momento, os prazos pareciam razoáveis para ensaiar uma comédia em três atos que culminasse uma «estréia» brilhante: a realidade de um férreo poder despótico sob a aparência de uma democracia com eleições, partidos e parlamento. Mas de 76 até agora, os fatos não foram propícios ao plano. É que, apesar de ter sido abolida por decreto, a luta de classes não abandonou seu tenaz domínio das coisas.

EM NOSSO PAÍS ACABARAM-SE OS OTÁRIOS

Em primeiro lugar, o Plano transcorre em meio a uma situação que se caracteriza por um profundo mal-estar popular: a inflação continua devorando as rendas de uma população que é em 80% assalariada e a aplicação de uma política «liberal» de controle dos preços não faz senão aumentar o desemprego e a emigração. Mas não é só isso: a paciência começa a se esgotar diante da prepotência e da corrupção da oficialidade e hierarquia militar. Em nosso País faz tempo que se acabaram os otários e justamente o fato de não poder protestar aumenta ainda mais a indignação diante de tanta tropelia, tanto enriquecimento rápido, tanta política de compadre entre os velhos e os novos privilegiados.

Em segundo lugar, há uma contradição típica do processo uruguaio: desde 1973, o cavalo de batalha da camarilha militar tem sido o seu combate contra a «classe» política. Como disse o títere Aparício Mendez, em seu recente discurso em Mercedes: «o processo atual se propõe a aniquilar o político profissional».

A demagogia contra os políticos, procurando canalizar em favor das Forças Armadas o justificado desprestígio dos politiqueiros «caboclos» foi plasmada pelo Ato Institucional nº 4 que elimina da função pública alguns milhares de indivíduos. De fato a quase totalidade dos políticos uruguaios.

Dotar o Plano de Institucionalização de certo apoio dos partidos implica rever os termos do Ato 4 sobretudo porque, em nosso país, diferentemente do modelo que o inspirou, o brasileiro, não se conseguiu criar, um estamento da classe política domesticado e habituado a se adaptar às circunstâncias do regime.

E voltar atrás com o Ato 4 torna-se muito difícil dada a situação de «empate» dentro das FFAA e sobretudo à própria lógica do discurso demagógico.

«MACACO VELHO NÃO SOBE EM GALHO PODRE»

Isto levou a situações em certo sentido paradoxais: homens como Jorge Batle e J.M. Sanguinetti, que não têm nenhuma divergência de fundo com o Governo atual, estão, não obstante, fora de seu controle e posam de opositores ao regime. Ou, tomando outro exemplo, homens como o ex-ministro do Interior Adolfo Tejera (Blanco) que em 1965 não titubeou em desatar a mais dura repressão contra o movimento popular, não obstante, enfrentou em termos duros as propostas do governo quando em nome deste Gregório Alvarez iniciava as conversações com os dirigentes políticos em vias de obstaculizar o plano, «distensionista».

Seja porque os políticos «farejam» o clima das ruas, e continuam fiéis à norma de que «macaco velho não sobe em galho podre», seja porque existe uma contradição secundária dotada de certa eficácia que impede o acordo dos políticos com a distensão, o fato é que os partidos estão hoje mais hostis que nunca a qualquer diálogo com o regime militar.

Do Partido Colorado o regime recrutou apenas alguns franco-atiradores ultra-reacionários, sem nenhum respaldo político nem eleitoral.

Dentro do Partido Blanco, W. Béltran e Rodriguez Larreta que apóiam o governo nunca significaram grande coisa.

Em terceiro lugar, a situação dentro das FFAA está longe de ser tranquila em relação ao Plano. Há um setor ultra-reacionário que continua com força em que pese o deslocamento do gal. Prantl. A manutenção do compromisso dos Alvares, Raymundez e Bonelli com esse setor ficou selado com a nomeação de Ivan Paulós para o Serviço Nacional de Informações mediante o qual ele mantém o controle do conjunto do aparelho repressivo.

Este destacamento de criminosos, responsáveis por dezenas de assassinatos e seqüestros, tem mantido uma posição de intransigência. É que eles não querem nem ouvir falar de nenhuma mudança que possa pôr limites à impunidade que gozam desde 1972 dentro e fora das fronteiras.

REGIME: UM «BUNKER» AGRESSIVO E SECTÁRIO

A influência desse setor ultrapassa os marcos das próprias FFAA e se expressa em todos os grupos aventureiros, filo-nazis e anti-semitas germinados ao amparo e proteção do regime.

A pressão deste setor «ultra» conseguiu travar a ação algo mais habilidosa de Gregório Alvarez em sua intenção de abrir o diálogo com os partidos. Posteriormente, embora o gal. Prantl tenha sido deslocado, a situação dentro das FFAA se mantém relativamente «empatada» e a reiteração constante de que «nada modificará os prazos» faz supor que dentro do Exército são muitos os que vêem com inquietação as circunstâncias que se aproximam. Ademais, entre os «duros» e os «distensionistas» existem estreitos vínculos históricos e mútuas cumplicidades: todos, sem exceção, participaram desde 1972 dos piores momentos repressivos e todos têm as mãos sujas no processo que se desencadeou contra as liberdades e os interesses populares a partir de junho de 1973.

Assim a existência de duas correntes entre os mandantes em torno da saída política não converte a nenhum setor em «progressista». O que ela faz é acentuar a torpeza tática e aumentar o isolamento da ditadura.

É assim que o regime nos últimos meses tem assumido cada vez mais a fisionomia de um «bunker»: atrincheirado em sua fortificação, isolado da população, sem diálogo eficaz com nenhum setor político, acentuando cada vez mais o estilo revanchista, agressivo e sectário.

Manifesto da Convenção Nacional do Trabalho na clandestinidade.

Aos Trabalhadores e ao Povo Uruguaio

Ao contrário do que ocorreu em outros países latino-americanos onde as ditaduras não puderam evitar a comemoração independente do Primeiro de Maio, no Uruguai, o governo de Aparicio Mendez proibiu as manifestações. Essa mesma providência vem sendo tomada há cinco anos. No entanto os trabalhadores continuam se manifestando através de sua central sindical, a CNT, que já foi uma das mais importantes do continente e hoje está na clandestinidade.

«Primeiro de Maio. Em todo o mundo fazemos uma pausa em nossas tarefas. Em cada país a jornada encontrará os trabalhadores em situações diferentes; em todos, no entanto, um mesmo sentimento unindo a classe operária do planeta: a solidariedade com a luta de cada povo. Em todas as tribunas que se levantem no dia Internacional do Trabalho, estará presente a solidariedade com o povo uruguaio.

Nos campos de concentração e nos centros de torturas, mais de seis mil patriotas serão punho cerrado abrigando a esperança de um Uruguai livre e democrático pelo qual continuam lutando. No exílio, 600 mil uruguaios inflamarão seus corações, com o olhar posto em nós e na terra que os viu nascer.

Este Primeiro de Maio encontra os trabalhadores uruguaios enfrentados com o terror e a miséria, as duas caras da ditadura.

Desde o mês de janeiro vem sendo seqüestrados e atirados às masmorras, mais de 350 patriotas, entre eles: Francisco Materano, ferroviário; Lighieri; Marrero, metalúrgico; Rossi e Bello, portuários; Juan Ciacoboni, frigoríficos, C. Brugnoni e Jorge Larrosia, bancários; Ariel Fernandez, Abalos, têxtil, Pineyrua, Ruena e Andrés Gesto são alguns dos nomes desta longa lista.

O general Queirolo (comandante do Exército), Linares Brum (Regional), Hugo Marquez (Marina) e demais mandos fascistas respondem pela vida destes trabalhadores e de todos os seqüestrados.

Mas, essencialmente, é claro o objetivo de impedir que nossa central siga jogando o papel gerador da perspectiva de unidade e luta visando a derrota do regime, quando se chega a situações nas quais estarão em jogo o destino de nosso povo.

MEDIDAS ANTI-INFLACIONARIAS

Quanto à ditas medidas «anti-inflacionárias» podemos dizer que:

— para eliminar expectativas, se resolveu que os salários não serão aumentados mais que 30 por cento ao ano (dez por cento em fevereiro, nove por cento em maio e oito por cento em setembro). Também afirmam que a inflação não superará essa cifra, quando já nos dois primeiros meses do ano havia alcançado dez por cento (o que daria uma média que supera de longe os sessenta por cento ao ano), quando aumentam combustíveis, leite e pão (já duas vezes), tarifas e todos os artigos principais de consumo. Se levarmos em conta que já em princípios de 79, o salário mínimo para uma família padrão (dois maiores e dois menores) devia ser de 1.600 pesos; e que a maioria dos trabalhadores ativos e passivos (públicos e privados) somente cobrem de 45 a 50 por cento desta cifra, estes novos «aumentos» salariais estão decretando mais fome para as famílias trabalhadoras. Continuaremos ostentando a «honra» de ter o nível de vida com o índice mais baixo dos últimos 30 anos.

Segundo o ministro Arismendi «isto nos preocupa, mas não muito, porque os salários deteriorados se compensam com maior ocupação».

— O primeiro (que não os preocupa) isso sim, acreditamos, o segundo (maior ocupação) é uma das mentiras repetidas ultimamente.

— Além disso, abaixam-se em 50 por cento os aportes patronais à assistência social. Não é preciso ser adivinho para imaginar as conseqüências.

— Com o pretexto de que os preços não devem subir abusivamente, se acelera a «redução aduaneira», desgravando a importação. Isto significa simplesmente abrir as portas à competição estrangeira, solução funesta para a indústria nacional, pois, somente se salvarão «os eficientes».

— E se havia alguma dúvida, se elimina o imposto único à atividade bancária. O capital financeiro está em festas. As empresas que mais estão lucrando — que são as vinculadas ao setor bancário — deixam de aportar ao orçamento do Estado e de onde sairão as verbas que as substituam? A esta altura não é necessário pensar muito outra vez será o orçamento doméstico quem pagará. Até quando? Esta «política liberal» não perdoa ninguém. Se dá entrada livre aos monopólios internacionais que continuam engolindo a pequena e média indústria nacional, se comprime os comerciantes entre a livre contratação e o descenso do consumo, se asfixia os pequenos e médios produtores do campo, endividados com os bancos privados, e que vem como suas terras passam a formar parte das grandes estâncias, e para esta política de entrega do país, o apoio do Imperialismo, que dita as cartas de intenção do FMI e que continua assinando empréstimos, como o último de 27 milhões de dólares.

O ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

Este Primeiro de Maio será também uma expressão concreta pelo Ano Internacional da Criança. Hoje, em nosso país a maioria de nossos filhos estão privados dos alimentos básicos e da assistência médica adequada. Os adolescentes devem substituir a sala de aula pela fábrica, sendo submetidos à exploração do capital. Milhares de crianças estão separadas hoje de seus pais pelos muros da prisão, da emigração, do exílio e pelas extensas jornadas de trabalho.

Planeja-se a entrega da Universidade e de todo o ensino às multinacionais-condição exigida pelos dólares do BID.

E enquanto isto sucede, campeia a corrupção e o acomodamento, ao mesmo tempo em que os aparatos «anti-subversivos» reprimem os trabalhadores, as forças democráticas, a Igreja, todo dissidente é perseguido.

Por isto, neste Primeiro de Maio, os trabalhadores chamamos a todas as personalidades progressistas, aos pequenos e médios empresários da indústria e do comércio, aos produtores do campo, as forças da intelectualidade, aos partidos políticos defensores da democracia, a todos os orientais que desejam transitar pelo caminho da liberdade e da justiça social, a unir-nos em defesa do restabelecimento da democracia, contra a tentativa do imperialismo e dos setores mais reacionários de institucionalizar o fascismo, através da farsa eleitoral.

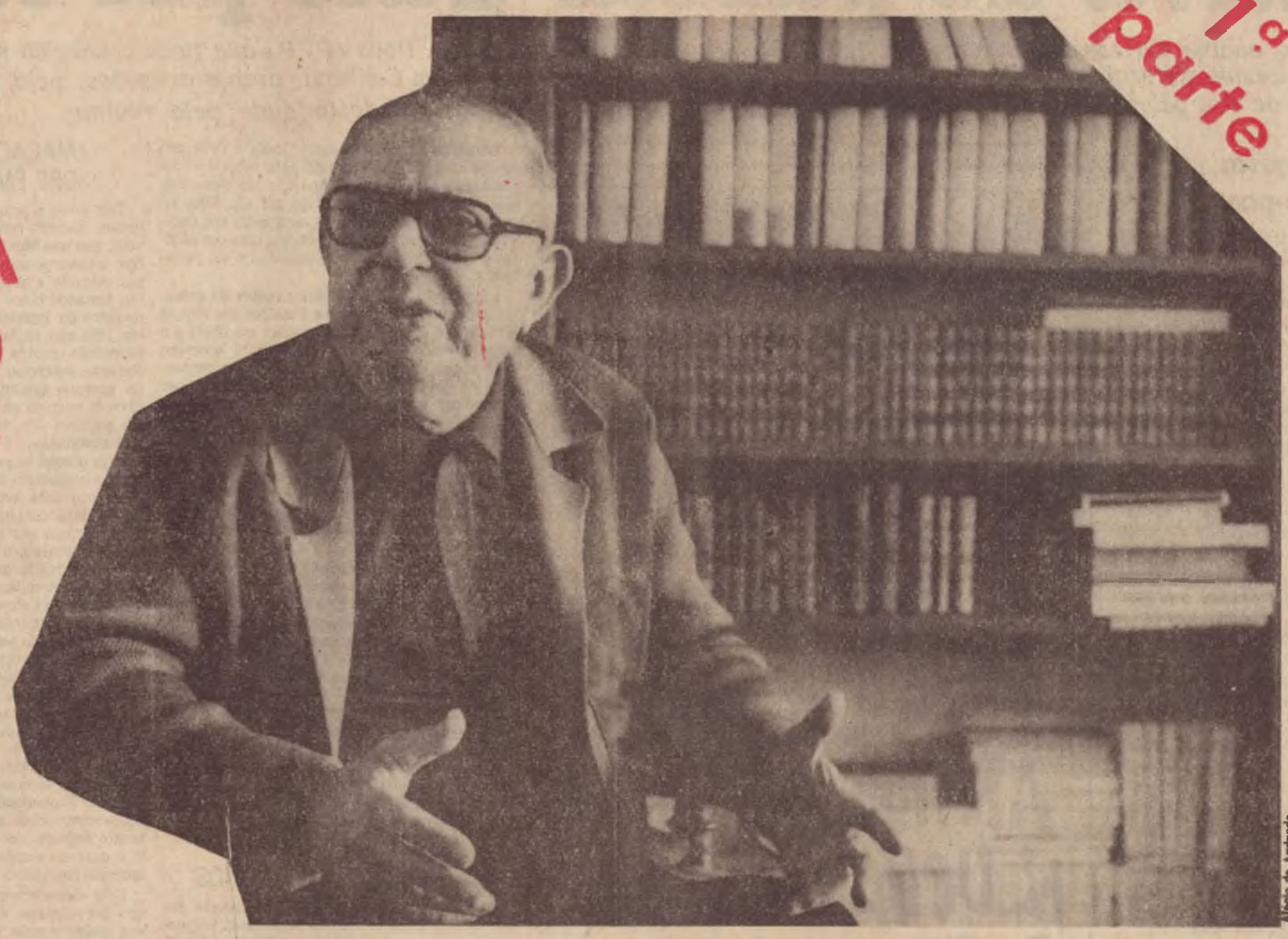
Nada se poderá fazer no país dando-se às costas ao povo e muito menos contra o povo.

Por isso também a classe operária uruguaia está unida em torno de sua central e dos autênticos sindicatos que a integram, reafirmando que serão em vão os esforços para quebrar a unidade dos trabalhadores».

"Neste século o Estado terá que ser destruido"

SARTRE

1ª parte



Alécio de Andrade

Jean Paul Sartre decidiu não dar entrevista à imprensa brasileira, desde que foi instaurada a ditadura militar no País, em 1º de abril de 1964. Sua decisão foi reforçada com a imposição da censura aos meios de comunicação. A última vez que falou a repórteres de uma publicação brasileira foi em 1961 — há 18 anos — quando de sua passagem pelo Brasil.

Recentemente, no entanto, o filósofo e escritor francês aceitou receber quatro brasileiros exilados, com os quais discutiu durante uma hora e meia diante de um gravador, concordando que esta conversação fosse publicada no Brasil, com exclusividade para EM TEMPO.

Sartre recebeu em seu apartamento, de Montparnasse a **Heitor Macedo,** *psicanalista, atualmente radicado em Paris,* **Eder Sader e Marco-Aurélio Garcia,** *então refugiados na França, e o fotógrafo* **Alécio de Andrade,** *da Agência Magnum. Sua primeira preocupação foi a de saber se a entrevista seria publicada sem cortes, e obteve dos entrevistadores, o compromisso de publicá-la integralmente, ou de não publicá-la.*

Aos 73 anos de idade, quase totalmente cego e sofrendo de graves problemas de circulação, o homem que marcou intelectualmente tantas gerações, guarda um vigor e uma lucidez enormes, que a leitura do texto evidencia, independentemente do nível de acordo que se possa ter com ele.

Os entrevistadores evitaram deliberadamente orientar a entrevista seja para aspectos autobiográficos — fartamente explorados em suas conversações com Michel Constat, reproduzidas na revista francesa **Nouvel Observateur** *e, posteriormente no 10º tomo de situações (entrevista traduzida no Brasil há alguns anos pelo semanário «Opinião») — seja para questões relacionadas com a situação brasileira e latino-americana, sobre os quais seguramente ele pouco teria a dizer.*

Falando sobre os problemas do Estado, especialmente do Estado totalitário, sobre os movimentos sociais e os partidos, sobre a revolução e as novas dimensões que a política adquiriu depois de 1968, em particular, Jean-Paul Sartre propõe temas de reflexão que se encontram no cerne das discussões que atravessam hoje a esquerda brasileira e do mundo inteiro.

Eder Sader — Como você afirmou no livro que reproduz suas conversações com Victor e Gavi («Nós temos direito de revoltar-nos») os acontecimentos de maio de 1968 recolocaram determinados aspectos de seu pensamento anterior, especialmente no que se refere ao problema da relação entre os intelectuais e a política.

Jean Paul Sartre — É exato.

Eder — Nós gostaríamos de saber como seus compromissos políticos sucessivos mudaram seu pensamento?

Sartre — Bem, vocês sabem que meu engajamento político data da época em que eu escrevi a «Crítica da Razão Dialética». Porém eu tive de deixá-la inconclusa, no primeiro volume, pois a situação se tornava difícil. Nós nos enfrentávamos com o gaulismo naquele momento e a sua presença não me permitiu escrever o segundo volume, isto é, uma teoria social da liberdade. Porque ainda que a liberdade seja vista corriqueiramente como uma coisa individual, é evidente que ela tem um aspecto social e não individual. É isto que o segundo volume da «Crítica da Razão Dialética» buscaria mostrar e estabelecer. Tentar mostrar um regime político que fosse a possibilidade constante da liberdade nas ações sociais. Mas este livro não foi escrito.

Depois, então, veio maio de 68, que representou algo de muito forte para mim. Porque eu vi uma relação nova entre os jovens que faziam esta tentativa, não digo de revolução mas de instalação daquilo que eles queriam. Eu vi uma relação que não era propriamente uma relação política, que era uma relação de amizade. E eu me perguntei se a relação que a política estabelece entre os homens, uma relação formal de cidadão a cidadão, era bem uma relação que convinha, e se a relação política não deveria ter como fundamento a união entre os indivíduos; isto é, suprimindo a relação propriamente política, a relação de cidadão a cidadão

Resumindo, eu me perguntei se o fundo da política não era uma relação profunda e livre de cada um para cada um, como a amizade. Isto é: será a boa relação aquela que se dá nas manifestações ou nas organizações políticas e sindicais? Será que os homens que hoje estão ligados politicamente entre si, estão verdadeiramente ligados — ligados enquanto homens?

Dito de outra forma: será a política a única relação entre os homens e deve ela estabelecer-se enquanto uma relação formal? Dos três princípios da revolução de 1789 — **liberdade, igualdade e fraternidade** — é a fraternidade que deve estar na base da ação política:

Reunir-se como irmãos para discutir sobre a ação a realizar. Esta relação, que está na raiz mesma da relação democrática não se materializou ainda, mas, nos países democráticos da Europa existe um movimento em direção a esta fraternidade.

> **«O partido é, para mim, uma forma crescentemente superada de relação entre os homens, é uma relação falsa. A fraternidade é algo de muito mais poderoso entre os homens e que se revela, por exemplo, na tomada da Bastilha em 1789».**

Não são os partidos, é claro, que estabelecem esta fraternidade entre seus membros, eles estabelecem a cidadania sem fraternidade. A fraternidade deve supor um outro tipo de comunhão entre os irmãos do que aquela estabelecida pelo partido. O partido é, para mim, uma forma crescentemente superada de relação entre os homens, é uma relação falsa. A fraternidade é algo de muito mais poderoso entre os homens e que se revela, por exmeplo, na tomada da Bastilha, em 1789.

Esta fraternidade não supõe um partido por detrás. Os homens que tomaram a Bastilha não eram do mesmo partido; não havia um partido por detrás. delas. Eles eram um grupo que se formou para uma ação e que a realizaram arriscando suas vidas. Estes homens, simplesmente ligados entre si — pois não se poderia tomar a fortaleza sem estar ligados entre si — estabeleceram entre eles uma relação de fraternidade para eliminar as prisões políticas, arriscando suas próprias vidas.

Eder — Quais são estas manifestações de fraternidade na Europa de hoje?

Sartre — Maio de 68 foi uma, por exemplo. A Itália dos anos 68-69 e de há pouco tempo. Agora a situação é muito mais tensa, mas há cinco ou seis anos existiam manifestações de fraternidade que freqüentemente desbordavam os partidos. Na Itália, a fraternidade não era um fenômeno ligado ao Partido Comunista, antes à extrema esquerda. Existiram, pois, manifestações de fraternidade, como nos **campi** das universidades norte-americanas. Nos anos 68, 69 e 70 se vivia em fraternidade, mas, naturalmente, era muito cedo; e tudo fracassou pois os resíduos dos partidos o impediram. Mas ela existe ainda como uma possibilidade, algo que recomeçará daqui a pouco.

Os irmãos de 68, às vezes, ainda se reúnem, Eles são hoje homens feitos, com ocupações e responsabilidades de adultos. Mas conservaram alguma coisa em comum e eles se reúnem ainda para falar do passado ou para, enquanto grupo, pronunciar-se. Tudo isto não se perdeu, ainda que nós vivamos um momento de debilidade. Vocês sabem, em 68 os partidos estavam presentes nas manifestações: trotsquistas, chineses, como se dizia então os maoistas da «Gauche Proletarienne», comunistas dissidentes e outros não organizados. Mas a importância dos partidos era nula. Pouco significava que um fosse da «Gauche Proletarienne» ou trotsquistas. O que contava eram as decisões que tomavam os homens sem se referirem a seus partidos mas ao conjunto da massa e que decidia, por exemplo, fazer uma manifestação da Sorbone até a fábrica Renault. A liberdade se manifestava na fraternidade; esta se transformava em base de um movimento social.

> **«Melhor que um partido é o corpo social mobilizado, estas grandes multidões que querem fazer algo e que, dizendo-o ou não, fazem a mesma coisa».**

Eder — Mas existe um problema de eficácia. Você não crê que a luta contra o Estado supõe a existência de um instrumento ou de instrumentos capazes de coordená-la neste enfrentamento? De um instrumento que seja igualmente uma memória coletiva? Você não defende a dispersão de forças?

Sartre — Eu não defendo a dispersão de forças, ao contrário, eu quero que estas forças se reúnam e possam agir. Mas eu penso que as forças devem estar ligadas para uma ação buscada pela coletividade. Não ligadas para uma ação abstrata, mas para cada ocasião precisa. Pode ser que a idéia de uma ação geral de forças exista na cabeça de alguns; mas estes não podem ser considerados chefes. Eles acompanham a ação. Eles podem escrever numa revista ou um jornal o que eles pensam sobre o sentido da ação. Mas a ação se fará num outro nível, coletivamente. Pode ser que em certas circunstâncias as organizações existam devido à debilidade destas circunstâncias mesmas, exigindo que um pequeno número de homens se reúna para tomar decisões e tenta fazê-las aceitáveis por todos.

Mas não há chefes e sim executadores provisórios de uma situação dada. Por exemplo, em 1968, Cohn-Bendit e Geismar não eram chefes. Cohn-Bendit nunca foi o chefe do movimento de 68. Ele era uma testemunha previlegiada. Ele falava sobre o que tinha sido feito, sobre o que restava fazer, mas tudo aparecia no seu discurso como uma proposta. E ele agia como todo mundo, ao mesmo nível que os outros. Para mim, é esta distinção muito marcada e frequente entre os chefes e os homens que na maioria das vezes compromete os movimentos, sua unidade e sua dinâmica. O que importa é quanto todos estes homens reunidos sabem mais ou menos o que eles querem fazer e o que eles querem fazer é a mesma coisa para cada um deles. Melhor que um partido é o corpo social mobilizado, estas grandes multidões que querem fazer algo e que, dizendo-o ou não, fazem a mesma coisa. Isto é o corpo social mobilizado para a ação e pela ação.

Heitor Macedo — Eu entendo o que você diz como algo que lhe é mais do que familiar, íntimo, isto é, que para fazer algo na vida é preciso ter a paixão da verdade e disposição de pagar o preço que supõe viver esta paixão. A história nos mostra hoje o perigoso que é organizar esta paixão em termos de um aparelho partidário. Se, como você diz, a única esperança que nos resta é a coincidência do investimento passional de um certo número de pessoas, eu pergunto se será isto suficiente para, em uma estrutura totalitária, poder pensar uma teoria capaz de derrubar um Estado onde a liberdade de palavra inexiste, onde a verdade está identificada com o sentido comum, onde toda a possibilidade de afirmação de si mesmo pode ser punida com a morte?

Como voce vê, então, a situação da América Latina onde a questão do Estado é central, onde este Estado penetra por todos os poros da pele, onde de uma ou outra maneira ele se faz presente em cada casa? Lá toda a contradição está excluída, esta contradição que se pode encontrar na Europa e nos Estados Unidos, onde a democracia tem uma mitologia pela qual todos estão dispostos a pagar um preço, como por exemplo, no caso Watergate, a deposição de um presidente. Mas a situação é distinta nos países periféricos, fundar uma teoria das transformações revolucionárias na expectativa daquela coincidência me parece, pessoalmente, insuficiente.

> **«Não se trata de destruir o Estado fascista que existe no país de vocês. Ele também, em primeiro lugar, mas antes de mais nada trata-se de destruir qualquer tipo de Estado».**

Sartre — Incialmente eu gostaria de precisar que, para mim, a luta das organizações contra o Estado tem que ter como objetivo a destruição deste. Não somente do Estado totalitário — deste num primeiro nível, é claro — mas desta formação teórica que governa em todos os países e que se chama Estado. É isto que deve ser bem frisado se se quer compreender o que é a luta hoje, distinta da do século passado quando se tratava de construir um Estado. Hoje se trata de destruí-lo, porque, como você acabou de afirmar, o desenvolvimento de cada indivíduo pode ser punido com a morte, porque a verdade não existe mais; ela foi reduzida ao senso comum alienado. Mesmo quando o Estado não é fascista ele tem a possibilidade de vir a sê-lo.

Todo Estado contém sempre a possibilidade do fascismo. Constantemente isto se produziu na Europa e aqui na França; cada manifestação do Estado conduz de uma certa maneira ao fascismo. É o que se vê, por exemplo, no episódio da intervenção de nosso Estado no Zaire, absolutamente contrária à democracia real. Existe ainda uma inciativa dos chefes enquanto chefes e não enquanto representantes do povo; eles agem como tais sem representar o povo. Isto é um começo de fascismo, de um fascismo que será contrariado por tendências democráticas, o que a transformará em uma simples possibilidade. Mas ela está aí. Logo, não se trata de destruir o Estado fascista que existe no país de vocês. Ele também, em em primeiro lugar, mas, antes de mais nada é qualquer tipo de Estado, é a noção mesma de Estado que me parece deva ser destruída.

Em realidade, os problemas que o Estado busca resolver freqüentemente não existem, ou só existem porque o Estado os coloca. Quer dizer que, supondo uma sociedade onde as organizações funcionem umas articuladas às outras, definindo suas ações em função das ações de outras organizações, mas sem que exista um instrumento primeiro e centralizador, se pode afirmar que nela não existe nenhum lugar para este corpo abstrato que só complica a sociedade. É isto que no nosso século e no próximo deverá ser descrito, analisado e destruído.

Heitor — Com a tese da destruição do Estado, parece que todos estaríamos de acordo. Eu queria tocar, no entanto, um ponto que me interessa particularmente, suscitado pelo que você dizia a respeito do fascimo. Na sua posição de crítica permanente aos aparelhos do partido você pode inventar o que seria o devenir de uma certa situação uma vez que seu ponto de vista era ético. A partir de sua análise, segundo a qual os aparelhos partidários não eram capazes de integrar a dimensão ética, você pode «morder o futuro», dizendo: «vejam o que isto pode dar». Na definição clássica do fascismo, o Estado aparece apoiado sobre uma classe social. Você pensa que esta definição deva ser revisada a partir de novos critérios?.

> **«Se o fascismo triunfasse ele transformaria cada pessoa em um corpo individual e um pensamento universal sob todos os pontos de vista. A pessoa no sentido estrito do termo desapareceria».**

Sartre — Para mim, o fascismo existe quando o Estado deixa de ser uma forma de ação e de administração universal, um pouco abstrata, que permite a vida dos cidadãos, sua vida privada, ser o que ela é. É em realidade um novo Estado que se projeta na consciência de cada cidadão de maneira que o cidadão ele próprio se estatiza. Sua maneira de pensar e de falar passam a ser as do Estado. Um pensamento que não é mais pessoal mas que é impessoal e fundado nas necessidades ou no que se pensa ser necessidades. Por isto eu penso que o fascismo não é a aparição de um Estado ditatorial simplesmente. Ele pode apresentar outras formas hoje em dia. É o fato de que o Estado contenha em si mesmo, e antes de mais nada, uma estrutura de cada indivíduo transformado em cidadão desde o nascimento, não cidadão no sentido democrático, mas no sentido de soldado de um exército.

Se o fascismo triunfasse ele transformaria cada pessoa em um corpo individual e um pensamento universal sob todos os pontos de vista. A pessoa, no sentido estrito do termo desapareceria. E eu penso que isto é que é importante; que o fascismo só pode se construir sobre a base da destruição da pessoa, enquanto alguém que tem um pensamento próprio e uma situação particular, desta pessoa que estando em situações gerais responderá com um pensamento geral. Nos movimentos fascistas existe sempre isto e se eles não chegam a este ponto é porque se chocam com a natureza individual e pessoal dos homens. Seja qual for sua relação com o social, o homem é pessoa e indivíduo antes de tudo.

Logo, um movimento que busca suprimir o indivíduo como algo incômodo é um movimento anti-humano e, em consequência, não pode manter-se. O destino do fascismo é, mais tarde ou mais cedo, desaparecer porque a pessoa, de uma forma ou de outra, por ele negada ou por ele transformada se reconstitui e esta reconstituição ela o faz destruindo o estado fascista.

Marco Aurélio, Sader e Heitor, cara a cara com Sartre.

EM TEMPO.